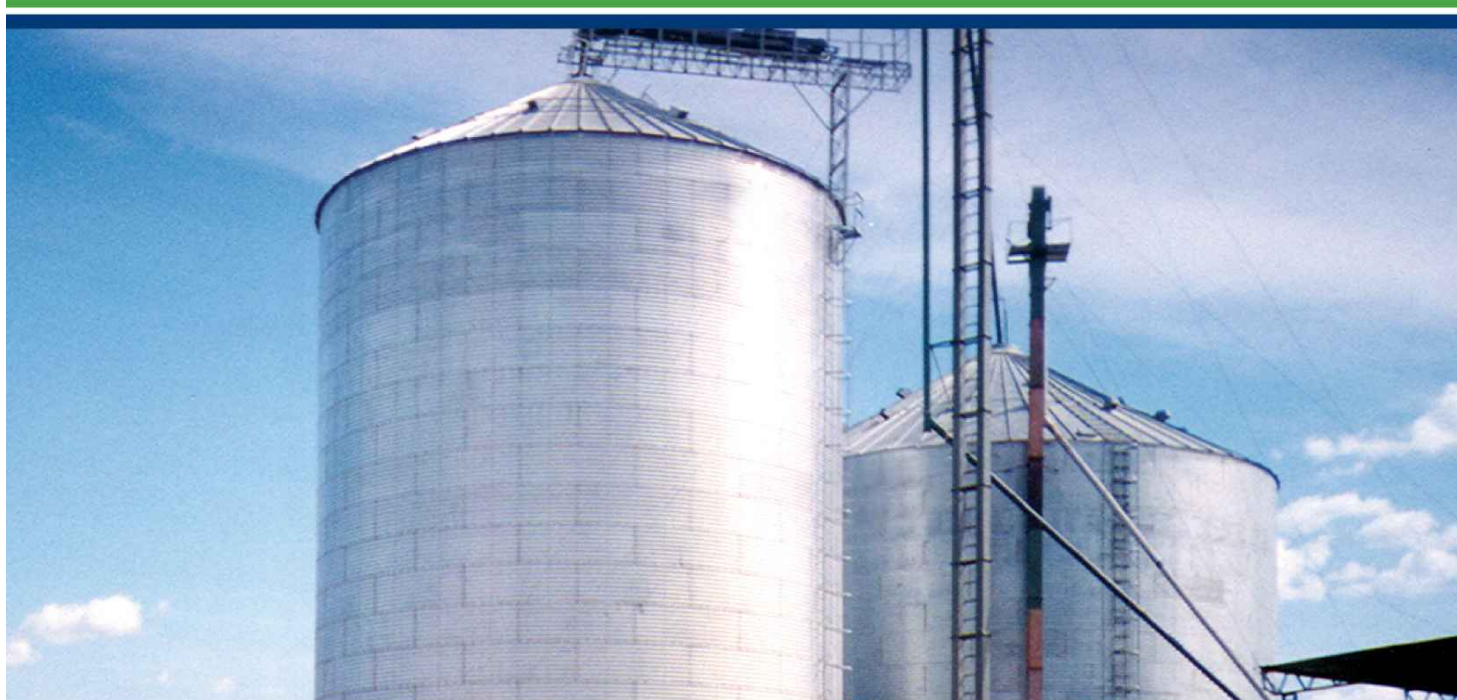




Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Superintendência Regional de Pernambuco



JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD

JOSÉ CARLOS VAZ

Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

EDILSON GUIMARÃES

JOSÉ GERARDO FONTELLES

CARLOS CARBONI

Membros

CONSELHO FISCAL – CONFIS

FRANCISCO WAYNE MOREIRA

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO

RENATA LIMA DE CARVALHO

Membros

Diretoria Colegiada

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretor Administrativo

JOÃO CARLOS BONA GARCIA

Diretor Financeiro

MARCELO DE ARAÚJO MELO

Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL: PERNAMBUCO

Superintendente : Valdomiro Sampaio Martins

PROCURADORIA REGIONAL - PRORE

Procurador : Renata Silva Arruda Falcão

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES - GEOPE

Gerente : Genivaldo Marcelino dos Santos

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD

Gerente : Marivaldo José Vergara dos Santos

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEDES

Gerente : Marília Cristina Cesse Barreto

ADOLFO JOSÉ DOS SANTOS

ANTÔNIO VANDERLEI DE MENDONÇA

DAGMAURO NUNES SABINO PINHO JUNIOR

FRANCISCO DANTAS DE ALMEIDA FILHO

JOSÉ CARLOS FERREIRA

RAFAEL SILVA DE LIMA

THAYS CABRAL DE QUEIROZ

Elaboração



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SUREG/PE

Prestação de Contas Ordinária Anual

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

SUREG/PE

Recife, maio / 2012

SUMÁRIO	
DESCRIÇÃO	PÁG.
Apresentação	15
1 – Informações Básicas	
1.1– Informações Gerais sobre a UJ	19
1.1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	19
1.1.2 – Estrutura Organizacional	21
1.1.3 – Principais Responsáveis	21
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	22
1.2.1 – Planejamento Estratégico	22
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	24
1.2.2.1 - Macroprocesso de Sustentação da Renda	24
1.2.2.2 - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	25
1.2.2.3 - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	26
1.2.2.4 - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	27
1.2.2.5 - Macroprocesso de Prestação de Serviços	28
1.2.2.6 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	28
1.2.2.7 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	29
2 – ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO	
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão	31
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios	34
3 – SUSTENTAÇÃO DE RENDA	
3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda	37
3.2 - Intervenções Realizadas em 2011	38
3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	38
a) Abrangência de Atuação do PAA	39
b) Recursos Aplicados	39
c) Aquisição de Produtos	40

3.2.2 – Subvenções do Governo Federal	41
a) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar	41
3.3 – Principais indicadores de desempenho	41
4 – PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO	
4.1 Atuação da Companhia	43
4.2 Ações desenvolvidas	44
4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM	44
a) Vendas em Leilões Públicos	44
b) Vendas em Leilão Público, com Subvenção	46
c) Vendas em Balcão	48
d) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap	50
4.2.2 Apoio à Comercialização com Subvenção	51
4.2.3 Doação de Produtos Alimentícios	52
a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS	52
b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI	52
c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social	53
4.3 – Principais Indicadores de Desempenho	53
5 – ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO	
5.1 – REFAP	55
5.2 – Principais Indicadores de Desempenho	57
6 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros	58
6.2 – Principais Indicadores de Desempenho	58
7 – ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS–ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO	
7.1 – Rede Armazenadora Própria	59
7.1.1 Estoques Depositados nas Unidades Próprias	62
7.1.2 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador	62

7.2 Atividade de Fiscalização	62
7.2.1) Fiscalização dos Estoques Públicos	63
7.2.2 – Quadro de Fiscais	65
7.2.3– Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda	66
7.2.4 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns	66
7.2.5 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos	66
7.3 Atividade de Movimentação de Estoques	67
a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM	70
b) Remoção de Produtos do MDS	71
7.4 – Principais Indicadores de Desempenho	71
8 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES (CORRESPONDE AO ITEM 10 DA DN 108/2010).	75
a) Levantamento da Safra de Grãos	77
b) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar	80
8.1 – Levantamento de Safras em Pernambuco	82
8.2 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos	84
9 – GESTÃO DE PESSOAS (CORRESPONDE AO ITEM 11 DA DN 108/2010).	
9.1 – Alocação de Empregados	85
9.2 – Comunicação Interna.	86
9.3 – Melhoria do Clima Organizacional	87
9.4 – Capacitação de Pessoal	88
a) Quanto ao número de treinandos	89
b) Quanto aos resultados alcançados	90
1 – Palestras	91
2 – Treinamentos	91
9.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo	92
9.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências	95
9.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria	95
9.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal	96

9.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários	96
9.5.5 – Custos de Pessoal	97
9.5.6 – Mão de Obra Terceirizada	98
9.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais	99
10 – PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL (CORRESPONDE AO ITEM 12 DA DN 108/2010).	
10.1 – Análise da Execução Orçamentária	101
352 - Programa Abastecimento Agroalimentar	105
Ação:(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	105
Ação:(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	107
Ação:(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	108
Ação:(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	109
Ação:(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	111
Ação:(2130) Formação de Estoques Públicos	112
Ação:(2272) Gestão e Administração do Programa	113
Ação:(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	115
Ação:(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	116
Ação:(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	116
360 - Programa Gestão de Política Agropecuária	118
Ação:(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	118
Ação:(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	120
901 - Programa Operações Especiais	121
Ação:(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	121

10.2 – Análise das Inscricões em Restos a Pagar	122
10.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	122
10.2.1.1 – Análise Crítica	122
10.3 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76	123
10.4 – Composição dos Investimentos da Empresa	142
10.5 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	147
10.6 – Parecer da Auditoria Independente	148
11 – GOVERNANÇA E CONTROLES (CORRESPONDE AO ITEM 13 DA DN 108/2010).	
11.1 – Informações sobre o Controle Interno	151
11.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	152
11.2.1 – CGU	152
11.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna	155

ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
ADV	ADIANTAMENTO DE VIAGEM
AGF	AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL
BD	BENEFICIO DEFINIDO
CDAF	COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR
CEASA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO
CGPLAN	COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO
CGU	CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
CIBRIUS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA CONAB
CNPB	CÓDIGO NACIONAL DE PLANO DE BENEFÍCIOS
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONAD	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CPR	CÉDULA DE PRODUTO RURAL
DEST	DEPARTAMENTO DAS ESTATAIS
DIPAI	DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES
DIRAD	DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DN	DECISÃO NORMATIVA
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNASA	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
GECAD	GERÊNCIA DE CADASTRO E CREDENCIAMENTO DE ARMAZÉNS
GECOM	GERENCIA DE COMERCIALIZAÇÃO
GECUP	GERÊNCIA DE CUSTOS E PRODUÇÃO
GEDES	GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO
GEFAD	GERENCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GEFIS	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS
GEFOC	GERENCIA DE INFORMAÇÃO E CONTROLE DE ESTOQUE
GEMOV	GERENCIA DE MOVIMENTAÇÕES DE ESTOQUE
GEOPE	GERENCIA DE OPERAÇÕES
GEPAB	GERENCIA DE PROGRAMAS SOCIAIS DE ABASTECIMENTO
GESOF	GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE SOFTWARE
GEVAP	GERENCIA DE APOIO NO VAREJO DE PEQUENO PORTE
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICMS	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INSS	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
LALUR	LIVRO DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MI	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO
MOC	MANUAL DE OPERAÇÕES COMERCIAIS
NBR	NORMAS BRASILEIRAS
NOC	NORMAS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PCV	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGEM
PEP	PRÊMIO DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO
PEPRO	PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR
PGPAF	PROGRAMA DE GARANTIA DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PGPM	PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMO
PNUD	PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS
PPA	PROGRAMA PLURIANUAL
PREVIC	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
PRODEA	PROJETO SOCIAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS
PROGE	PROCURADORIA GERAL
PROHOR	
T	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO MERCADO HORTIGRANJEIRO
PRORE	PROCURADORIA REGIONAL
	REDE DE FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO FAMILIAR DE PRODUTOS BÁSICOS
REFAP	
SAAGRA	SISTEMA APLICADO À ARMAZENAGEM DE GRÃOS
SAS	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE
SECOF	SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECOM	SETOR DE COMERCIALIZAÇÃO
SEDEM	SETOR DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
SEGEO	SETOR DE APOIO À LOGÍSTICA E GESTÃO DA OFERTA
SEOPE	SETOR DE OPERAÇÕES
SEPAB	SETOR DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAL DE ABASTECIMENTO
SEREH	SETOR DE RECURSOS HUMANOS
SESAN	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SETAD	SETOR DE ADMINISTRAÇÃO
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SIAGRO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AGROPECUÁRIAS E DE ABASTECIMENTO
SIORG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL
SPAE	SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUARM	SUPERINTENDÊNCIA DE ARMAZENAGEM
SUCON	SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE
SUFIN	SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS
SUGOF	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA OFERTA
SUINF	SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

SUOPE	SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES
SUPAB	SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO SOCIAL
SUPOR	SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AVALIAÇÃO
SUREG	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
SUREH	SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TVN	TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO
UA	UNIDADE DE ARMAZENAMENTO
UC	UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO
UG	UNIDADE GESTORA
UJ	UNIDADE JURISDICIONADA
VEP	VALOR PARA ESCOAMENTO DE PRODUTO

FIGURAS E QUADROS		
FIGURAS	TÍTULO	PAG.
Figura I	Organograma Institucional	21
Figura II	Mapa Estratégico Corporativo	23
Figura III	Macroprocesso de Sustentação da Renda	25
Figura IV	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	26
Figura V	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	27
Figura VI	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	27
Figura VII	Macroprocesso de Prestação de Serviços	28
Figura VIII	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	29
Figura IX	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	30
Figura X	Gráfico - Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-PE	40
Figura XI	Vendas em Leilões Públicos	45
Figura XII	Gráfico - Evolução das Quantidades Vendidas	46
Figura XIII	Evolução das Quantidades Vendidas – VEP	48
Figura XIV	Evolução do Programa Vendas em Balcão	50
Figura XV	Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap	51
Figura XVI	Remoções, por Vínculo do Produto	68
Figura XVII	Remoções, Motivo Gerador	69
Figura XVIII	Remoções, por Produto	70
Figura XIX	Mapa de Pernambuco – Localização de Unidades Armazenadoras	74
Figura XX	Evolução do Número de Séries de Custo de Produção Produzidas	77
Figura XXI	Evolução do Número de Empregados	93
Figura XXII	Evolução – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes	106
Figura XXIII	Evolução – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	108
Figura XXIV	Evolução – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	110
QUADROS	TÍTULO	PAG.
Quadro I	Identificação da Unidade Jurisdicionada	19

Quadro II	Principais Responsáveis da Sureg-PE em 2011	22
Quadro III	Aquisições por meio da CPR-Doação	41
Quadro IV	Demonstrativo de Comercialização pelo VEP	47
Quadro V	Demonstrativo de Vendas pela REFAP	51
Quadro VI	Demonstrativo de Varejistas Filiados à REFAP	56
Quadro VII	Receita de Armazenagem de Terceiros	58
Quadro VIII	Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	59
Quadro IX	Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	59
Quadro X	Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras	61
Quadro XI	Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	62
Quadro XII	Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias (Produtos Agropecuários)	62
Quadro XIII	Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques	63
Quadro XIV	Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos	64
Quadro XV	Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques - Sureg-PE	64
Quadro XVI	Demonstrativo de Fiscalização - Sureg-PE	65
Quadro XVII	Demonstrativo de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras - Sureg-PE	66
Quadro XVIII	Demonstrativo das Remoções Contratadas	71
Quadro XIX	Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS	71
Quadro XX	Séries de Custos de Produção	76
Quadro XXI	Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12	78
Quadro XXII	Balanço de Oferta e Demanda	80
Quadro XXIII	Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar	81
Quadro XXIV	Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol	82
Quadro XXV	Levantamento de Safra por Área e Produção – 2009/10 e 2010/11	83
Quadro XXVI	Levantamento de Safra - Área e Produção – 2010/11 e 2011/12	84
Quadro XXVII	Treinamento por Área de Conhecimento	89
Quadro XXVIII	Indicadores de Capacitação	90
Quadro XXIX	Avaliação – Palestras Realizadas	91

Quadro XXX	Avaliação - Treinamentos Realizados	91
Quadro XXXI	Avaliação – Aprendizagem Obtida	91
Quadro XXXII	Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional	93
Quadro XXXIII	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual - Situação Apurada em 31/12/2011	94
Quadro XXXIV	Demonstrativo por Nível de Enquadramento	94
Quadro XXXV	Demonstrativo por Nível de Escolaridade	95
Quadro XXXVI	Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	95
Quadro XXXVII	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	96
Quadro XXXVIII	Composição do Quadro de Estagiários	96
Quadro XXXIX	Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	97
Quadro XL	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	98
Quadro XLI	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	98
Quadro XLII	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	99
Quadro XLIII	Execução Orçamentária por Grupo de Despesa	101
Quadro XLIV	Execução Orçamentária pela Natureza da Movimentação de Crédito	102
Quadro XLV	Identificação das Unidades Orçamentárias	104
Quadro XLVI	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.	104
Quadro XLVII	Execução Física e Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ	105
Quadro XLVIII	Execução – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes (2004)	105
Quadro XLIX	Execução – Assistência Médica aos Servidores, Empregados – Exames Periódicos (20CW)	107
Quadro L	Execução – Auxílio-Alimentação aos Servidores e, Empregados (2012)	108
Quadro LI	Execução Física e Orçamentária – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados (2011)	109
Quadro LII	Execução Física e Orçamentária – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários(2137)	111
Quadro LIII	Demonstrativo de Despesas - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	111
Quadro LIV	Execução Física e Orçamentária – Formação de Estoques Públicos	112

	(2130)	
Quadro LV	Demonstrativo de Despesas - Formação de Estoques Públicos	113
Quadro LVI	Execução Física e Orçamentária – Gestão e Administração do Programa (2272)	113
Quadro LVII	Discriminação das Despesas – Gestão e Administração do Programa	114
Quadro LVIII	Execução Física e Orçamentária – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar (8579)	115
Quadro LIX	Demonstrativo das Despesas – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	115
Quadro LX	Execução Física e Orçamentária – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns (2829)	116
Quadro LXI	Execução Física e Orçamentária – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas (4710)	116
Quadro LXII	Demonstrativo de Despesas – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	117
Quadro LXIII	Resultados Alcançados – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	118
Quadro LXIV	Execução Física e Orçamentária – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação (4572)	118
Quadro LV	Discriminação dos Resultados – 2010/201 - Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	119
Quadro LXVI	Capacitação por Área de Conhecimento - Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	120
Quadro LXVII	Execução Física e Orçamentária - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras (4711)	120
Quadro LXVIII	Execução Física e Orçamentária - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (0022)	121
Quadro LXIX	Demonstrativo de Despesas - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.	121
Quadro LXX	Demonstrativo de Restos a Pagar	122
Quadro LXXI	Balanço Patrimonial	123
Quadro LXXII	Demonstração dos Fluxos de Caixa	125
Quadro LXXIII	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	127
Quadro LXXIV	Demonstração do Valor Adicionado	128
Quadro LXXV	Composição do Capital Social	129

Quadro LXXVI	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	130
Quadro LXXVII	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	147
Quadro LXXVIII	Estrutura de Controles Internos da UJ	151

Apresentação

Apresentamos o relatório de gestão da Superintendência Regional da Conab em Pernambuco - SUREG-PE, referente ao exercício de 2011, em cumprimento aos dispositivos legais e como evidência de que esta empresa preza pelos princípios da transparência pública e da responsabilidade social em todas as ações que executa.

Através do Ato de Superintendência Sureg/PE nº 004, de 16/01/2012, foi constituído um grupo de trabalho para a sua elaboração, com técnicos de todas as áreas, de modo a permitir rapidez e precisão na busca das informações e dos dados necessários. Participaram desse grupo os seguintes empregados: Dagmauro Nunes Sabino Pinho Jr.(GEFAD), Adolfo José dos Santos (SECOF), Antônio Vanderlei de Mendonça (SEREH), José Carlos Ferreira (SETAD) Rafael Silva de Lima (GEOPE), Francisco Dantas de Almeida Filho (GEDES) e Thays Cabral de Queiroz (SUREG).

Integrante da prestação de contas da SUREG-PE junto ao Tribunal de Contas da União - TCU e a Controladoria Geral da União - CGU, este relatório contém as principais informações relativas à gestão e ao seu desempenho durante o exercício de 2011. É um instrumento que destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É através dele que também se pode aferir se os objetivos, metas e a conformidade da gestão da empresa foram alcançados.

Tomando-se por base a Decisão Normativa – DN – TCU nº 108/2010, de 24 de novembro de 2010, Parte D - UNIDADES JURISDICIONADAS COM RELATÓRIOS DE GESTÃO CUSTOMIZADOS – específico da CONAB, apresentamos a seguir os itens que não se aplicam à realidade desta UJ e os respectivos motivos, e aqueles para os quais não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

A) QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DESTA UJ:

Item 1.1.2 – Auditoria Independente

Motivo: **Todas as ações informações relacionadas a este item são fornecidas pela Conab_Matriz.**

Item 6.3 - Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros

Motivo: **Restritos à Sureg/ES**

Item 8 - Gestão Tecnológica

Motivo: **Todas as ações informações relacionadas a este item são fornecidas pela Conab_Matriz.**

Item 9 - Gestão Estratégica

Motivo: **Todas as ações informações relacionadas a este item são fornecidas pela Conab_Matriz.**

Item 11.6 – Cibrius

Motivo: **Todas as ações informações relacionadas a este item são fornecidas pela Conab_Matriz.**

Item 12.4 – Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Motivo: Todas as ações informações relacionadas a este item são fornecidas pela Conab_Matriz.

B) ITENS SEM CONTEÚDO A SER DECLARADO:

Item 5.1 - Prohort

Item 6.2 - Leilões Públicos de Produtos de Terceiros

Item 10.4 – GEOSAFRAS

Item 10.5 – SIGABRASIL

Item 12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período

A respeito das principais dificuldades encontradas para o alcance dos objetivos traçados para 2011, destaca-se a estrutura organizacional da SUREG/PE, de caráter quase que exclusivamente operacional.

Diferentemente de muitos outros órgãos da administração federal, que refletem nas Regionais, em menor porte, a estrutura da matriz, na CONAB este fato ainda não acontece. Como consequência, decisões importantes, sejam elas estratégicas, táticas e as vezes até operacionais, são tomadas, remotamente, na Conab-Sede.

É uma estrutura extremamente centralizada, fato este que resulta numa menor desenvoltura das ações e conseqüentemente do não aproveitamento possível de oportunidades que possam surgir no ambiente em que atua.

Ainda decorrente dessa estrutura organizacional vigente e de outros fatores, o planejamento estratégico desta Regional é realizado pela área respectiva em Brasília/DF, a partir de dados, informações, relatórios, reuniões, e principalmente, e continuamente, pelo orçamento elaborado anualmente. *É na administração central que os objetivos estratégicos, as estratégias de atuação, as metas e os indicadores de desempenho são definidos.* Nós, na verdade, e via de regra, operacionalizamos os comandos recebidos da Conab-Matriz através das ações decorrentes dos programas de atuação da Empresa em nosso Estado.

Enfatizando ainda mais tal situação, o Planejamento Estratégico da Conab, aprovado em 2004, com base na metodologia do Balance Score Card - BSC, desde 2006 encontrava-se suspenso. Tal fato decorreu das constantes mudanças na direção da empresa e na pasta da Agricultura durante esses anos. No entanto, por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, e recentemente, por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, que constituiu um novo grupo de trabalho para tal fim, o processo de Planejamento Estratégico da Conab foi reativado.

Desta forma, as Superintendências já estão sendo convocadas a atuar e contribuir para a revitalização plena desse instrumento tão fundamental e necessário. E acompanhando essa nova

fase, esta Superintendência já pôs em curso uma ação objetivando a elaboração de um Plano de Ação para o exercício de 2012.

Com relação aos indicadores de desempenho das Sureg(s), a Conab-Matriz já pos em prática ações concretas para obtê-los. Uma delas foi a realização de um curso específico com técnicos das diversas áreas da Empresa. Decorrentes desse esforço, alguns indicadores, ainda em análise e em fase de testes, já estão citados nos respectivos itens correspondentes deste relatório (3.3, 4.3, 5.3, 6.4 e 11.5.10). Se aprovados, deverão entrar em teste de aplicabilidade, e se tidos como necessários e suficientes serão estendidos às Regionais.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab.

A seguir, os programas e as principais ações operacionalizadas pela SUREG-PE em 2011:

352 - Programa Abastecimento Agroalimentar

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos.

2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.

2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

2130 - Formação de Estoques Públicos.

2272 - Gestão e Administração do Programa

8579 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.

2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.

4710 - Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.

360 - Programa Gestão de Política Agropecuária

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.

4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.

901 - Programa Operações Especiais

0022 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

A quase totalidade das ações executadas são decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, todas elas condizentes com o Estatuto Social da CONAB e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, que apesar de paralisado, ainda tem como leme o respectivo Mapa Estratégico. Foram realizadas sob a forma de descentralização orçamentária/financeira, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com esses outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional da

Conab, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar que visa, entre outros objetivos, o aumento e a diversificação da produção agrícola, e a formação de estoques públicos com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Conab e os seus empregados.

Este Relatório procura enfatizar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, em particular pela Superintendência Regional sob exame, para cumprir sua missão institucional que é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

E num esforço de preparar a organização para os desafios futuros e otimizar a gestão corporativa, esta administração tem promovido ações que possibilitam o aperfeiçoamento da gestão e um controle mais eficaz das atividades que são desenvolvidas nesta Superintendência Regional.

1 – Informações Básicas

1.1– Informações Gerais sobre a UJ

1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 2114
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Pernambuco			
Denominação abreviada: SUREG/PE			
Código SIORG: 087276	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 135285
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Administração Pública Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(081) 3271-4291	(081) 3453-4038	(081) 32713488
E-mail: pe.sureg@conab.gov.br			
Página na Internet: http://www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Estrada do Barbalho, nº 960, Iputinga, CEP: 50960-000, Recife – PE.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB foi constituída nos termos do Artigo 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, seu Estatuto Social foi aprovado através do Decreto nº 99.994, de 26 de dezembro de 1990 e iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991.</p> <p>A Superintendência Regional de Pernambuco – SUREG/PE é parte integrante da estrutura organizacional da CONAB, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05, de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da CONAB, em sua 62ª Reunião Ordinária realizada em 8 de maio de 1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Artigo 15, inciso VIII, e considerando o Artigo 11, inciso 1º e Artigo 18 do Estatuto Social e os Artigos 52 e 70 do Regimento Interno da Companhia.</p> <p>Com sede em Recife – PE e jurisdição apenas no Estado de Pernambuco, a SUREG/PE está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias.</p> <p>Normas que estabelecem a estrutura orgânica: sua Estrutura Orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração:</p> <p>Superintendência Regional – SUREG</p> <p>I. Procuradoria Regional – PRORE</p> <p>II. Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico – GEDES</p> <p>a) Setor de Desenvolvimento Empresarial – SEDEM</p> <p>b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO</p> <p>III. Gerência de Operações – GEOPE</p> <p>a) Setor de Operações de Estoque – SEOPE</p> <p>b) Setor de Operações Comerciais – SECOM</p> <p>c) Setor de Programas Institucionais e Social de Abastecimento – SEPAB</p> <p>IV. Gerência de Finanças e Administração – GEFAD</p> <p>a) Setor de Recursos Humanos – SEREH</p> <p>b) Setor Administrativo – SETAD</p> <p>c) Setor Contábil e Financeiro – SECOF</p>			

V. Unidade Operacional	
a) Unidade de Comercialização – UC	
b) Unidade de Armazenamento – UA	
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Lei n.º 171, de 17 de janeiro de 1991, Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000, Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001, Estatuto Social e o Regimento Interno.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Manual de Operações da Conab – MOC, Normas da Organização – NOC.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135298	UA – Arcoverde
135304	UA – Recife
135286	Unidade Estoque Estratégico/PE
135287	Núcleo Estoque Regulador/PE – PGPM
135563	Unidade CONAB PAA Pernambuco
135438	Mercado de Opções – PE
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135298	22211
135304	22211
135286	22211
135287	22211
135563	22211
135438	22211

Fonte: SECOF

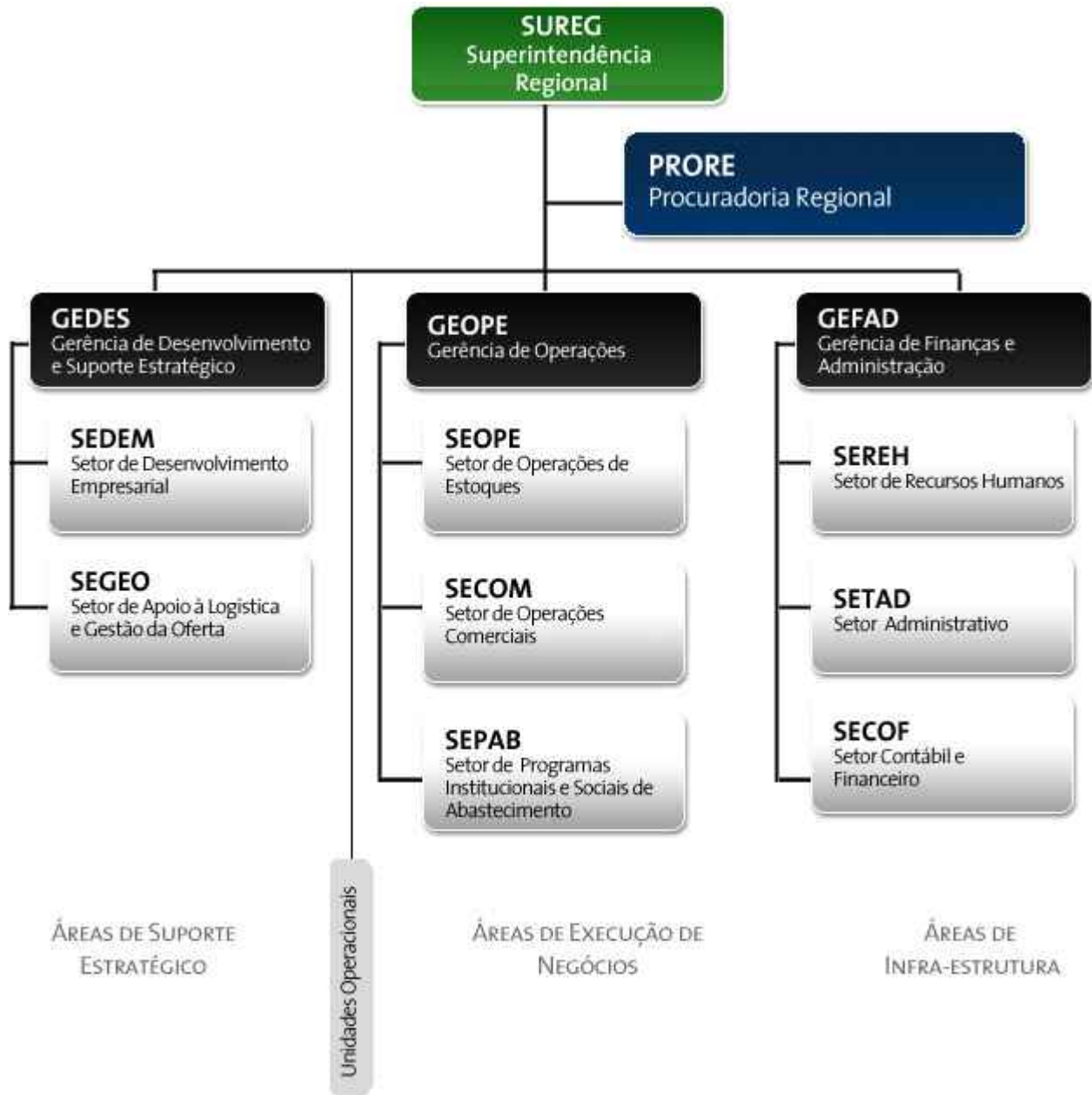
Com sede em Recife, a Superintendência Regional de Pernambuco - SUREG/PE está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

1.1.2 – Estrutura Organizacional

Figura I - Organograma Institucional



Fonte: SUPOR

1.1.3 – Principais Responsáveis

A seguir a relação dos responsáveis pelas principais unidades organizacionais da SUREG-PE no exercício de 2011.

Quadro II – Principais Responsáveis da Sureg-PE em 2011

Cargo	Nome	Condição	Designação
SUPERINTENDENTE	VALDOMIRO SAMPAIO MATINS	TITULAR	Portaria 248/2008
	THAYS CABRAL DE QUEIROZ	SUBSTITUTO	Ato de Direção 253/2009
PROCURADORA(O)	RENATA SILVA DE ARRUDA FALCÃO	TITULAR	Portaria 239/2007
	WAGNER CARVALHO PEREIRA MATOS	SUBSTITUTO	Ato de Direção 783/2008
GERENTE - GEOPE	ANTONIO ELIZALDO DE V. SÁ	TITULAR	Portaria 248/2008
	LUIZ VALENÇA CORREIA	SUBSTITUTO	Ato de Direção 430/2008
GERENTE - GEDES	GUSTAVO ADOLFO REVOREDO	TITULAR	Portaria 074/2008
	ELIANE DE SANTA CLARA RAMOS	SUBSTITUTO	Ato de Direção 783/2008
	ROBSON FERREIRA DE SOUZA JR	SUBSTITUTO	Ato de Direção 107/2011
GERENTE - GEFAD	MARILIA CRISTINA C BARRETO	TITULAR	Ato de direção 166/2009
	JOSUALDO VICENTE PEREIRA	SUBSTITUTO	Ato de Direção 162/208
GERENTE -UA RECIFE/PE	CLAUDIO MARTINS DE SENA	TITULAR	Portaria 383/2003
	DANIEL DE VASCONCELOS JUNIOR	SUBSTITUTO	Ato de Direção 796/2008
GERENTE -UA ARCOVERDE/PE	ADELMO IVAN DOS SANTOS	TITULAR	Ato de Direção 050/2009
	FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA ANDRADE	SUBSTITUTO	Ato de Direção 133/2010

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

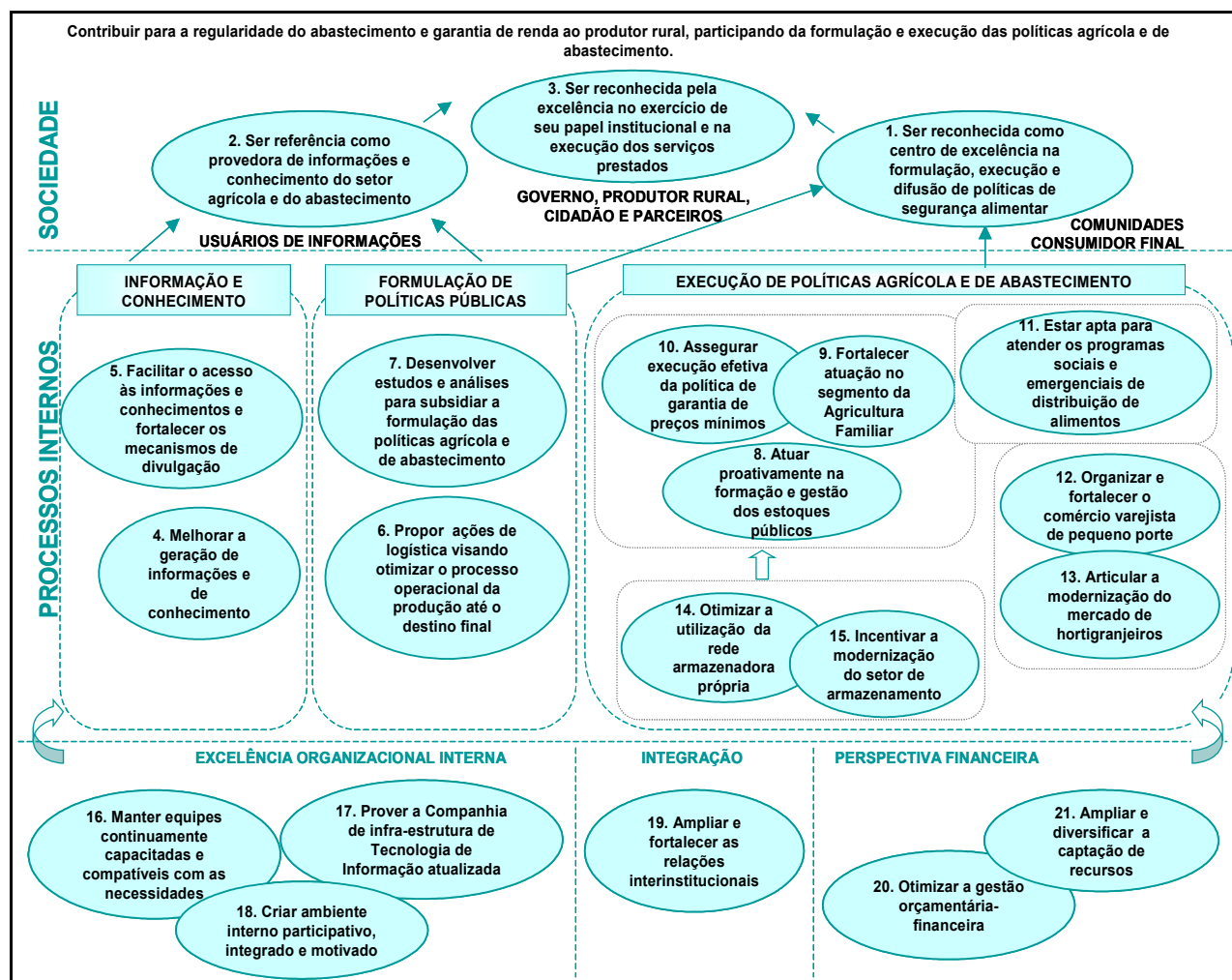
O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo

claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura II - Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia.

Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

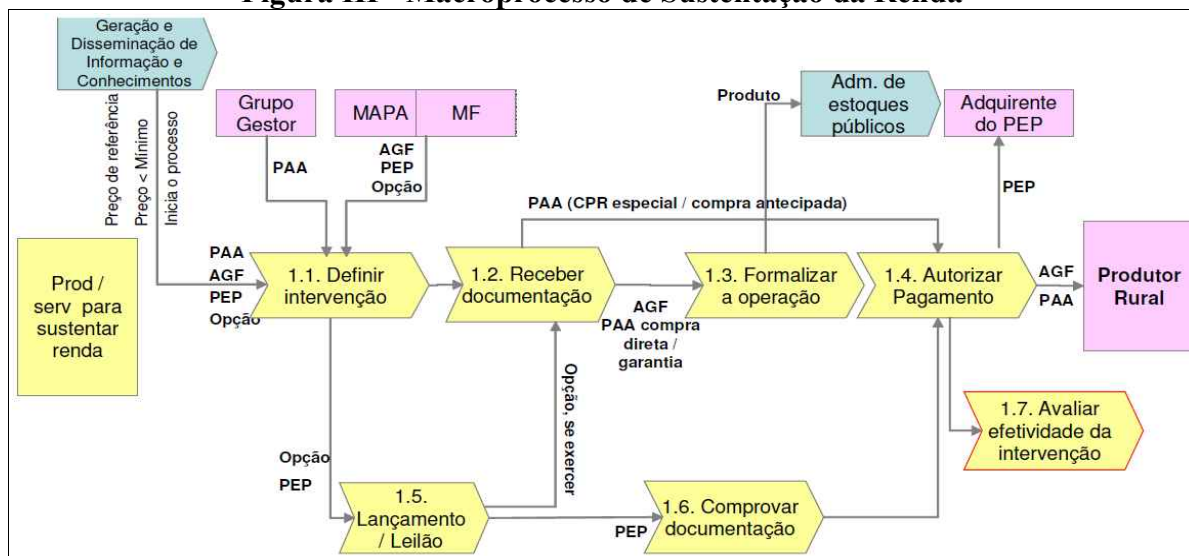
1.2.2.1 - Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

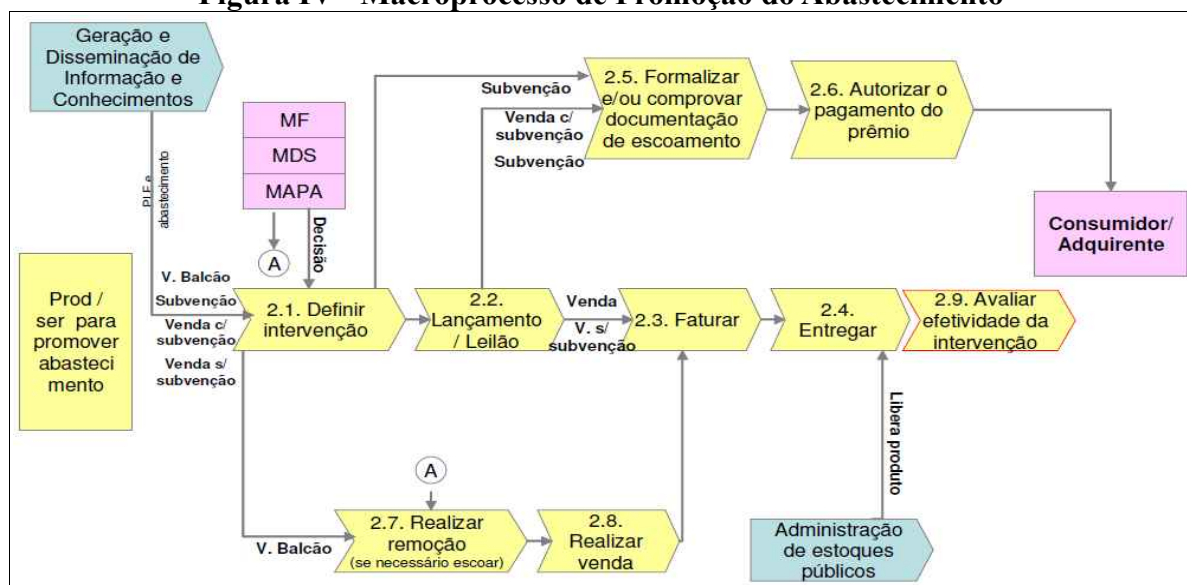
1.2.2.2 - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

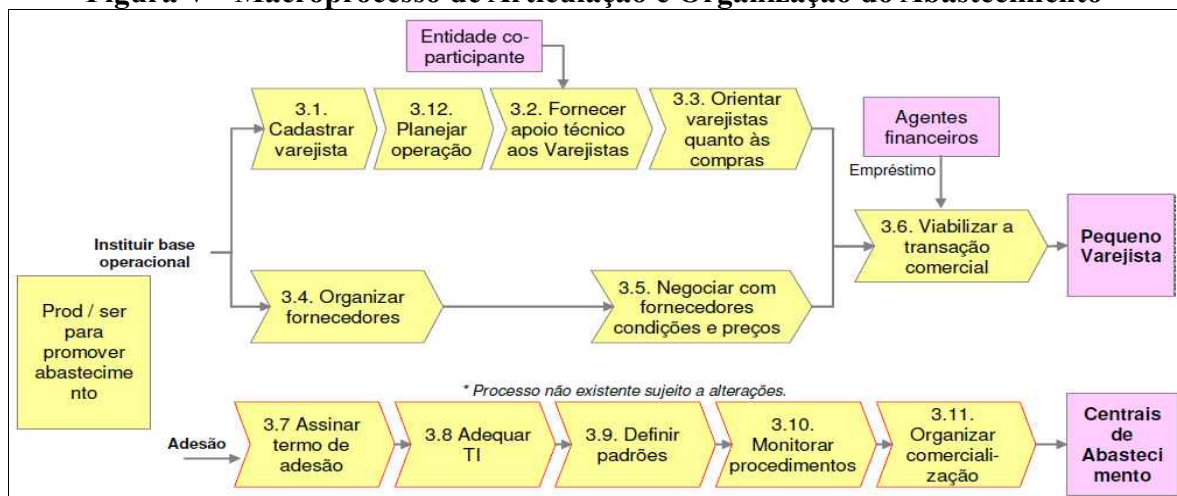
1.2.2.3 - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

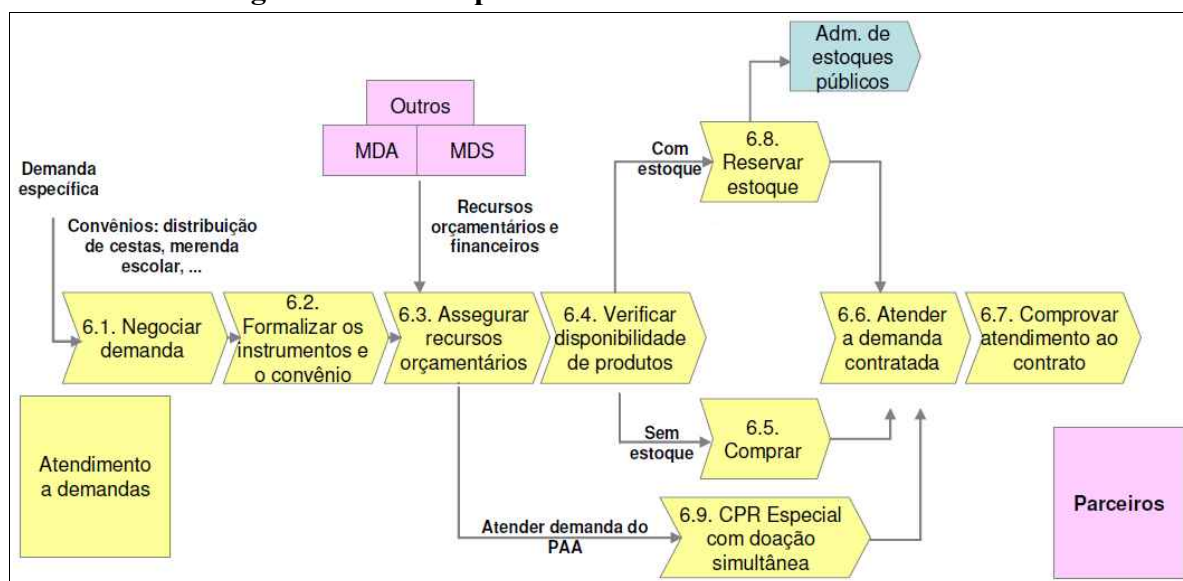
1.2.2.4 - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

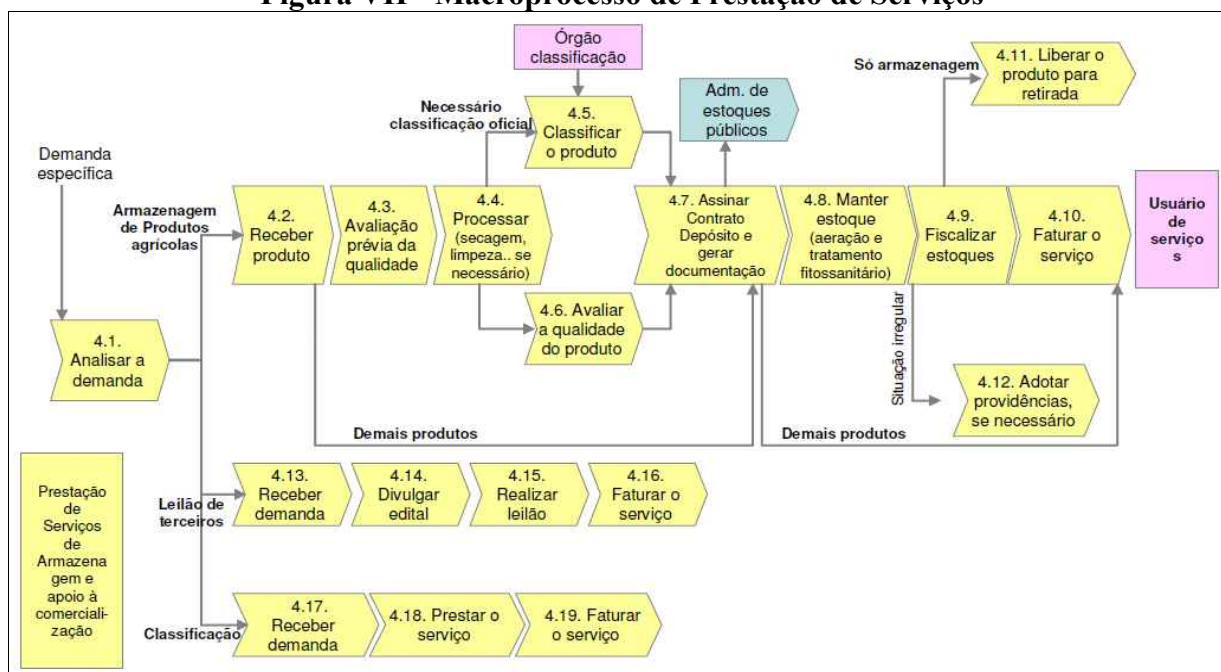
1.2.2.5 - Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços

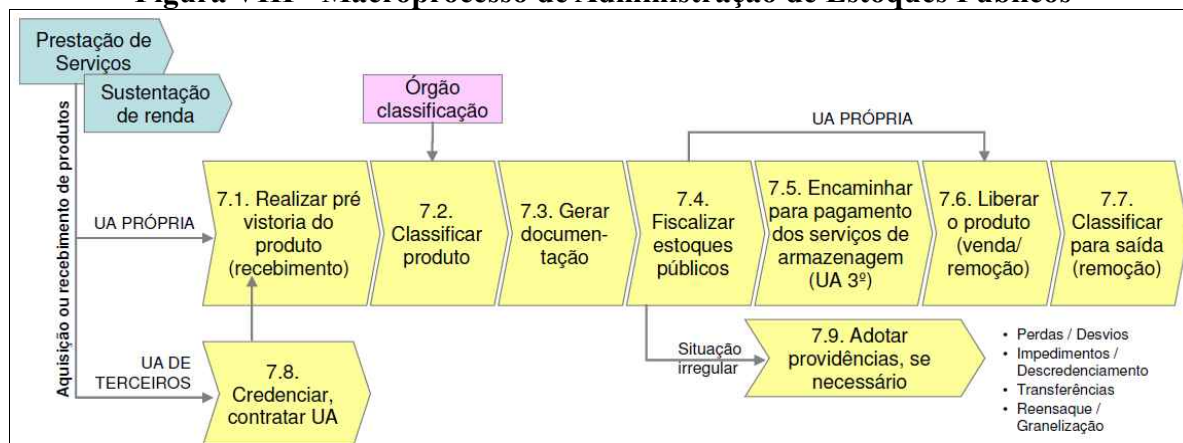


Fonte: Conab

1.2.2.6 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

1.2.2.7 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

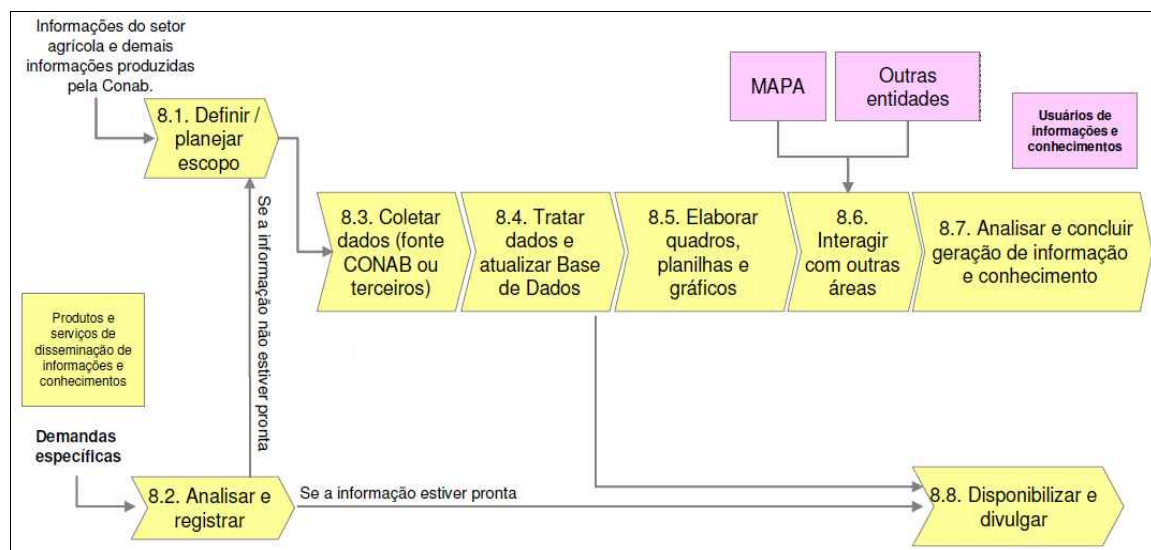
É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geo espacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

Atualmente, vivemos numa sociedade que, como um todo, evolui e se transforma constantemente, tendo em vista que está inserida num ambiente extremamente imprevisível, complexo e dinâmico, em que os desafios e conflitos necessitam ser superados. Isso tudo acaba impactando as organizações que são formadas essencialmente por pessoas, gerando, portanto, a necessidade da existência de indivíduos aptos e dispostos a serem potenciais criadores e transformadores.

Cada vez mais os usuários do serviço público apresentam maiores expectativas e exigências em relação à prestação de um serviço público de qualidade, efetivo, rápido, com maior transparência e com o menor gasto de recursos.

É nesse âmbito que a Superintendência Regional de Pernambuco vem desenvolvendo seus trabalhos, objetivando atender as novas demandas de forma mais ágil e efetiva, e com o constante desafio de se tornar mais flexível e empreendedora.

O ambiente em que a CONAB está inserido é ao mesmo tempo instrumento e parte de um processo político, que legitima suas metas, logicamente que, como qualquer outra organização pública, são identificadas dificuldades na efetivação dessa flexibilização e empreendedorismo, uma vez que somos regidos por normas e regras rígidas e ainda por uma forte dependência na obtenção de recursos.

Nesse sentido, as mudanças organizacionais partem de mudanças de comportamento e de atitudes originárias nas próprias pessoas integrantes das organizações públicas, as quais precisam ter um maior comprometimento com a instituição, bem como desenvolverem a capacidade de aprender, de inovar e de adaptar-se às novas situações.

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

Para analisar o ambiente da gestão se faz necessário, inicialmente, identificar o cenário externo e interno onde a organização está inserida. E quando se fala de CONAB, instituição que tem como um de seus principais objetivos o de regular o mercado de produtos básicos necessários, é essencial conhecer o comportamento desse mercado para poder definir estratégias de atuação mais coerentes.

Com base nas informações coletadas do CONDEPE/FIDEM passamos a expor dados sobre a conjuntura econômica e a evolução dos principais indicadores sociais relativos a atividades da agricultura e avicultura no Estado de Pernambuco.

A agricultura pernambucana, em 2011, atingiu uma área colhida de 1.039.151 hectares, significando um aumento de quase 11% em relação ao ano anterior. As lavouras que mais puxaram esse crescimento foram as de feijão, milho, castanha de caju e a de fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. As maiores taxas positivas foram as do feijão e do milho que, na safra anterior, sofreram fortes reduções de área cultivada e produção, decorrentes de adversidades climáticas ocorridas em 2010.

As altas variações positivas na produção das culturas do feijão (94,7%), do milho (59,0%) e do coco da baía (81,0%) retratam uma relação onde as bases de comparação ficaram bastante deprimidas, em decorrência de frustrações dessas culturas nas safras passadas.

As principais culturas da fruticultura irrigada representadas por goiaba, manga e uva apresentaram taxas bem positivas. As exportações de manga e de uva foram beneficiadas pelo aumento de suas cotações no mercado externo. Por outro lado, diversos fatores contribuíram para o recuo na produção das culturas da cana de açúcar, banana, mandioca, café e arroz.

Os cultivos em áreas tradicionais dos fornecedores de cana de açúcar sofreram redução por dificuldades de obtenção de crédito bancário e problemas financeiros entre algumas usinas e

fornecedores. Já as culturas da mandioca e da banana aumentaram bastante as áreas cultivadas no ano passado devido às combinações de estímulos esporádicos de mercado, ao contrário do que aconteceu em 2011, onde problemas na comercialização de suas safras não corresponderam àqueles incentivos.

O cenário em 2012 é positivo para o agronegócio pernambucano. A expansão desse setor deve ser estimulada pelo consumo aquecido do mercado interno.

A avicultura pernambucana, pressionada pelos excessivos aumentos nos seus custos de produção, desacelerou os ritmos de alojamento e produção dos pintos de corte em 2011. Essa elevação de custos é bastante agravada pela total dependência de importações de seus principais insumos (milho e farelo de soja), num quadro de crise econômico-financeira internacional.

Concomitantemente, o Estado enfrentou aumento de importações, em aproximadamente 14%, dos produtos avícolas de outros estados.

A desaceleração da produção e alojamento estadual de pintos de corte aconteceu nos três primeiros trimestres do ano. No quarto trimestre de 2011, a produção estadual de pintos mostrou retomada de crescimento (6,1%), mas em escala inferior ao mesmo trimestre do ano anterior (0,8%). O balanço anual revela um crescimento anual em torno de 2%, segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM.

No âmbito regional, a avicultura nordestina não desacelerou, mas só apresentou taxa de variação de 2,7% no ano, influenciada pelo baixo crescimento de Pernambuco que, ao lado da Bahia e do Ceará desfrutaram de uma participação de 81% da produção regional de pintos de corte.

A produção nacional de pintos de corte revelou maior estabilidade em suas taxas de variação, estimulada pelo potencial de seu mercado interno e externo. A pequena variação em seu volume de carne de frango exportado (3,2%) impediu que o crescimento da produção nacional superasse a marca de 4%.

Mesmo a despeito de um mercado regional mais competitivo, a avicultura pernambucana recuperou seu fluxo de comércio intra regional em 2011, após o recuo ocorrido em 2010. Tendo em vista os condicionantes da avicultura pernambucana perante sua logística e o arrefecimento do mercado exterior, a Agência CONDEPE/FIDEM prevê um crescimento de 2,7% desse setor para o ano de 2012.

Dentro desse contexto, a CONAB/PE vem atuando de forma a contribuir para o crescimento e desenvolvimento do Estado, principalmente através da implementação das políticas agrícolas e de abastecimento vigentes, objetivando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado.

Ainda, considerando a missão institucional da CONAB que é: “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, esta Regional centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

- a) *Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos;*
- b) *Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar;*

- c) *Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos;*
- d) *Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte;*
- e) *Articular a modernização do mercado de hortifrutigranjeiros.*

Entretanto, mesmo com todo o esforço da Superintendência para alcançar as suas metas, através da execução de todas as ações relativas às políticas da empresa, vários fatores, externos e internos, influenciaram para que não fosse possível a realização do todo previsto.

No âmbito externo, em razão do início de uma nova gestão no Governo Federal, fatores políticos e econômicos influenciaram diretamente na liberação tardia e reduzida de recursos financeiros necessários que são para o bom andamento dos programas executados pela Conab. Isso fez com que grande parte das ações da Companhia, voltadas quase que exclusivamente para atender programas sociais, não acontecesse do tamanho desejado.

Em se tratando da compra dos produtos oriundos da agricultura familiar pela Compra Direta, em 2011 nenhuma aquisição foi feita por falta da disponibilização de recursos. Esta Regional, também ficou sem estoque público suficiente para atender as demandas emergenciais, tanto na distribuição de alimentos às pessoas que passam por situação de insegurança alimentar e nutricional, como também sem estoque de milho para ser vendido aos pequenos produtores ou agroindústrias de pequeno porte, através do programa Venda em Balcão, tornando-se um fator de risco para o governo.

A falta de estoque do milho se deu, durante alguns meses, na Unidade Armazenadora de Recife. Já na Unidade de Arcoverde, houve atendimento aos produtores com o abastecimento do milho, durante todo o ano de 2011.

Apesar de alguns déficits no âmbito do fortalecimento da Agricultura Familiar, a Regional de Pernambuco atuou em mais de 50 dos municípios de Pernambuco, através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, mais especificamente com o Compra com Doação Simultânea, investindo somente no ano de 2011 um valor de mais de 30 milhões de reais, beneficiando agricultores vinculados a associações e/ou cooperativas, bem como os consumidores.

A partir da execução desses projetos, nos mais diversos municípios, a Conab desempenhou o seu papel de articulador no mercado de hortifrutigranjeiros, na medida em que estimulou o fortalecimento do associativismo e cooperativismo, o planejamento da produção, o plantio de produtos hortifrutigranjeiros e demais produtos, a melhoria na alimentação e outros fatores consequentes do desenvolvimento dos projetos.

Para assegurar a garantia do preço mínimo bem como o abastecimento do mercado, desempenhando o seu papel de regulador, a Sureg_PE contribuiu significativamente na organização e fortalecimento do comércio varejista de pequeno porte, através da criação de redes de fortalecimento. Atualmente contamos com 4 (quatro) redes distribuídas na capital e no sertão do Estado, e no exercício de 2011 mais 47 varejistas aderiram ao REFAP.

Fizemos ainda, a doação de aproximadamente 260 mil cestas de alimentos às populações de comunidades específicas, por meio de termo de cooperação técnica firmado junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e ao Ministério da Integração Nacional – MIN.

Para que todas as operações se desenvolvam da melhor forma, se faz necessário, dentre outras, a constante contratação de bens e serviços e de um corpo técnico em condições de alcançar os objetivos e metas planejados. Tanto para a execução das atividades mais operacionais como para aquelas que exigem um maior conhecimento, como por exemplo à realização de procedimentos licitatórios, é essencial ser feito por pessoas capacitadas.

É notória, em algumas atividades, a falta de profissionais mais preparados para realizá-las, e para tanto se faz necessário a contratação de novos servidores e de um maior investimento em

capacitar os que atualmente desempenham tais funções. Outras condicionantes restringem a nossa atuação: uma estrutura organizacional inadequada aos modernos modelos de gestão pública, cultura organizacional focada em preceitos administrativos defasados e comportamentos tradicionais e a inexistência de um setor formal de planejamento estratégico.

Em contrapartida a este cenário, dispomos de uma equipe comprometida com os resultados da empresa e um bom relacionamento entre os gestores e o corpo funcional. E dentro desse contexto, a Sureg abriu diversas frentes visando o aprimoramento institucional e o desempenho dos que aqui atuam. São eles:

- *Programa de capacitação em várias áreas de atuação*
- *Programa de melhoria na qualidade de vida*
- *Criação de um grupo responsável pela elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico e das ações desenvolvidas pela Superintendência*
- *Criação de um grupo de acompanhamento e consultoria relativo à operacionalização do PAA, hoje um dos mais visados programas executados pela Companhia*
- *Realização de parceria com o Governo Estadual visando atender aos pequenos produtores quando considerado o período de estiação por meio da execução de programas como a Venda em Balcão Especial,*
- *Gerenciamento participativo no qual todos os empregados têm a oportunidade de contribuir com a melhoria contínua da gestão.*

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

É fato notório que o impacto das mudanças no ambiente de negócios atinge a todos. A questão atual é como desenvolver metodologias de inovação nas organizações que lidem com ameaças e antecipem oportunidades. Indo além, como transformar problemas e ameaças em oportunidades e como converter oportunidades em resultados sustentáveis no tempo.

Na agricultura brasileira existem várias consoantes que interferem no ambiente de negócios, quais sejam a logística, câmbio, política agrícola, tecnologia e bioenergia. Tais fatores também interferem na agricultura familiar, público alvo de vários programas da Conab, principalmente nos aspectos de logística e política agrícola, talvez não em sua totalidade e complexidade, mas interfere no seu desempenho.

Diante desse contexto e da necessidade de avançar na capacidade de comercialização dos produtos é que a Conab vem desempenhando seu papel com o objetivo de avançar na organização econômica da agricultura familiar, criando um ambiente de negócios onde se combinem as tradições produtivas da agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a competitividade.

E regular mercado, uma das funções da Conab, proporciona a criação de novos ambientes de negócios que, no ano de 2011, tendo em vista vários aspectos já apontados no item ambiente de gestão, como a liberação tardia ou insuficiente de recursos financeiros, não foi totalmente executado.

E em virtude disso, apesar de identificada a necessidade de intervir no mercado da compra da farinha da mandioca aos agricultores familiares, por meio da compra direta, na Região do Araripe, não foi alcançada a meta estabelecida. Da mesma forma, aconteceu com a aquisição do feijão na Região do Agreste do Estado. Entretanto, é importante salientar que somente o fato da possibilidade de intervenção da Conab em determinado município, faz com que o mercado aqueça e reduza a interferência dos atravessadores, aumentando o preço praticado.

Para o ano de 2012, a intenção da CONAB é intervir em determinados municípios, através da Compra Direta de outros produtos, além dos comumente adquiridos. Porém, é necessário uma

avaliação prévia no município com o intuito de verificar a produção, preço dos produtos e outros fatores decisivos para a efetiva intervenção, principalmente num ano em que a previsão de seca continua, o que dificultaria a produção pelos pequenos agricultores.

Ainda com o intuito de regular e abastecer o mercado, executamos o Programa de Venda em Balcão, atendendo diversos municípios onde possuem pequenos produtores de aves, suínos, ovinos e bovinos, principalmente quando da sua dificuldade em adquirir grãos, insumos necessários para esta atividade. Atualmente, considerando o cenário atual de seca nos Estados do Nordeste, foi subsidiado pelo Governo Federal o valor do milho por R\$ 18,10 (dezoito reais e dez centavos) que terá validade, acaso não seja renovado, até dezembro de 2012.

O programa está sendo denominado de Venda em Balcão – Especial, tendo em vista que será executado nos moldes do Venda em Balcão, mas com alguns critérios estabelecidos em Portaria, como o limite por produtor e valor.

A já citado programa de fortalecimento e apoio aos pequenos varejistas é o REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar e Produtos Básicos que beneficiou mais de 45 mil famílias somente no ano de 2011. Nesse programa a Sureg vem fornecendo total apoio, como a disponibilização, sempre que autorizado, de novos produtos a serem oferecidos ao mercado, disponibilização de estrutura física e apoio operacional para as reuniões semanais com os associados às redes varejistas que acontecem na sede desta Regional e demais necessidades apontadas pela equipe responsável pelo programa.

Quando se trata de apoio a comercialização, ressaltamos que os programas Aquisição e Empréstimo do Governo Federal – AGF e EGF, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO, Prêmio Para escoamento do Produto - PEP, praticamente não são utilizados nas nossas intervenções em face da nossa produção agrícola, historicamente, não atingir volumes que provoquem queda acentuada nos preços ao produtor que necessitem utilizar a Política de Preços Mínimos.

Nos anos de 2009 e 2010, executamos os pagamentos da subvenção econômica realizados diretamente aos produtores de cana-de-açúcar ou por meio de suas cooperativas. Em 2011, houve o pagamento da subvenção econômica da cachaça, complementando os anos anteriores. Para este ano de 2012, já está previsto, a partir de agosto, novos pagamentos de subvenção destinados aos produtores de cana-de-açúcar do Estado de Pernambuco.

Outro programa executado objetivando apoiar a comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores familiares, através de associações e/ou cooperativas é a Compra com Doação Simultânea, Compra Direta da Agricultura Familiar e Formação de Estoque, todas modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos. A Compra Direta e a Compra com Doação Simultânea já foram contemplados no item 2. A Formação de Estoque não foi citada, por apesar de ser uma modalidade possível, não foi executado nenhum projeto no ano de 2011.

No que se refere à demanda por serviços de armazenagem, informamos que tal demanda é muito reduzida quando comparada à armazenagem de terceiros ocorridas em outros Estados do Centro-Sul. No Nordeste, como um todo, prevalece a armazenagem de estoque públicos, tendo em vista que o destaque se dá para os programas sociais desenvolvidos e executados pelo Governo. Porém, no ano de 2011, houve armazenagem de terceiros na Unidade Armazenadora de Recife que possui capacidade estática de 26.626 toneladas, gerando uma receita mais de 28 mil reais. Já na Unidade Armazenadora de Arcoverde, com capacidade estática de 1.819 toneladas, não houve armazenagem de terceiros, prevalecendo os estoque do milho e das cestas destinadas às comunidades específicas.

Apesar de termos em nosso corpo técnico o quantitativo de 05 (cinco) classificadores, os equipamentos disponíveis para classificação dos grãos não são adequados para alguns tipos de produtos, como os farináceos, por exemplo, necessitando da utilização de serviços de empresas privadas para execução de todo o trabalho relativo à classificação. São elas: ONG Pedra D' Água – HORTICLASSE e o Serviço de Classificação Ltda - SERPA, localizados no Recife/PE. Para análise de alimentos utilizamos o LEAL, laboratório da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Quando há a necessidade de armazenamento de produtos além da capacidade dos nossos armazéns, tem-se a opção de contratar armazéns privados ou alugar galpões com estrutura para estes serviços, sendo importante iniciarmos um novo cadastramento/recadastramento em razão de sua defazagem. Porém, no ano de 2011 não houve a necessidade de alugar armazéns. Da mesma forma, é esta a previsão para o ano de 2012.

Alguns dos serviços e/ou produtos podem gerar receita própria, como a armazenagem de terceiros, classificação dos produtos agrícolas, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos através do programa Venda em Balcão, Refap e programas do PAA, quando o recurso é oriundo do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. No ano de 2011, somente os serviços de armazenagem de terceiros, o programa de Venda em Balcão e o Refap proporcionaram receita para a Companhia.

Diante do que foi exposto, podemos avaliar o ano de 2011 como um ano atípico, em virtude dos vários aspectos já apontados. Esses fatores refletiram nas ações que estão sendo desenvolvidas no ano de 2012, quando tratado o fator de formação de estoques públicos. A previsão para os anos de 2012/2013 é que o Governo invista mais na aquisição dos produtos, com a finalidade de apoiar a comercialização dos pequenos produtores, agricultores e atender à população que se enquadra nos critérios decisivos para serem beneficiados pelos programas governamentais.

3 – Sustentação de Renda

3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo),

promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.2 - Intervenções Realizadas em 2011

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por diversos produtos. Destes, tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão. Porém não foram realizadas intervenções no Estado de Pernambuco, apesar de termos identificado uma possibilidade via CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar com a farinha de mandioca, cujos preços caíram abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo federal - R\$ 44,00 a saca de 50Kg. Tal fato ocorreu entre junho e setembro de 2011 quando o preço da saca oscilou entre R\$ 36,00 e R\$ 38,00. A intervenção não ocorreu devido a não liberação de recursos por parte do governo federal.

Destaca-se na agricultura pernambucana a cultura de cana de açúcar e, em menor escala, o milho, o feijão e o arroz. Altamente dependente das condições climáticas, principalmente na região do semi-árido (região central e oeste do Estado); com baixa aplicação de recursos financeiros, alto emprego de mão de obra familiar e, ainda, caracterizada em sua maioria como de subsistência, a produção agrícola não é suficiente para o atendimento à demanda interna, principalmente do setor avícola, necessitando de importações de outros estados, com destaque os da Região Centro-Oeste.

3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços

de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados//beneficiados, próprios para o consumo humano.

•**Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos in natura da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto in natura por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

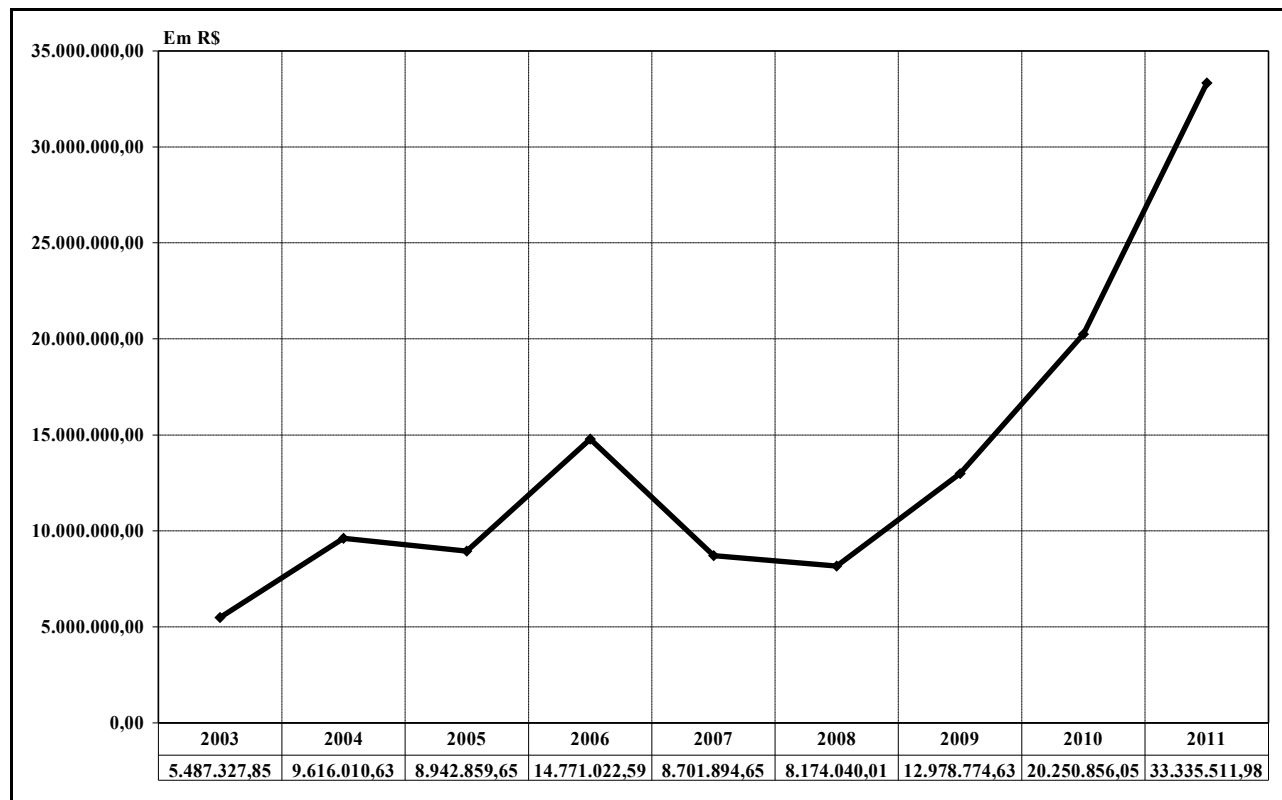
O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 2.470 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 7.535 famílias, com aquisição de 23.396 toneladas de diversos produtos alimentícios.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. A figura a seguir apresenta a evolução dos recursos aplicados pela Sureg-PE.

Figura X – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-PE



c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Em 2011, não houve demanda para aquisição por meio da CDAF tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

Também, devido ao fato da operacionalização da CPR-Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Por meio da CPR-Doação, em Pernambuco, foram doadas 23.396 toneladas de diversos produtos alimentícios a 663 instituições sociais, beneficiando 437.417 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro III – Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
PE	53		7.535	23.396	33.335.511,98	663	437.417
Total			7.535	23.396	33.335.511,98	663	437.417

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

3.2.2 – Subvenções do Governo Federal

a) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

Subvenção econômica concedida de acordo com a Lei n.º 12.249/10, alterada em setembro de 2011, pela Lei n.º 12.490, aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA.

A alteração na redação da Lei se deu para inclusão de um novo público como beneficiário da subvenção. A partir desta, os canavieiros que venderam sua produção às destilarias, e não somente às usinas, passaram a ter direito ao recebimento da subvenção.

No Estado de Pernambuco foram beneficiados nesta operação 1.427 agricultores, com subvenção no valor total de R\$2.636.951,87. Foi o primeiro ano em que esse público foi contemplado, por isto não é possível comparação com o exercício anterior.

3.3 – Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn =Quantidade negociada e Qd =Quantidade demandada; Pep =Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Q_n/Q_d onde: Q_n =Quantidade negociada e Q_d =Quantidade demandada; Pepró=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas com o objetivo				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(E_a/E_p)*100$ onde E_a =Número de Extrativistas alcançados; E_p = N° de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta, com sua atividade e consequentemente evitando				
Fonte dos dados: Sugof/Gebio				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

4 – Promoção do Abastecimento

4.1 Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,

- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

As ações desenvolvidas pela Sureg-PE em 2011, visando a regularização do abastecimento interno, incluíram a venda de estoques governamentais em balcão, a venda com subvenção VEP, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDS), a distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres naturais (MI) e na Suplementação da Oferta de Alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social.

Essas ações não obtiveram o alcance desejado porque no exercício de 2011 houve uma expressiva contenção de recursos por parte do governo federal, prejudicando de maneira acentuada a operacionalização dos programas com subvenção.

Com relação ao milho, cuja produção no Estado é inferior a demanda, foi necessário mais uma vez importá-lo de outros estados brasileiros. Em 2011, os preços de mercado do milho estavam melhores do que os bônus oferecidos pelo governo federal. Tal fato fez com que os avicultores fossem comercializar diretamente com os produtores e em outros estados da federação.

Acreditamos que o aproveitamento da transposição do rio São Francisco seja uma alternativa capaz de reverter esse quadro. A produção de milho em projetos de irrigação, ao longo do rio, poderia ser uma solução a ser incentivada e promovida pelo governo federal, paralelamente ao combate à seca e aos danos ocasionados por ela.

A seguir descrevemos com mais detalhes, neste item e em outros que se seguem, cada uma das operações supracitadas e outras informações relevantes.

4.2 Ações desenvolvidas

4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM

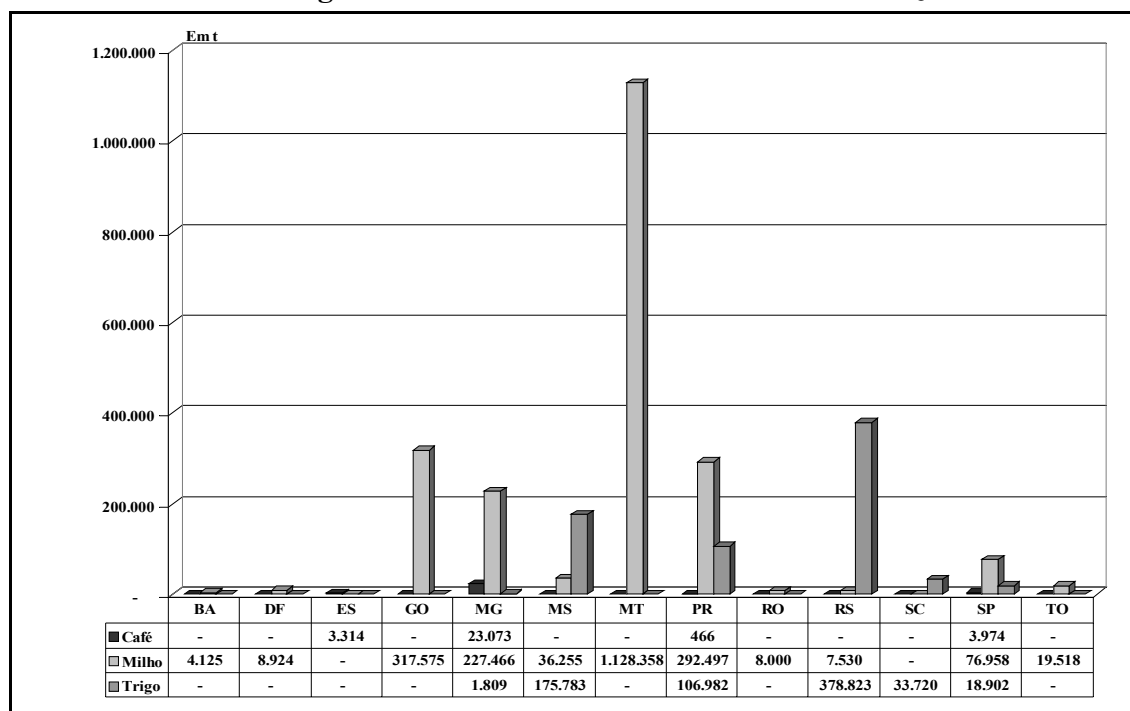
a) Vendas em Leilões Públicos

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2011 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, conseqüentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do café e do milho.

Entre os meses de abril a setembro foi realizada a venda de mais de 570 mil toneladas de trigo em decorrência da seca, principalmente nos principais países produtores, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno. Pelo mesmo fator, mas durante o último trimestre, foram disponibilizadas ao mercado nacional algo em torno de 30 mil toneladas de café em grãos, para aproveitar o momento em que as cotações estavam elevadas, em razão da oferta mundial apertada, comparada à demanda, influenciando, assim, os preços internos do grão.

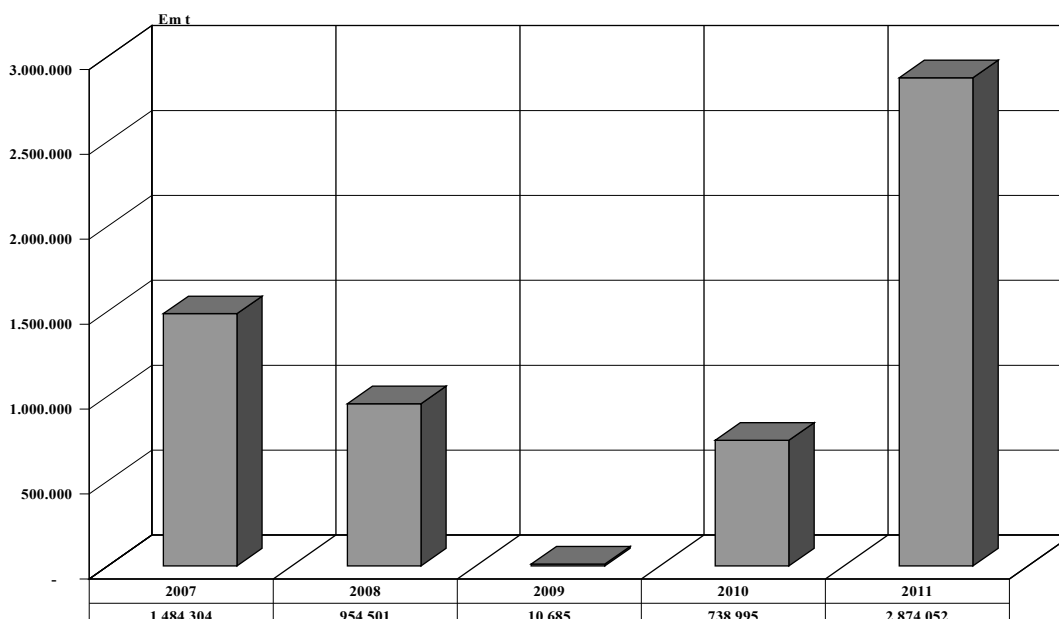
Em função do seu grau de importância no cenário mundial, a queda da produção da safra norte-americana de milho e o aumento no consumo mundial geraram uma relação estoque/consumo extremamente ajustada. Dessa forma, no início do ano as exportações de milho foram muito elevadas. Fatores climáticos também atingiram o País, o que ocasionou o atraso na colheita e a necessidade de venda, para suprimento ao mercado interno, de **mais de 800 mil toneladas** de milho. As vendas efetivadas por meio de leilões públicos foram realizadas durante todo o ano de 2011, utilizando-se, para tanto, os estoques públicos existentes nos estados da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Tocantins.

Figura XI - Vendas em Leilões Públicos Fonte: Suope/Gecom



Foi diferente a atuação da Companhia em comparação aos dois exercícios anteriores. Naqueles anos, as cotações das principais *commodities* atingiram patamares inferiores aos preços mínimos causando perda de renda dos produtores rurais, levando a Companhia a intervir no mercado no sentido de reduzir a oferta, por meio de aquisições (AGFs e Contrato Público de Opção de Venda) e pela concessão de subvenções, objetivando o escoamento da produção das zonas produtoras para áreas desabastecidas ou para exportação. As vendas em 2009 e 2010, alcançaram 10,7 e 739,0 mil toneladas respectivamente, envolvendo algodão em pluma, arroz, feijão, milho e sorgo.

Figura XII – Evolução das Quantidades Vendidas



Fonte: Suope/Gecom

b) Vendas em Leilão Público, com Subvenção

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto-VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

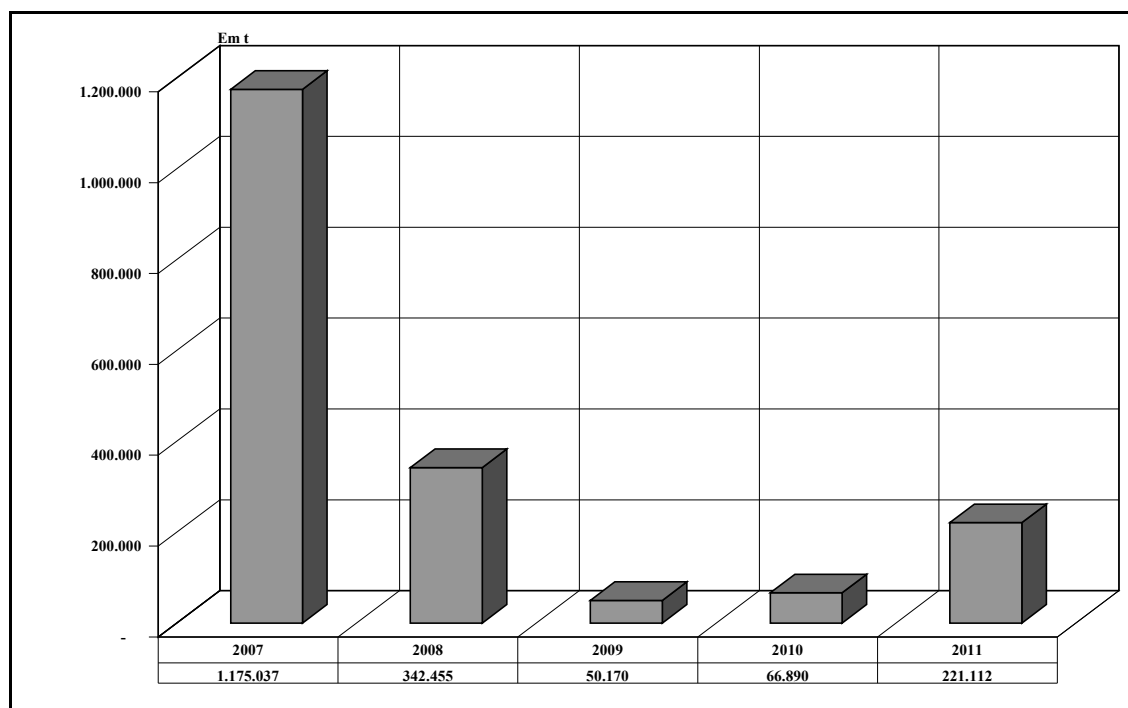
Em 2011, pelo motivo já citado, foram realizadas vendas de 221.112 toneladas de milho armazenados nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com escoamento para estados da Região Nordeste. Em relação ao exercício anterior verificou-se incremento de 230,56% nas quantidades vendidas.

O quadro a seguir demonstra, detalhadamente, e por região, no caso Centro-Oeste e Sudeste, a participação da SUREG-PE neste tipo de modalidade de venda. O total VEP obtido no exercício de 2011 foi de R\$ 8.826.760,30.

Quadro IV – Demonstrativo de Comercialização pelo VEP

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor da Operação (R\$)		Valor do Prêmio (R\$)	UF de Destino	Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R\$)	
	Ofertada	Negociada	Sem ICMS e com Prêmio	Com ICMS e sem Prêmio			Vendida	Comprada	Previsto	Pago
GO	10.038	9.706	4.213.518,51	3.666.434,56	878.407,93	AL	150	112	13.575,00	10.181,25
						CE	1.520	1.520	137.605,25	137.605,25
						PE	7.417	1.417	671.220,40	670.947,09
						PI	38	37	3.393,75	3.393,75
						RN	581	581	52.613,53	52.613,53
Subtotal	10.038	9.706	4.213.518,51	3.666.434,56	878.407,93	-	9.706	3.667	878.407,93	874.740,87
MG	10.000	10.000	4.942.000,00	3.434.333,00	1.713.000,00	AL	1.012	1.012	173.304,21	173.304,21
						BA	1.271	1.271	217.722,30	217.722,30
						CE	300	300	51.390,00	51.390,00
						PB	637	637	109.203,75	109.203,75
						PE	4.652	4.652	796.887,60	796.817,35
						RN	635	635	108.775,50	108.775,50
						SE	1.493	0	255.716,64	0,00
Subtotal	10.000	10.000	4.942.000,00	3.434.333,00	1.713.000,00	-	10.000	8.507	1.713.000,00	1.457.213,11
MS	200.750	138.472	54.345.652,44	41.114.133,47	14.125.214,29	AL	2.241	2.241	258.116,37	258.116,37
						BA	11.229	11.199	1.368.627,65	1.368.582,60
						CE	23.088	23.088	2.760.178,75	2.760.178,75
						ES	17.321	16.777	31.177,80	30.199,19
						PB	17.992	16.790	2.140.094,62	2.002.924,62
						PE	56.122	56.122	6.646.943,10	6.646.931,85
						PI	2.215	2.215	269.920,80	269.920,80
						RJ	2.789	2.789	5.020,20	5.020,20
						RN	3.375	2.925	405.525,00	349.275,00
SE	2.100	2.100	239.610,00	239.610,00						
Subtotal	200.750	138.472	54.345.652,44	41.114.133,47	14.125.214,29	-	138.472	136.246	14.125.214,29	13.930.759,38
MT	511.882	62.934	17.829.421,58	16.589.261,51	2.631.082,51	AL	1.375	1.375	34.940,55	34.940,55
						BA	3.981	3.870	217.611,10	207.832,00
						CE	24.375	24.373	1.151.370,05	1.151.370,05
						MA	76	76	5.593,60	5.593,60
						PB	7.999	6.999	350.891,00	321.791,00
						PE	21.747	20.546	743.024,01	712.064,01
						PI	414	414	21.230,40	21.230,40
						RN	1.773	1.462	74.918,85	69.418,15
SE	1.194	1.194	31.326,75	31.326,75						
Subtotal	511.882	62.934	17.829.421,58	16.589.261,51	2.631.082,51	-	62.934	60.309	2.630.906,31	2.555.566,51
Total Geral	732.670	221.112	81.330.592,53	64.804.162,54	19.347.704,73	-	221.112	208.729	19.347.528,53	18.818.279,87

Fonte: Suope/Gecom

Figura XIII – Evolução das Quantidades Vendidas – VEP

Fonte: Suope/Gecom

c) Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o

acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

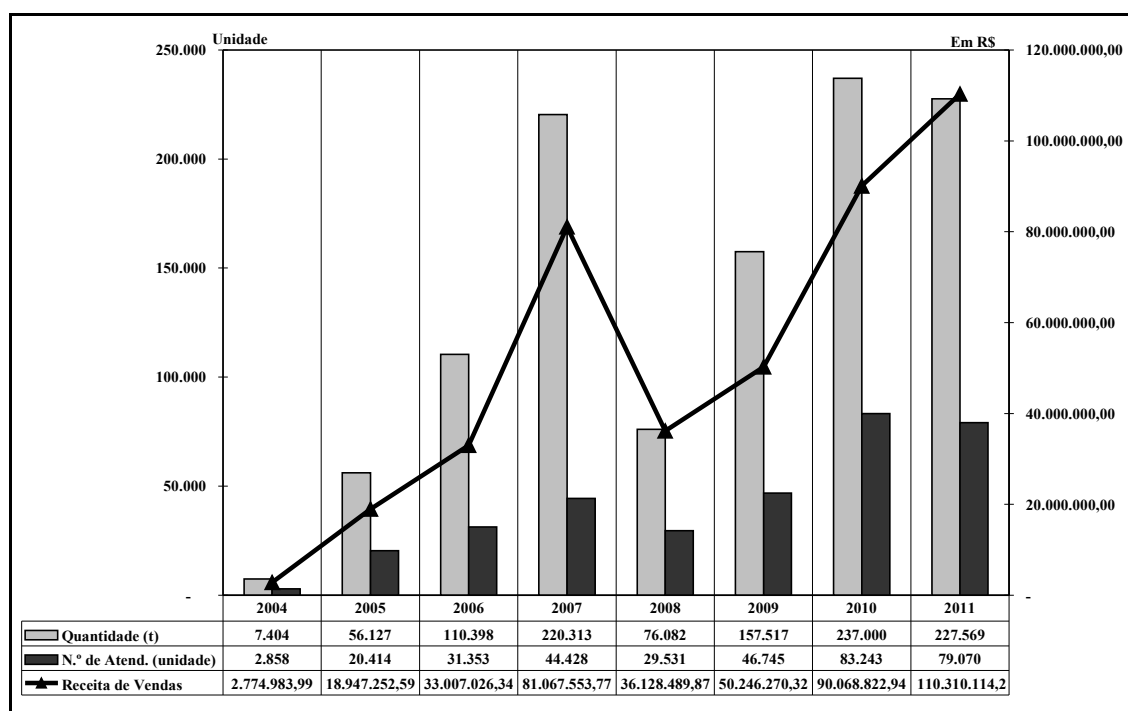
As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, totalizando 228.272 toneladas de produtos, sendo: 227.322 toneladas de milho em grãos, 827

toneladas de farelo de arroz, 111 toneladas de quirera de arroz e 12 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 80.684 atendimentos.

Em Pernambuco a modalidade de venda em balcão foi exclusiva para o milho. Em 626 atendimentos efetuados, foram vendidas 2.484 toneladas do produto que renderam R\$ 1.334.548,18. Comparativamente com o resultado de 2010, houve queda na quantidade de toneladas vendidas (38,87%), de clientes atendidos (33,33%) e da receita obtida (15,58%).

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

Figura XIV – Evolução do Programa Vendas em Balcão



Fonte: Supab/Gepab

d) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap

Em 2009, a Conab passou a disponibilizar parte dos estoques públicos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA para comercialização por meio da Refap, beneficiando as populações de baixa renda clientes dos pequenos mercados nas periferias das grandes cidades e integrantes de Centrais de Negócios. Em 2011, foram comercializadas 2.087 toneladas nas Centrais de Negócios já formadas.

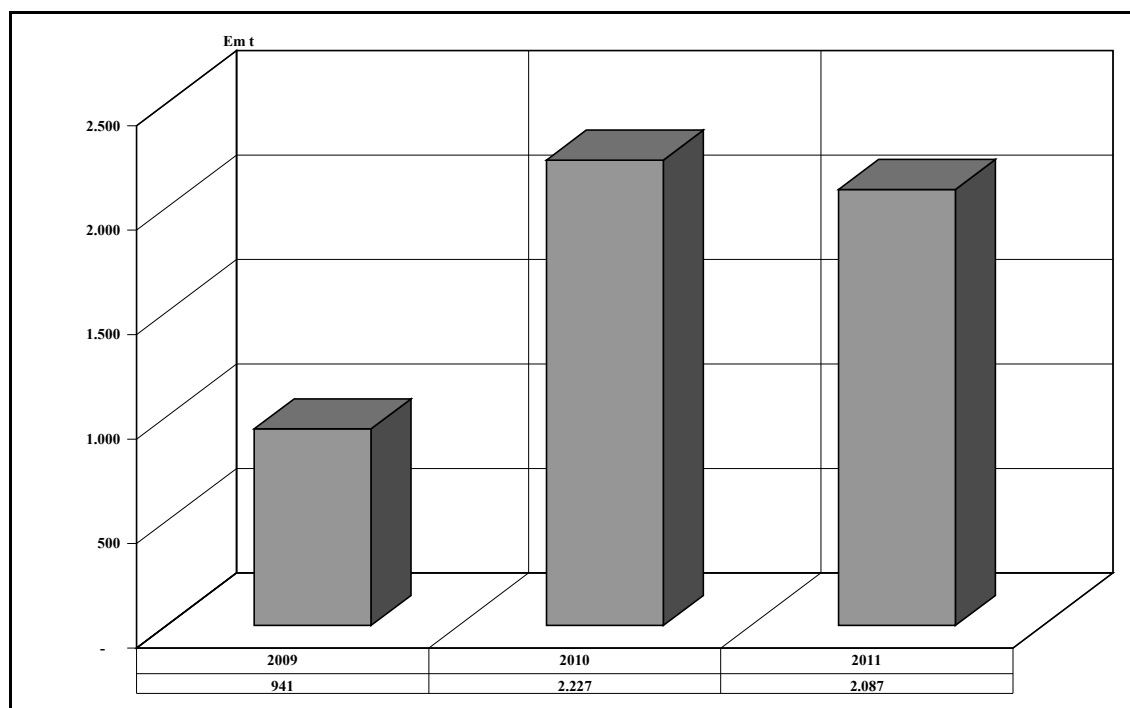
Quadro V – Demonstrativo de Vendas pela REFAP

Sureg	Quantidade (t)					Total	Valor (Em R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
	Açúcar	Arroz Beneficiado	Farinha Mandioca	Leite em pó	Pêssego em calda				
AM	-	3,8	-	-	-	3,8	4.158,00	9	630
BA	53,8	29,2	-	9,1	-	92,1	168.631,70	102	40.875
CE	39,6	59,4	-	5,6	-	104,6	158.182,80	373	35.324
MA	37,7	38,8	-	10,1	-	86,6	163.579,40	198	35.435
PB	31,9	49,1	-	5,3	-	86,3	146.029,50	207	29.400
PE	1.305,5	112,5	42,6	79,0	-	1.539,6	2.368.733,26	1.760	730.603
PI	49,4	74,9	-	49,8	0,3	174,5	509.062,32	706	78.147
Total	1.517,9	363,8		159,0	0,3	2.087,4	3.518.376,98	3.355	950.414

Fonte: Supab/Gevap

A quantidade de produtos disponibilizada pela Conab para comercialização nas Centrais de Negócios depende do volume de estoques disponíveis. Em relação ao exercício anterior verificou-se redução de 6,3% nas quantidades vendidas.

Figura XV – Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap



Fonte: Supab/Gevap

4.2.2 Apoio à Comercialização com Subvenção

Em cumprimento às determinações contidas nas portarias interministeriais anteriormente citadas e com recursos financeiros descentralizados pelo Ministério da Fazenda, a Conab realizou leilões públicos de concessão de subvenção econômica objetivando o escoamento do excedente da produção agrícola das zonas de produção para áreas desabastecidas, reduzindo-se, assim, a ocorrência de pressões de alta nos preços nestas áreas e de baixa nas zonas de produção minimizando, ainda, os prejuízos causados pela ação de atravessadores.

4.2.3 Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Em 2011, foram realizados 1.738.726 atendimentos a 396.769 famílias com distribuição de 42.419 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal.

Em Pernambuco, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, decorrente da cooperação Conab x Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, mediante Termo de Cooperação respectivo, alcançou os seguintes resultados:

- Acampados – 31.754 famílias – 145.386 atendimentos e 3.285 Kg de alimentos entregues.
- Quilombolas – 4.713 famílias – 22.614 atendimentos e 503 Kg de alimentos entregues.
- Comunidades de Terreiro – 1.300 famílias – 6.500 atendimentos e 142 Kg de alimentos entregues.
- Atendimentos Especiais – 14.000 famílias – 14.740 atendimentos e 310 Kg de alimentos entregues.
- Indígenas – 5.865 famílias – 27.525 atendimentos e 615 Kg de alimentos entregues.
- Pescadores Artesanais – 600 famílias – 5.385 atendimentos e 125 Kg de alimentos entregues.

Ao todo foram realizados 222.150 atendimentos, atendidas 58.232 famílias e entregues 4.980 quilos de alimentos. Comparativamente com o ocorrido em 2010, verificou-se a uma diminuição significativa no número de famílias atendidas (-39,74%).

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

Em 2010 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos.

Os resultados obtidos pela SUREG-PE - em 2011 - foram estes:

- Emergência e Defesa Civil – 11.300 famílias – 11.300 atendimentos e 264 toneladas de alimentos entregues.
- Acampados – 12.642 famílias – 12.642 atendimentos e 274 toneladas de alimentos entregues.
- Quilombolas – 210 famílias – 210 atendimentos e 5 toneladas de alimentos entregues.
- Atendimentos Especiais – 2.148 famílias – 2.148 atendimentos e 98 toneladas de alimentos entregues.

Ao todo foram realizados 26.300 atendimentos, atendidas 26.300 famílias e entregues 641 toneladas de alimentos. Em 2010 nenhum atendimento desse tipo foi realizado.

c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Conab, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, 14.177 toneladas de produtos alimentícios.

Com relação a este item, as ações realizadas em Pernambuco beneficiou 14 instituições com um total de 280 toneladas de produtos doados, assim discriminados:

- arroz = 15 toneladas
- farinha de mandioca = 265 toneladas

No exercício de 2011 a oferta de alimentos para entidades públicas e de interesse social foi bem inferior ao de 2010. Os índices percentuais foram estes:

- quantidade de instituições beneficiadas = - 94,35%
- toneladas de produtos doados = - 92,13%

4.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes				
Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $VPCx=(Pv_x/PGR_x)-1*100$ onde, $VPCx$ =Variação do preço da cesta X para o consumidor, Pv_x =Preço da cesta X nos varejistas filiados e PGR_x =Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial				
Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof/Geole				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Qnt/Qp \times 100$ onde, Qnt = Quantidade de produtos em Nota Técnica e Qp =Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.				
Fonte dos dados: Sugof/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Sugof/Gerab				
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtraí-los do volume de Vendas do mês correspondente $[(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y$. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x = Preço de mercado em cada mês, \bar{x} = Média de preço dos 12 meses do ano, y = Volume utilizado (compra e venda) no mês, \bar{y} = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r =coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: $-1 \leq r \leq 1$ indica a intensidade da relação entre as variáveis. $r=-1$, $r=1$:perfeita /forte; $0,10 \leq r \leq 0,3$:fraca; $0,40 \leq r \leq 0,6$: moderada; $0,70 \leq r \leq 1$: forte. Valores de “r” estão apresentados em módulo.				
* - COHEN, Jacob. (1988), <i>Statistical power analysis for the behavioral sciences</i> . Hillsdale, NJ, Erlbaum.				
- DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), <i>Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows</i> . Porto Alegre, Artmed.				
Fonte dos dados: Sugof/Suinf				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Acima de 0,30				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

5 – Articulação e Organização do Abastecimento

Além das ações concretas materializadas por meio de remoções dos estoques públicos para comercialização em áreas carentes, das vendas realizadas por meio de leilões, com ou sem subvenção, das vendas em balcão e da concessão de subsídios para o escoamento da produção, a Conab desenvolve ações objetivando a melhoria e organização do abastecimento.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte dos mercados passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

Além deste, e na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, foi criada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, ainda em fase de estruturação. A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2011, para o Estado do Amazonas.

5.1 – REFAP

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;

- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

Desde a sua criação, a Refap recebeu a adesão de 978 varejistas tendo sido consolidada a formação de 8 centrais de negócios e 9 estão em formação, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro VI – Demonstrativo de Varejistas Filiados à REFAP

UF	Varejistas Filiados		Centrais de Negócios	
	Adesões em 2011	Total	Formadas	Em formação
AM	15	47	0	1
BA	3	96	1	0
CE	9	270	1	1
MA	0	93	0	1
PB	4	148	5	0
PE	47	197	1	3
PI	74	127	0	3
Total	152	978	8	9

Fonte: Supag/Gevap

Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional da Refap, com o objetivo de nivelar e capacitar as equipes técnicas da Conab que atuam diretamente com a Rede. Durante o evento foram proferidas palestras com os seguintes temas: O Associativismo e o Pequeno Varejo Alimentar no Brasil, Tendências de Mercado no Associativismo, Desafios e Oportunidades de Centrais de Negócios, Casos de Sucesso em Centrais de Negócios e Superação de Dificuldades na Formação de Centrais de Negócios. Na oportunidade, foram realizadas 'salas de situações' quando foram discutidas, analisadas e apresentadas sugestões objetivando o aprimoramento da metodologia de formação das redes e a necessidade de padronização das informações dos relatórios operacionais/gerenciais.

Também foi realizada apresentação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS dos projetos para expansão da Refap e da implantação de Unidade de Serviço Móvel Fluvial que tem como objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, do extrativismo e pescado, bem como, o abastecimento social das populações ribeirinhas da Amazônia Legal, por meio de embarcações, tipo chata, atuando nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira e duas Unidades Armazenadoras Frigorificadas.

5.2 – Principais Indicadores de Desempenho

Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados	
Descrição: Percentual de mercados atacadistas integrados em relação aos existentes no Brasil	
Objetivo: Acompanhar a evolução do processo de integração dos mercados atacadistas, conforme meta prevista	
Tipo: Efetividade	
Unidade de Medida: %	
Meta: 100% dos mercados existentes	
Fórmula de Cálculo: (X/Y)	
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = número de mercados existentes	
Fonte: X e Y = Supab/Gehor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Periodicidade: Gerente da Gehor	
Resultados:	
2008	32,81
2009	53,13
2010	71,88
2011	84,38
Meta:	Realizado
Análise: Desde quando foi instituído o Programa tinha como meta integrar 64 mercados até o fim de 2011, sendo integrados no período 54 Ceasas/mercados. A meta não foi integralmente atingida devido a necessidade de investimentos, de organização e de capacitação de pessoal nas Ceasas e mercados atacadistas. Os 10 mercados restantes passaram a ser meta para 2012.	

Nome do Indicador: Evolução do número de Varejistas Cadastrados				
Objetivo do Indicador: Número de varejistas cadastrados em Centrais de Negócios				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $ICV = \frac{NCV(t) - NCV(t-1)}{NCV(t-1)} * 100$ onde, ICV=Indicador de cadastros de varejistas, NCV(t)=Número de cadastros de varejistas no trimestre atual, NCV(t-1)=Número de cadastros de varejistas no trimestre anterior.				
Centr				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
840				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab				
Objetivo do Indicador: Analisar a capacidade de integração dos mercados atacadistas hortigranjeiros à base de dados da Conab/Prohort.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab/Gehor				
Fórmula de cálculo e método de medição: Número de mercados integrados à base de dados da Conab/Prohort. A base de dados da Conab/Prohort compõe-se de um sistema integrado que contém informações sobre os preços praticados diariamente nos mercados, volume f				
Fonte dos dados: Mercados atacadistas de hortigranjeiros (Ceasas) - Gehor??				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

6 – Prestação de Serviços

6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social, a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos, formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A receita da Sureg-PE neste tipo de serviço, originou-se do armazenamento de cerca de 24 produtos diversos (bebidas, lâmpadas, detergentes, etc.) da Empresa ND Comércio Ltda., localizada no município de Jaboatão dos Guararapes. Conforme demonstrado na figura a seguir, em 2011, o faturamento total, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$ 28.383,79, com incremento de 4.591,70 % sobre a do exercício anterior.

Quadro VII - Receita de Armazenagem de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros		
	2009	2010	2011
Sede-Sureg/PE	-	152.41	28.383.79
Arco Verde	-	-	-
Recife	-	452.57	-
Total-Sureg	-	604.98	28.383.79

6.2 – Principais Indicadores de Desempenho

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Valor em R\$ milhões. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Trimestral e anual.				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(DA/Ef) \times 100$ onde DA=total de Desvios Apurados (ton) e Ef=total de Estoque fiscalizado (ton) Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

7.1 – Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total. Em Pernambuco, contamos com 2 unidades armazenadoras e 4 armazéns, totalizando 28.445 toneladas de capacidade estática convencional, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro VIII - Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
PE	2	4	28.445	0	0	28.445
Total	2	4	28.445	0	0	28.445

Fonte: Suarm/Gecad

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$63.088.000,00**, a qual foi atualizada para **R\$49.558.000,00**, conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R\$503.777,46 (R\$250.594,84 em despesas correntes e R\$253.182,62 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$697.406,65 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2012. Especificamente com relação a Sureg/PE, efetuamos em abril de 2012, o pagamento do total investido em 2011, R\$ 103.499,00, referentes a aquisição de 2 empilhadeiras conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro IX – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Em R\$

Sureg	Unidade	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	
PE	Recife	0,00	0,00	0,00	103.499,00	103.499,00
	total	0,00	0,00	0,00	103.499,00	103.499,00

Fonte: Siafi

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, conforme detalhado no quadro xxxx do Anexo xxxxx e no quadro a seguir.

Quadro X – Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras

Obras/Serviços/Equipamentos	N.º de Unidades	Capacidade e (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidade	Capacidade e (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidade	Capacidade e (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidade	Capacidade e (Em t)	Valor (R\$)	Total
Aeração	5	774.700	200.000,00	14	402.100	275.000,00	32	493.400	200.000,00	40	522.400	0,00	675.000,00
Cerca e Portão			0,00			0,00			120.000,00			0,00	120.000,00
Local para guarda de agrotóxico			70.000,00			210.000,00			770.000,00			1.015.000,00	2.065.000,00
Pavimentação			0,00			3.180.000,00			12.405.000,00			1.050.000,00	16.635.000,00
Recinto de análise			0,00			0,00			530.000,00			1.095.000,00	1.625.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			180.000,00			630.000,00			1.440.000,00			1.800.000,00	4.050.000,00
Sinalização de trânsito			15.000,00			42.000,00			96.000,00			110.000,00	263.000,00
Captação de material particulado (secador)			505.000,00			3.080.000,00			4.415.000,00			255.000,00	8.255.000,00
Sistema de combate a incêndio			0,00			2.815.000,00			5.500.000,00			5.660.000,00	13.975.000,00
Sistema de Movimentação de Produto			20.000,00			190.000,00			180.000,00			420.000,00	810.000,00
Ventilação ambientes confinados/semiconfinados			95.000,00			130.000,00			145.000,00			10.000,00	380.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m ³)			30.000,00			255.000,00			405.000,00			15.000,00	705.000,00
Total			5			774.700			1.115.000,00			14	402.100

Fonte: Suarm/Gearm

7.1.1 Estoques Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somava 608.306 toneladas e 2.767.502 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc). Nas unidades da Sureg-PE o resultado em 2011 foi de 2.637.466 toneladas de produtos agrícolas e 141.664 unidades de outros produtos, conforme os dois quadros a seguir.

Quadro XI – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
PE	2.637.466	4.424.763,32	141.664	168.020,71
Total	2.637.466	4.424.763,32	141.664	168.020,71

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

**Quadro XII – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Produtos Agropecuários**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
PE	Próprio	Público	Açúcar	266.886	554.989,44
			Arroz	901.970	1.010.206,40
			Farinha	120.264	107.363,83
			Feijão	30.010	44303,76
			Flocos de milho	133.443	177.104,61
			Leite	131.858	1.004.400,00
			Milho	652.717	518.909,70
			Óleo de soja	266.872	779.346,30
			Outros	133.446	228.139,28
Total				2.637.466	4.424.763,32

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

7.1.2 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas

cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços.

7.2.1 Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro XIII – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
Total	40.399.452	40.179.925	24.112.029	24.033.440

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas

em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

No âmbito da Sureg-PE, apenas uma ocorrência deste tipo se verificou. Conforme quadro a seguir, houve perda de 48 toneladas de milho em grãos na UA-Recife. A referida ocorrência, registrada no processo nº 21200.00.2880/2011-33, e classificada como perda em armazenagem - código 064, isto é, dentro dos parâmetros permitidos de acordo com o Cálculo do Tempo Médio de Depósito-TMD, sofreu a devida baixa contábil com a autorização da Gerência de Fiscalização, Classificação e Controle de Qualidade – GEFIS da Conab-Matriz.

Quadro XIV – Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos

Sureg	Produto	Perdas (Em t)				Total	
		Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		P. Qualitativas	P. Quantitativas
		AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem		
PE	Milho	-	-	-	48	-	48
Total		0	0	0	48	0	48

Em relação ao exercício anterior, de acordo com o quadro a seguir, verifica-se em Pernambuco queda de 63,87% no volume fiscalizado, também em função da redução dos estoques públicos e nas aquisições governamentais.

Quadro XV – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques - Sureg-PE

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	6.018	6.013	48	0
Contrato de Opção	3.954	3.954	2.413	2.413
Agricultura Familiar	7.880	7.880	4.076	4.076
Fome Zero	5.339	5.339	1.889	1.889
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	-	-	0	0
Total	23.191	23.186	8.426	8.378

Fonte: Gefis

Quadro XVI – Demonstrativo de Fiscalização - Sureg-PE

AGF	-	-	-	0
PEPRO	21	16	96	29
PEP	25	102	1	0
VEP	22	-	-	0
PROP	-	-	-	0
Propostas de Seguro Rural	1	1	-	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	0
Total	115	147	116	65

Fonte: Gevep

No quadro acima está demonstrado o número de fiscalizações realizadas em 2011. Ao todo foram 65, sendo 36 vinculadas a Vendas em Balcão e 29 relacionadas à concessão de subvenção econômica na forma de equalização de preços – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO. Ocorre que essas últimas referem-se à contratos firmados no exercício de 2010 e só realizadas em 2011.

Cabe ainda ressaltar que em 2011 mais 8 fiscalizações foram executadas para atendimento de outras regionais (Mato Grosso, Ceará e Paraná). Tal fato representou um aumento de 12,31% da meta estabelecida.

7.2.2 – Quadro de Fiscais

Os empregados listados a seguir, são formados e capacitados para atuarem como fiscais, no entanto, somente alguns efetivamente realizam tais atividades. No ano de 2011, somente os que estão destacados abaixo realizaram essas operações.

1. GENIVALDO M. DOS SANTOS - GEOPE
2. MARCO ANTONIO DE LEMOS - UA
3. **JOSE ROBERTO AMORIM ALEXANDRE - SEPAB**
4. DANIELE DE ALMEIDA SANTOS - SEOPE
5. **JOSE LINDEMBERG GUEDES - SEOPE**
6. FREDIRICO NUNES DA SILVA - SECOM
7. FLÁVIO MONTEIRO DE OLIVEIRA - SEOPE
8. RAFAEL SILVA DE LIMA - SEOPE
9. MARCOS ROBERTO DE ARAÚJO LIMA - SEOPE
10. **ERALDO RAMOS DA SILVA – SEOPE (FALECIDO RECENTEMENTE)**
11. EUDE GUEDES DE ANDRADE – SUREG
12. CLOVIS AFONSO FERREIRA FILHO – GEDES
13. VALDOMIRO SAMPAIO MARTINS – SUREG
14. CLÁUDIO MARTINS DE SENA – UA - RECIFE
15. FRANCISCO DANTAS DE ALMEIDA FILHO - SEGEO

7.2.3– Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 3.481 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

7.2.4 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 2.665 irregularidades nos armazéns vistoriados, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com participação de 35,5% do total. Em Pernambuco foram encontradas 18 irregularidades, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro XVII – Demonstrativo de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras - Sureg-PE

IRREGULARIDADES/ETAPAS	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	TOTAL
GOTEIRA	0	0	0	2	0	0	0	0	2	4
PISO COM AVARIA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
PÁSSAROS/POMBOS NO INTERIOR DO ARMAZÉM	0	0	0	2	0	0	0	0	1	3
FALTA TELA CONTRA PÁSSAROS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
INFILTRAÇÃO NA PAREDE/PISO	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
RACHADURAS NO INTERIOR DO ARMAZÉM	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
PORTAS DO ARMAZÉM EM MÁIS CONDIÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
EMPOÇAMENTO DE ÁGUA NO PÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
RACHADURA NO PISO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PILHAS FORA DO PADRÃO/ALTAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
MISTURA DE PRODUTOS ESTOCADOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
RUAS E TRAVESSAS INADEQUADAS/OBSTRUIDAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	0	0	0	8	0	0	0	0	10	18

Fonte: Gefis/Sufis

7.2.5 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

7.3 Atividade de Movimentação de Estoques

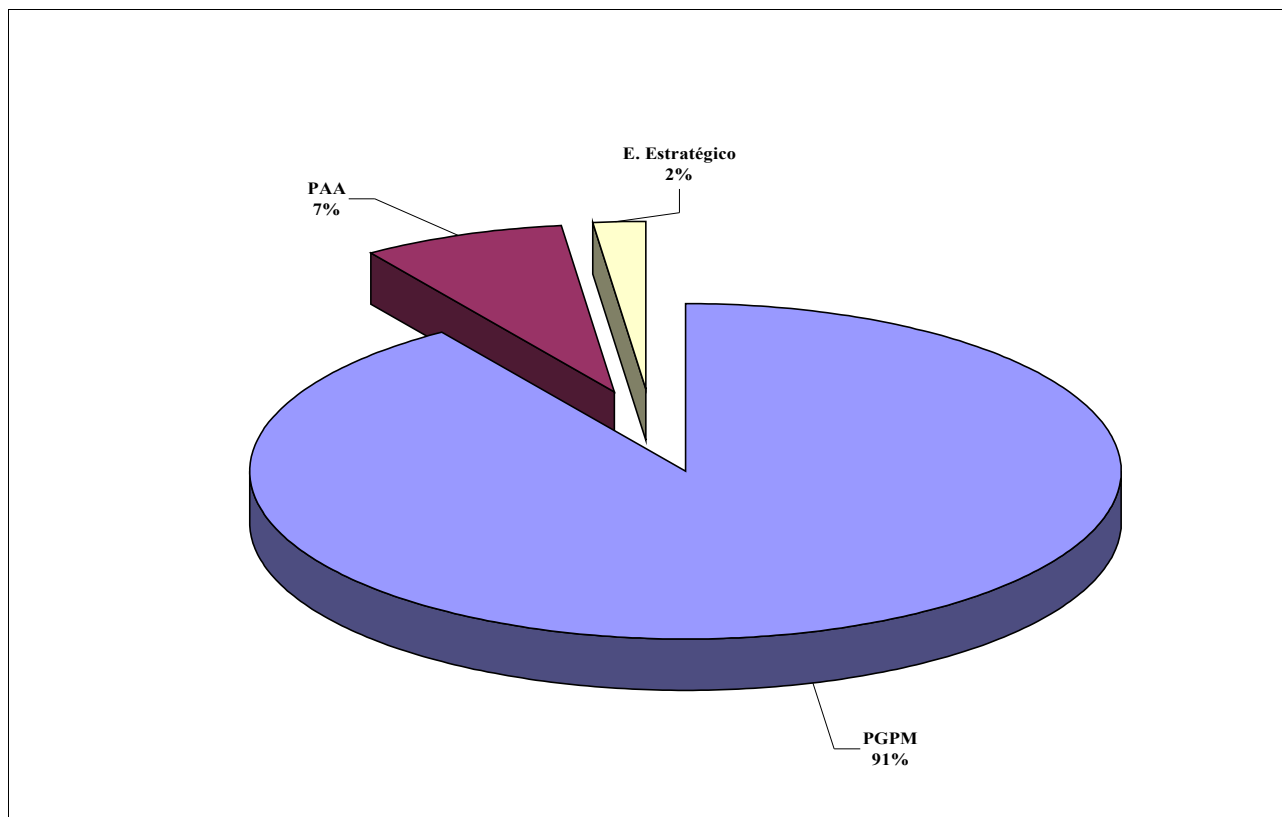
Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantitativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

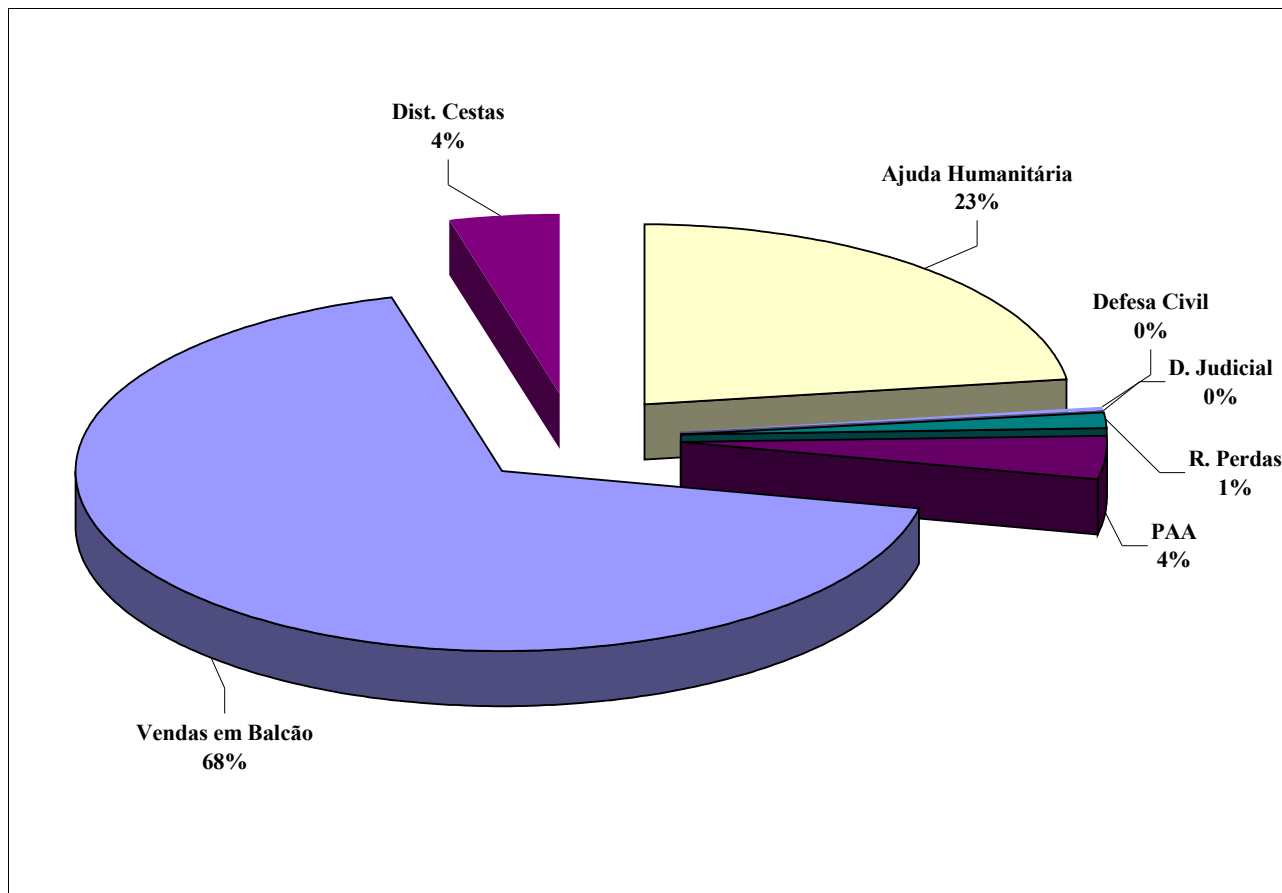
Em 2011 foram realizados 44 leilões e uma contratação por meio de Carta Convite quando foi contratada a remoção de 404.404 toneladas de diversos produtos vinculados à PGPM, ao PAA, aos estoques estratégicos (MDS e Defesa Civil) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. O custo total das contratações foi de R\$81.125.244,02.

Figura XVI – Remoções, por Vínculo do Produto



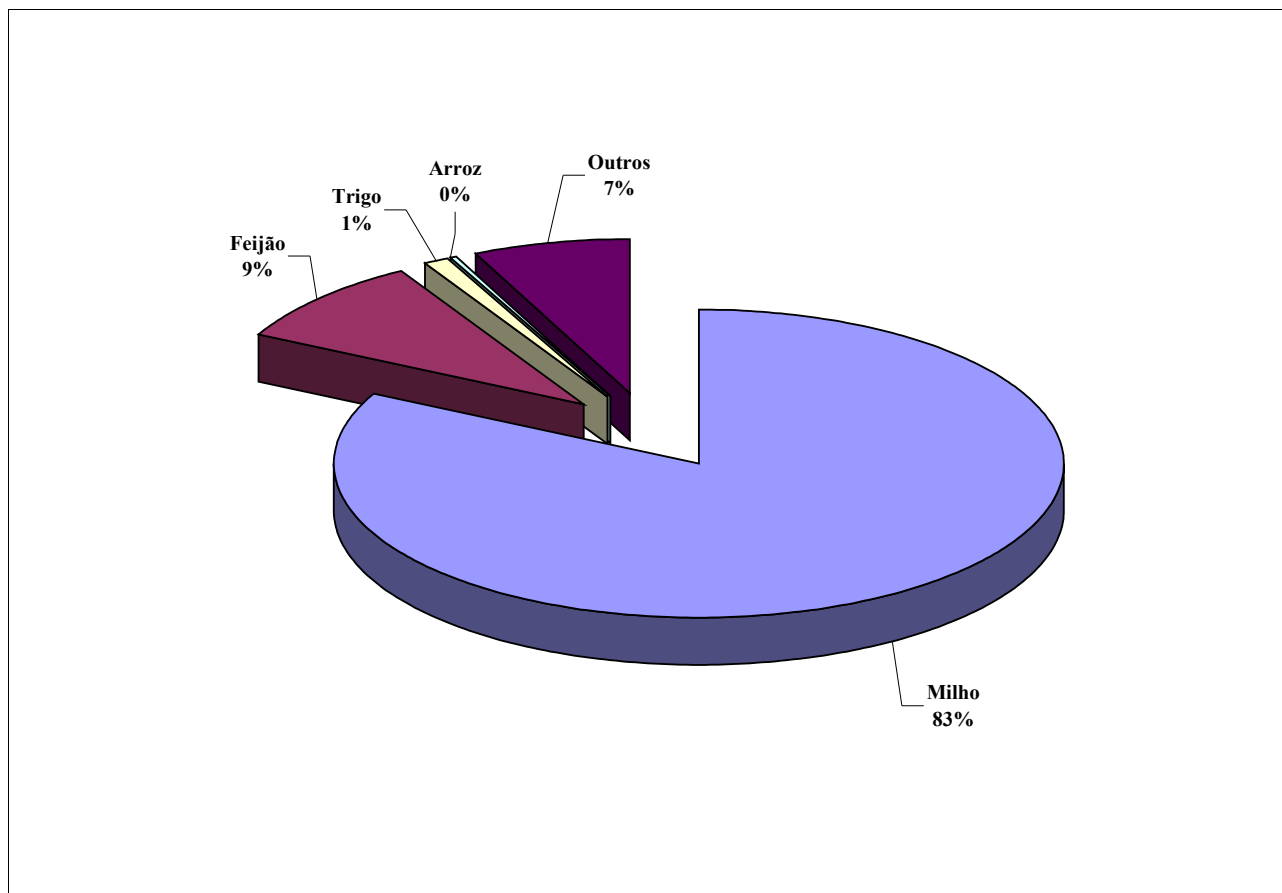
Fonte: Suarm/Gemov

Como motivo gerador das remoções destacou-se o atendimento ao Programa Vendas em Balcão com participação de 68% da quantidade contratada, seguido da remoção de produtos para doação aos países amigos a título de ajuda humanitária internacional, com 23%. As demais foram para atendimento às solicitações do MDS e da Defesa Civil, para atendimento a decisões judiciais, a retirada de produtos da agricultura familiar dos postos de compra, e, também, a retirada de produtos de unidades armazenadoras onde foram constatados pela fiscalização a ocorrência de risco de perdas qualitativas e/ou quantitativas de produtos.

Figura XVII – Remoções, Motivo Gerador

Fonte: Suarm/Gemov

Destacou-se o milho com participação de 83% da quantidade contratada para atendimento à demanda do Vendas em Balcão e para Ajuda Humanitária Internacional, seguido pelo feijão (9%) também para envio aos países amigos, para doação a entidades públicas ou as de interesse social, em cumprimento á determinação da Lei n.º 12.058/2009. O Grupo Outros agrega diversos produtos alimentícios utilizados na formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Figura XVIII – Remoções, por Produto

Fonte: Suarm/Gemov

a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM

Dos produtos vinculados à PGPM (AGFs e Contratos de Opção de Venda) foi contratada a remoção de 366.157 toneladas, representando cerca de 91,1% do total contratado. Destas, 272.438 toneladas foram destinadas ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão, 87.452 toneladas para doação como Ajuda Humanitária Internacional e o restante, 876 toneladas, foram contratadas devido a risco de perdas do produto e em cumprimento a decisões judiciais.

As remoções para os estados das Regiões Norte e Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e os estados do Espírito Santo e Santa Catarina foram justificadas por meio da Nota Técnica Supab n.º 03/2011, anexa ao Voto Dirab n.º 8/2011 e aprovada na 991.º Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, em 13 de abril de 2011.

No caso de Pernambuco - considerando a existência de estoques remanescentes de 2010 e a baixa demanda existente, a Sureg-PE solicitou a remoção de apenas 200 toneladas de milho destinadas à UA-Arcoverde. A solicitação foi atendida com a contratação e remoção de produtos oriundos do Estado de Mato Grosso.

Quadro XVIII – Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF		Produto	Motivo	Valores (Em R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditivada	A Remover
MT	PE	Milho	Vendas em balcão	96.340,00	62.388,00	200.000	200.000	-	-	-
Total Geral				96.341,00	62.389,00	200.000	200.000	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

As remoções de estoques públicos de feijão e milho atenderam ao contido na Lei n.º 12.429, de 20 de junho de 2011, que autorizava o Poder Executivo a doar produtos alimentícios para assistência humanitária internacional.

b) Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 80,16 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XIX – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PE	PE	4.480,65	4.480,65	80.166	80.166	-	-	-
Total Geral		4.480,65	4.480,65	80.166	80.166	-	-	-

7.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Nome do Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC, onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R\$ por Armazém cadastrado com p				
Fonte dos dados: Siafi e Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Rt/Rt-1)*100$ onde: Rt=Receita no ano atual e Rt-1=Receita no ano anterior. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil Perio				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias				
Objetivo do Indicador: Avaliar a composição dos estoques em Unidades Armazenadoras Próprias				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Pg/E)*100$ onde Pg=Produtos do governo e E=Estoque. Os produtos do governo incluem grãos e produtos processados. Estoque inclui grãos e produtos processados, de governo e de terceiros. Base geográfica: UF e Brasil				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
a definir				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

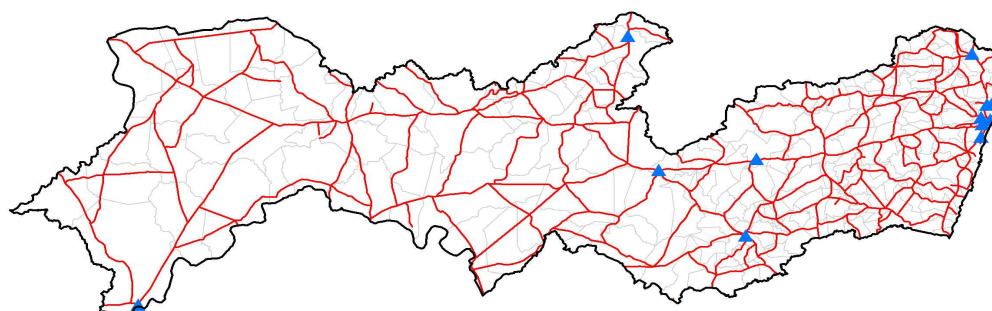
Nome do Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida				
Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(QR/QC)x100$, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada O indicador reflete as condições em que as Unidade armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal, bem como as condições de receb				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Deságio em leilões de frete				
Objetivo do Indicador: Verificar o deságio em cada operação de frete, uma vez que o sistema é voz (-), ou seja, lances menores.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(PF/PA)-1] \times 100$, sendo: PF=Preço de fechamento, PA=Preço de abertura. No leilão de frete a Conab estipula um preço de abertura baseado na mediana entre a planilha de frete da Conab, a planilha de frete da NTC e na p				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
PA-PF) máxima				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pf/Ec) \times 100$ onde: Pf=quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec=total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/Anual				
Fonte dos dados: X=Sufis/Gefis Y= XFac				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior				
Tipo: Economia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Dt/Dt-1)-1] \times 100$ onde: Dt=Despesas no ano corrente (R\$) e Dt-1=Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Figura XIX – Mapa de Pernambuco – Localização de Unidades Armazenadoras



Legenda

-  Armazéns
-  Rodovias
-  Limite de Municípios
-  Limite de Estado

Elaboração: GEOTE

8 – Geração e Difusão de Informações (corresponde ao item 10 da DN 108/2010).

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento.

Realiza também o acompanhamento e a análise dos mercados agropecuários nacional e internacional e elabora estudos e propostas de preços mínimos, e de preços de referência para a agricultura familiar, assim como define preços de compra e venda e índices de permuta nas operações de suprimento dos programas de abastecimento e sociais.

Estes estudos subsidiam a elaboração e a execução das políticas agrícola e de abastecimento, já que os acompanhamentos e as análises objetivam a proposição de ações para a formação de estoques públicos e para a intervenção governamental, visando a regularidade do abastecimento, a garantia de renda ao produtor rural e a segurança alimentar da sociedade.

São desenvolvidas atividades nas áreas de produção agrícola, informações de preços, índices e indicadores agropecuários, custos de produção e geotecnologia. Para tal, mantém relações institucionais com diversas entidades, públicas ou não, e participa ativamente de encontros da Organização de Informações do Mercado Agrícola (OIMA) e da Rede de Políticas Agropecuárias que integra os países do Mercosul (REDPA), além de manter troca de informações e de conhecimento com outros países e instituições internacionais.

No processo de gestão das informações da agropecuária e do abastecimento a Conab leva em conta a participação e o controle social e sua metodologia busca a interatividade, a intersetorialidade e o respeito com as relações federativas.

A melhoria do processo de coleta, tratamento e divulgação das informações agropecuárias e do abastecimento que integram o banco de dados da Conab, além da agregação crescente de novas informações de mercado, tem sido o foco para atendimento ao público-alvo e às diversas políticas e programas administrados e apoiados pela Companhia.

Para manter esse compromisso institucional, a Conab vem promovendo adequações em seus processos de trabalho e no Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento-Siagro que contava, em 2004, com 5.025 séries de preços, de indicadores e índices de produção, de importação e de exportação de produtos agropecuários e de abastecimento, alcançando o quantitativo de 10.607 séries armazenadas em 2011.

A manutenção e disponibilização desse acervo requer o acompanhamento constante das informações e das oscilações de mercado e conta, além da Matriz, com a participação intensa de todas as Superintendências Regionais da Conab, na coleta e na alimentação periódica dos dados e na troca de conhecimentos para a melhoria contínua na qualidade das informações disponibilizadas.

Com a reformulação da página eletrônica na Internet, as principais informações agropecuárias foram reorganizadas para facilitar o trabalho de pesquisa do público em geral. São disponibilizados de forma *on-line*, no sítio da Companhia, os preços de insumos, os preços mínimos, os preços praticados pela agricultura familiar e os preços de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar-PGPAF.

Por meio da Revista “Indicadores da Agropecuária”, elaborada mensalmente e também acessível pelo portal da Conab, são disponibilizadas informações de preços, estimativas de produção, volume de estoques públicos e privados, informações sobre o mercado de insumos agropecuários, comércio internacional, crédito agrícola, entre outros. Com o objetivo de tornar a

publicação mais acessível, moderna e adequada ao público da Conab, foi realizada pesquisa de satisfação e deu-se início ao projeto para repaginá-la e torná-la mais atrativa.

Para o cálculo do bônus para o PGPAF, que é realizado desde 2007 por demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA foram criadas, em 2011, cerca de 160 novas séries de preços no atacado e de preços pagos ao produtor. O Programa conta com uma cesta de 40 produtos para cálculo de bônus dos produtores, tendo sido incluídos abacaxi, banana, maçã e uva em 2011 e laranja e tangerina, cujos preços, que já estão sendo coletados, irão balizar o relatório de 2012.

Diante da necessidade de padronização de procedimentos, na busca da melhoria, atualização e modernização dos métodos de coleta de preços, deu-se início, em 2011, ao projeto de construção de uma nova metodologia, envolvendo todas as áreas usuárias ou provedoras de preços da Companhia. Foi realizado o I Encontro Nacional para Discussão da Proposta de Metodologia de Levantamento de Preços da Conab, ocorrido em Brasília, no período de 21 a 25 de novembro. Na ocasião foram discutidas, além da proposta inicial, as deficiências no processo metodológico atual e no Siagro.

Visando o cumprimento de exigências legais (Lei n.º 9.973, de 229/05/2000 e Decreto n.º 3.855, de 03/07/2001), a Conab realiza o levantamento anual de estoques privados de café, iniciado em 2004, com a posição de 31 de março de cada exercício.

Os custos de produção elaborados pela Companhia têm resultados práticos para a sociedade e oferecem informações substanciais para a definição e implementação de políticas públicas, além de proporcionar conhecimento aos diversos segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo.

A Conab mantém atualizados 426 custos de produção de culturas temporárias (grãos e fibras), semiperenes (cana de açúcar) e permanentes (café, citrus, pêssego, maçã e uva), assim como as atividades: leiteira, de caprinos e ovinos, de aves e suínos e da sociobiodiversidade.

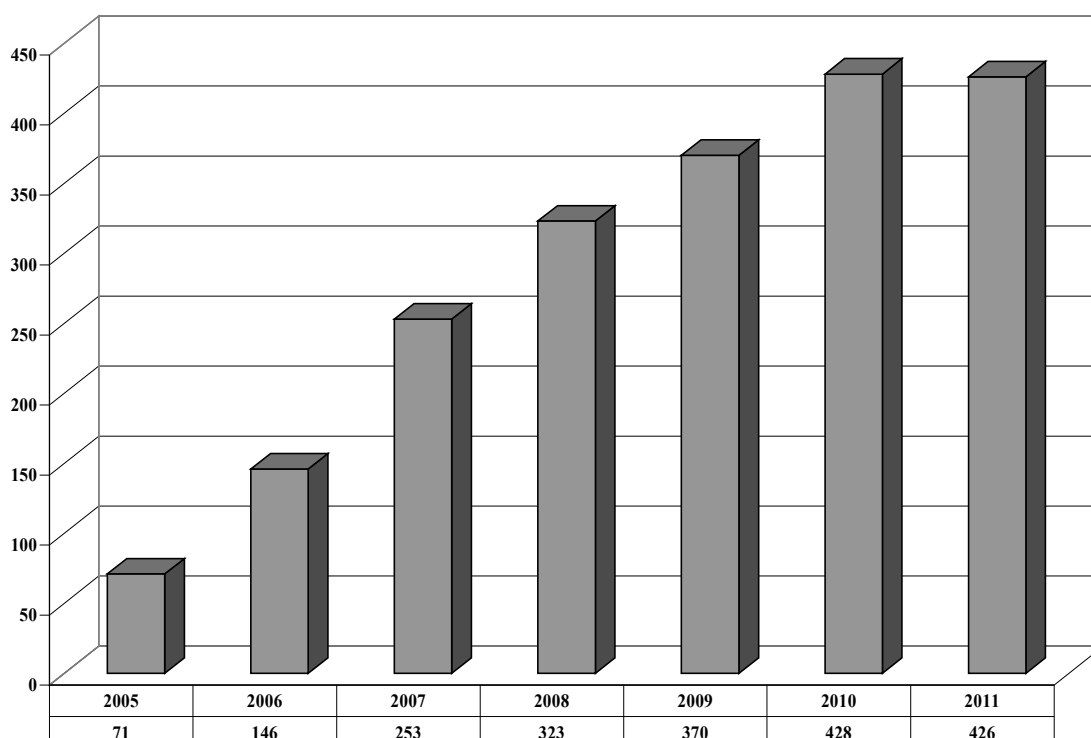
Os custos de produção são direcionados principalmente à Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e ao PGPAF, conforme abaixo demonstrado. A figura seguinte apresenta a evolução do número de séries disponíveis.

Quadro XX – Séries de Custos de Produção

Custos	Programa Atendido	Ministério Demandante	Quantidade de Séries
Agricultura	PGPM	MAPA	121
Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	168
Aves e Suínos	PGPM/PGPAF	MAPA/MDA	42
Leite	PGPM	MAPA	6
Leite Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	13
Caprinos e Ovinos	PGPAF	MDA	6
Pescados	PGPAF	MAPA	3
Pescados	PGPAF	MAPA	67
Total			426

Fonte: Dipai

Figura XX – Evolução do Número de Séries de Custo de Produção Produzidas



Fonte: Dipai

Dentre os levantamentos de informações destacam-se:

a) Levantamento da Safra de Grãos

A Conab realiza 12 pesquisas, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações.

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da safra 2010/11 e estimativas de plantio da safra 2011/12, cujos resultados são detalhados a seguir.

Quadro XXI - Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12

UF	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão (caroço)	1.400,3	1.405,3	0,36	5	3.228,6	3.284,9	1,74	56,3
Amendoim - Total	84,7	89,7	5,90	5	226,5	251,4	10,99	24,9
Amendoim 1ª Safr	66,0	70,8	7,27	4,8	199,2	223,1	12,00	23,9
Amendoim 2ª Safr	18,7	18,9	1,07	0,2	27,3	28,3	3,66	1
Arroz	2.820,3	2.553,0	(9,48)	-267,3	13.613,1	11.462,1	(15,80)	-2151
Aveia	153,8	153,0	(0,52)	-0,8	379,0	353,5	(6,73)	-25,5
Canola	46,3	42,4	(8,42)	-3,9	69,7	52,0	(25,39)	-17,7
Centeio	2,4	2,3	(4,17)	-0,1	3,2	3,5	9,38	0,3
Cevada	87,9	88,4	0,57	0,5	283,9	305,1	7,47	21,2
Feijão - Total	4.009,2	3.861,3	(3,69)	-147,9	3.787,1	3.500,4	(7,57)	-286,7
Feijão 1ª Safr	1.419,9	1.272,0	(10,42)	-147,9	1.680,3	1.371,3	(18,39)	-309
Feijão 2ª Safr	1.823,8	1.823,8	-	0	1.398,1	1.330,0	(4,87)	-68,1
Feijão 3ª Safr	765,5	765,5	-	0	708,7	799,1	12,76	90,4
Girassol	61,0	62,0	1,64	1	76,7	75,7	(1,30)	-1
Mamona	219,3	211,8	(3,42)	-7,5	141,1	131,9	(6,52)	-9,2
Milho - Total	13.838,7	14.556,8	5,19	718,1	57.514,2	59.210,3	2,95	1696,1
Milho 1ª Safr	7.916,3	8.634,4	9,07	718,1	35.925,9	37.922,1	5,56	1996,2
Milho 2ª Safr	5.922,4	5.922,4	-	0	21.588,3	21.288,2	(1,39)	-300,1
Soja	24.181,0	24.634,7	1,88	453,7	75.324,3	71.751,3	(4,74)	-3573
Sorgo	817,4	788,4	(3,55)	-29	2.314,0	2.161,6	(6,59)	-152,4
Trigo	2.149,8	2.166,2	0,76	16,4	5.881,6	5.788,6	(1,58)	-93
Triticale	46,9	46,0	(1,92)	-0,9	114,9	114,2	(0,61)	-0,7
Total	49.919,0	50.661,3	1,49	742,30	162.957,9	158.446,5	(2,77)	(4.511,40)

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

A safra 2010/11 fechou com área cultivada em 49,9 milhões de hectares e produção de 162,9 milhões de toneladas.

Para a safra 2011/12, a área cultivada com grãos (algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticales), estimada em 50,66 milhões de hectares, é 1,5% superior à cultivada na safra 2010/11. Em termos absolutos, corresponde a uma expansão de 742,3 mil hectares.

Neste levantamento, dentre as principais culturas de verão primeira safra, o milho e a soja apresentam acréscimos na área de cultivo, enquanto que as de arroz e feijão apresentam decréscimos, confirmando as expectativas dos levantamentos anteriores. O algodão que apresentava redução na área de plantio passou a apresentar crescimento de 0,4%. Em termos percentuais, o milho apresenta o maior acréscimo (9,1%) representando um adicional de 718,1 mil hectares, totalizando uma área recorde de plantio de 8,63 milhões de hectares. A segunda cultura em destaque é a de soja, com ganho de 453,7 mil hectares, 1,9% superior à safra passada, motivada pela boa rentabilidade e pelos preços atrativos. As culturas de arroz e feijão apresentam redução na área. O feijão, em função das dificuldades na comercialização e aos preços deprimidos e o arroz pela diminuição de água nos mananciais.

A produção estimada é de 158,45 milhões de toneladas, 2,8 % inferior à obtida na safra 2010/11, quando atingiu 162,96 milhões de toneladas. Esse resultado representa uma redução de 4,51 milhões de toneladas. A maior redução é observada na soja (3,57 milhões de toneladas), e no arroz (2,15 milhões de toneladas). Para o milho primeira safra a previsão indica crescimento de 5,6%, equivalente a 2,0 milhões de toneladas.

No mês de dezembro/11, as condições climáticas não foram favoráveis principalmente para as produções de milho e soja, sobretudo nos estados da região Sul, parte da Sudeste e no Sudoeste de Mato Grosso do Sul. A gravidade climática afeta principalmente as lavouras de milho

no Rio Grande do Sul, uma vez que se encontram predominantemente nas fases críticas de floração e frutificação. A soja, em sua maioria, se encontra na fase final de desenvolvimento vegetativo e já causa preocupação, pois para as fases seguintes, floração e frutificação, a normalidade climática é fundamental.

A seguir, breve comentário sobre o comportamento das principais culturas na safra 2011/12:

➤ **Algodão:** o levantamento indica que serão cultivados 1.405,3 mil hectares com algodão no País, sendo 0,4% superior aos 1.400,3 mil hectares cultivados na safra anterior. O estado do Mato Grosso, que lidera o volume produzido, mantém nesta safra a mesma área cultivada na safra anterior. As perspectivas para a safra são boas até o momento, quando analisados os aspectos agronômicos e climáticos.

➤ **Arroz:** a redução da área está confirmada e as causas são creditadas à dificuldade de comercialização, preços pouco atrativos, aumento no custo de produção e à falta de água nos reservatórios (corpos d'água, açudes e barragens). O arroz de sequeiro cuja área no Brasil equivale ao irrigado, vem diminuindo safra a safra e só não diminui a produção total porque o arroz irrigado vem num constante crescimento de produtividade, com lançamento de novas variedades altamente produtivas.

➤ **Feijão:** A estimativa da área cultivada nesta safra sinaliza diminuição de área na maioria dos estados produtores. As lavouras estabelecidas tiveram bom desenvolvimento inicial em todos os estados que cultivam o feijão primeira safra. Como o feijão tem ciclo produtivo bastante curto, é possível encontrar lavouras em todos os estágios produtivos em um mesmo estado. A lavoura semeada mais cedo teve colheita próxima do normal. Do meio do ciclo produtivo em diante, começaram os problemas climáticos adversos e significativos e os estados mais prejudicados foram: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

➤ **Milho:** O desenvolvimento geral da lavoura nos principais estados produtores é considerado satisfatório. O clima foi favorável durante a semeadura, o que proporcionou adiantamento significativo na implantação da lavoura quando comparado à mesma etapa da safra anterior.

➤ **Soja:** Na região sul, especificamente no estado do Rio Grande do Sul, as condições climáticas desfavoráveis, como chuvas escassas e temperaturas elevadas, prejudicam o desenvolvimento da cultura, diminuindo o porte das plantas, justificando a redução de 15,6% na produtividade em relação à safra anterior. Para o estado do Paraná estima-se quebra de 10,7% e de 7,7% em Santa Catarina.

➤ **Trigo:** Na maioria dos estados produtores houve redução da área semeada e a concorrência com o milho segunda safra, no Centro-Oeste e no Paraná, teve colaboração significativa para o resultado. Apenas o Rio Grande do Sul apresentou um aumento mais significativo na área. Em Santa Catarina a semeadura foi bastante lenta devido às condições climáticas, onde o excesso de chuvas atrapalhou o estabelecimento da lavoura.

O quadro a seguir detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2011 e uma estimativa para 2012.

Quadro XXII - Balanço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão empluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	145,0	2.180,8	930,0	758,3	492,5
	2011/12	492,5	1.992,6	35,0	2.520,1	970,0	830,0	720,1
Arroz em casca	2009/10	2.107,5	11.660,9	1.044,8	14.803,2	12.500,0	627,4	1.685,8
	2010/11	1.685,8	13.613,1	850,0	16.148,9	12.500,0	1.850,0	1.798,9
	2011/12	1.798,9	11.462,1	1.200,0	14.461,0	12.500,0	700,0	1.261,0
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.787,1	207,1	4.361,1	3.600,0	20,5	740,6
	2011/12	740,6	3.500,4	100,0	4.341,0	3.700,0	4,0	637,0
Milho	2009/10	10.322,7	56.018,1	459,4	66.800,2	46.927,4	10.792,6	9.080,2
	2010/11	9.080,2	57.514,1	634,5	67.228,8	48.411,5	9.255,0	9.562,3
	2011/12	9.562,3	59.210,3	500,0	69.272,6	50.000,0	8.500,0	10.772,6
Soja em grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	50,0	77.981,5	41.650,0	32.400,0	3.931,5
	2011/12	3.931,5	71.751,3	50,0	75.732,8	41.200,0	32.400,0	2.132,8
Trigo	2009/10	2.706,7	5.026,2	5.922,2	13.655,1	9.614,2	1.170,4	2.870,5
	2010/11	2.870,5	5.881,6	5.771,9	14.524,0	10.242,0	2.515,9	1.766,1
	2011/12	1.766,1	5.788,6	5.600,0	13.154,7	10.439,0	1.500,0	1.215,7

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

b) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar

A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA realizou, entre os dias 28 de outubro e 12 de novembro de 2011, o terceiro levantamento da safra 2011/12 de cana de açúcar. Nesta etapa, foram visitadas todas as unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva, situadas nos vários Estados produtores.

A lavoura de cana de açúcar apresentou nesta safra um desenvolvimento aquém do ideal e inferior ao da safra passada, levando a uma produtividade menor que a estimada inicialmente pelos produtores. As causas foram diversas, mas o clima foi o principal causador da queda da produção, em consequência das adversidades ocorridas a partir do mês de abril até outubro de 2010, com chuvas escassas em toda a região Centro-Oeste e Sudeste. Este comportamento do clima prejudicou a brotação e o desenvolvimento da cana, tanto nas áreas colhidas, como nas áreas de renovação e expansão, mas favoreceu a colheita da safra passada, encurtando o período da safra.

A área cultivada com cana de açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira está estimada em 8.368,4 mil hectares, distribuídos em todos os estados produtores. O Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor, com 52,2% (4.370 mil hectares), seguido por Minas Gerais com 8,87% (742,65 mil hectares), Goiás com 8,1% (678,42 mil hectares), Paraná com 7,3% (611,44 mil hectares) Mato Grosso do Sul com 5,70% (480,86 mil hectares), Alagoas com 5,45% (463,65 mil hectares), e Pernambuco com 3,89% (326,11 mil hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, mas com bons índices de produtividade.

Apesar do crescimento da área cultivada estima-se redução de 8,4% na quantidade colhida, caindo de 623.905,3 mil toneladas produzidas na safra 2010/11, para 571.471,0 mil toneladas na próxima safra, em função das condições climáticas não terem sido favoráveis à cultura.

Quadro XXIII – Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)
Norte	19,63	34,79	77,23	1.278,4	2.570,6	101,08
AC	0,420	0,570	35,71	33,8	52,6	55,62
AM	3,800	3,780	-0,53	347,0	280,3	-19,22
PA	9,980	12,570	25,95	521,9	691,4	32,48
RO	2,610	3,160	21,07	136,7	179,4	31,24
TO	2,820	14,710	421,63	239,0	1.366,9	471,92
Nordeste	1.113,249	1.120,130	0,62	62.079,6	67.520,0	8,76
AL	451,199	463,650	2,76	29.120,4	29.835,9	2,46
BA	42,570	51,360	20,65	2.792,2	3.507,9	25,63
CE	2,760	3,420	23,91	180,5	239,7	32,8
MA	42,100	39,570	-6,01	2.327,5	2.349,8	0,96
PB	111,800	122,590	9,65	5.246,3	6.506,0	24,01
PE	346,820	326,110	-5,97	16.820,8	18.430,1	9,57
PI	13,290	13,910	4,67	836,9	982,9	17,45
RN	65,720	62,260	-5,26	2.729,4	3.208,5	17,55
SE	36,990	37,260	0,73	2.025,6	2.459,2	21,41
Centro-Oeste	1.202,520	1.379,370	14,71	93.344,7	95.566,1	2,38
GO	599,310	678,420	13,2	46.206,8	48.032,1	3,95
MS	396,160	480,860	21,38	33.476,7	33.988,1	1,53
MT	207,050	220,090	6,3	13.661,2	13.545,9	-0,84
Sudeste	5.136,540	5.220,970	1,64	423.799,5	364.212,5	-14,06
ES	68,650	66,930	-2,51	3.524,8	4.164,7	18,15
MG	659,550	742,650	12,6	56.013,6	49.909,1	-10,9
RJ	51,330	41,310	-19,52	2.537,8	2.065,5	-18,61
SP	4.357,010	4.370,080	0,3	361.723,3	308.073,2	-14,83
SUL	584,020	613,140	4,99	43.403,1	41.601,8	-4,15
PR	582,320	611,440	5	43.321,1	41.516,8	-4,16
RS	1,700	1,700	0	82,0	85,0	3,66
Brasil	8.055,959	8.368,400	3,88	623.905,3	571.471,0	-8,4

Fonte: Suinf/Geasa

Da produção total estima-se que 283.906,5 mil toneladas serão utilizadas na produção de 36.882,6 mil toneladas de açúcar e outras 287.564,5 mil toneladas na produção de etano anidro e hidratado, conforme detalhado no quadro a seguir..

Quadro XXIV – Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol

Região/UF	Produção de Açúcar		Produção de Etanol			
	Cana	Açúcar	Etanol Anidro		Etanol Hidratado	
			Cana	Etanol Anidro	Cana	Etanol Hidratado
Norte	456,2	54,9	1.331,6	106.819,6	782,9	57.259,2
AC	-	-	-	-	52,6	2680,8
AM	155,4	15,100	-	-	124,9	7545,7
PA	300,8	39,800	172,9	13.602,0	217,8	17886,3
RO	-	-	-	-	179,4	11667,9
TO	-	-	1.158,7	93.217,6	208,2	17478,5
Nordeste	41.163,8	5.145,500	14.898,5	1.111.275,0	11.457,8	880.171,3
AL	20.795,6	2.659,100	5.668,8	430.998,7	3.371,6	267515,8
BA	1.071,7	127,900	916,6	65.057,8	1.519,6	112563,3
CE	-	-	-	-	239,7	17007
MA	119,8	15,700	1.877,5	146.680,6	352,5	28738,6
PB	2.257,6	276,800	2.036,4	148.479,9	2.212,0	168325,9
PE	13.811,5	1.684,500	2.882,5	209.028,3	1.736,1	131391,7
PI	464,9	57,900	491,5	36.362,5	26,5	2049,3
RN	1.854,5	226,300	689,8	50.051,7	664,2	50292
SE	788,2	97,300	335,4	24.615,5	1.335,6	102287,7
Centro-Oeste	30.566,6	3.978,200	19.788,9	1.545.639,9	45.210,5	3.676.577,7
GO	14.745,9	2.004,600	9.750,5	788.117,5	23.535,7	1985361,8
MS	12.813,5	1.575,000	5.866,3	428.734,1	15.308,2	1167600,7
MT	3.007,2	398,600	4.172,1	328.788,3	6.366,6	523615,2
Sudeste	188.823,5	24.813,300	74.892,8	5.846.200,9	100.496,3	8.189.133,4
ES	1.082,8	132,100	1.969,9	142.851,7	1.112,0	84155,8
MG	24.814,8	3.286,600	9.921,9	781.342,8	15.172,4	1246945,5
RJ	1.033,4	122,600	-	-	1.032,1	75977,2
SP	161.892,5	21.272,000	63.001,0	4.922.006,4	83.179,8	6782054,9
SUL	22.896,5	2.890,700	6.119,6	459.375,6	12.585,7	985.136,5
PR	22.896,5	2.890,700	6.119,6	459.375,6	12.500,7	979331,8
RS	-	-	-	-	85,0	5804,7
Brasil	283.906,6	36.882,600	117.031,4	9.069.311,0	170.533,2	13.788.278,1

Fonte: Suinf/Geasa

A previsão de esmagamento de cana para a produção de açúcar é de 283,9 milhões de toneladas, correspondendo a 47,3% da produção. No caso do etanol, deverão ser esmagadas 287,6 milhões de toneladas de cana para a produção de 22.857,6 bilhões de litros de etanol, 17,2% menor que a produção da safra 2010/11. Deste total, 9.069,3 bilhões de litros serão de etanol anidro e 13.788,3 bilhões de litros serão de etanol hidratado.

8.1 – Levantamento de Safras em Pernambuco

O modelo de coleta de dados para acompanhamento e avaliação de safras vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados pela Conab Nacional, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2008-2011 previa a realização de doze pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. A dotação

orçamentária para a ação foi de R\$ 1.000.000,00, sendo executado R\$ 794.110,27 (79,41% da meta).

A pesquisa, acompanhamento e a avaliação de safras obedecem a um cronograma anual elaborado e remetido pela Conab-Matriz. De posse desse cronograma, técnicos do Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - Segeo, saem a campo para efetuar a referida pesquisa nos polos estratégicos de informações já pré-determinados.

Para o Estado de Pernambuco a previsão de 6 pesquisas (3 de campo e as demais utilizando-se de outros meios de pesquisa, tais como: fax, e-mail, telefone), foi plenamente executada, e obviamente atingimos 100% da meta estabelecida ao custo total de R\$ 18.129,04, o equivalente a 90,65% da dotação prevista que era de R\$ 20.000,00. (Ver quadro específico – item 12.1 - Execução Orçamentária).

No nosso Estado são acompanhadas as culturas de algodão, arroz, feijão, mamona, milho e sorgo. A safra pernambucana de 2010/11, encerrada no mês de setembro de 2011, comparativamente à anterior, apresentou aumento de 13,8% na área plantada e de 53,1% na quantidade produzida. Os aumentos significativos se deram na produção de feijão (73,0%) e de milho (65,3%), produtos importantíssimos no abastecimento do Estado. Para os demais produtos o resultado foi inferior ao obtido no ano passado.

Quadro XXV – Levantamento de Safra - Área e Produção – 2009/10 e 2010/11

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	2,5	0,8	-68,0	-1,7	1,0	0,4	-60,0	-0,6
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	4,7	2,6	-44,7	-2,1	21,3	14,8	-30,5	-6,5
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	264,6	322,4	21,8	57,8	88,5	161,5	82,5	73,0
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	142,7	164,4	15,2	21,7	33,9	65,8	94,1	31,9
Feijão 3ª safra	121,9	158,0	29,6	36,1	54,6	95,7	75,3	41,1
Girassol								
Mamona	8,3	7,3	-12,0	-1,0	3,7	2,8	-24,3	-0,9
Milho total	272,5	298,3	9,5	25,8	125,6	190,9	52,0	65,3
Milho 1ª safra	272,5	298,3	9,5	25,8	125,6	190,9	52,0	65,3
Milho 2ª safra								
Soja								
Sorgo	4,6	2,8	-39,1	-1,8	3,0	1,9	-36,7	-1,1
Trigo								
Triticale								
Total PE	557,2	634,2	13,8	77,0	243,1	372,3	53,1	129,2

Apesar das primeiras pesquisas referentes à safra 2011/2012 não indicarem aumento na área cultivada, a previsão de colheita apresenta uma expectativa de diminuição de 5,9% na produção, passando de 372,3 para 350,4 mil toneladas.

Quadro XXVI – Levantamento de Safra - Área e Produção – 2010/11 e 2011/12

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	0,8	0,8	0,0	0,0	0,4	0,4	0,0	0,0
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	2,6	2,6	0,0	0,0	14,8	13,9	-6,1	-0,9
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	322,4	322,4	0,0	0,0	161,5	136,3	-15,6	-25,2
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	164,4	164,4	0,0	0,0	65,8	52,6	-20,1	-13,2
Feijão 3ª safra	158,0	158,0	0,0	0,0	95,7	83,7	-12,5	-12,0
Girassol								
Mamona	7,3	7,3	0,0	0,0	2,8	3,4	21,4	0,6
Milho total	298,3	298,3	0,0	0,0	190,9	193,9	1,6	3,0
Milho 1ª safra	298,3	298,3	0,0	0,0	190,9	193,9	1,6	3,0
Milho 2ª safra								
Soja								
Sorgo	2,8	2,8	0,0	0,0	1,9	2,5	31,6	0,6
Trigo								
Triticale								
Total PE	634,2	634,2	0,0	0,0	372,3	350,4	-5,9	-21,9

8.2 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

A Sureg-PE realiza apenas o levantamento dos custos de produção e de insumos, de aves e suínos. Através de email, a Associação Avícola e a Associação de Suinocultura, ambas do Estado de Pernambuco, fornecem as informações e os dados requisitados. De posse desse material, técnicos do Segeo/Gedes, encaminha tudo para a Gerência de Custos e Produção – Gecup situada na Conab_matriz.

A partir de então, tudo é encaminhado à Conab-Matriz, especificamente à Gerência de Custos e Produção – Gecup que providencia o processamento, a análise dos dados e a geração de informações, que permitem mais a frente, subsidiar a elaboração e a execução das políticas agrícola e de abastecimento.

9 – Gestão de Pessoas (corresponde ao item 11 da DN 108/2010).

9.1 – Alocação de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 121 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Matriz.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

Na Sureg-PE não foi diferente. Nos últimos anos recebemos uma quantidade grande de anistiados e em 2011 mais um grupo, desta vez bem menor, foi reintegrado. Muitos desses empregados foram redistribuídos para diversos órgãos do governo Federal, situados em Pernambuco, que careciam desse tipo de mão de obra, e outros tantos foram lotados nas unidades organizacionais que compõem a nossa Superintendência.

A grande maioria desses empregados atuava em atividades, hoje extintas na Conab. Diante disto, o enquadramento dos que aqui ficaram, necessitou, além da consideração da experiência adquirida, escolaridade, formação e outras características e habilidades, da realização de atividades de treinamento em serviço, de forma a adequá-los às novas funções e no Setor mais apropriado.

Outros empregados, de ciclo normal dentro da Empresa, também foram preparados adequadamente, através de capacitações específicas, e depois realocados em outras unidades organizacionais, cujas atribuições se compatibilizavam mais com o perfil profissional de cada um e as necessidades da Sureg.

Todas essas movimentações procuraram ajustar e suprir cada uma das unidades de trabalho, na medida em que diversas ocorrências favoreceram a falta de pessoal, principalmente de empregados mais capacitados. Atualmente o quantitativo de pessoal é bem acima do necessário, mas abaixo do nível de formação exigido para o melhor desenvolvimento das atividades.

9.2 – Comunicação Interna.

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Com relação ao sistema de comunicação, visto de uma forma mais abrangente, aí incluindo não só a disponibilidade dos meios já citados, mas de toda uma estrutura e recursos necessários para um perfeito e adequado fluxo de dados e informações, é fato que a Sureg-Pe não dispõe de todos os sistemas informatizados, já em uso na Conab-Matriz. Essa falta dificulta o desenvolvimento dos trabalhos, a integração das ações e a comunicação, também em tempo real, entre pessoas, unidades e até com o público externo, principalmente em decorrência do alto nível de centralização vigente, que faz com que pequenas decisões sejam tomadas remotamente na Conab-Matriz, em Brasília/DF.

No intuito de fortalecer e de obter melhores resultados com o sistema de comunicações vigente na Sureg-PE, realizamos as seguintes providências:

No âmbito interno desta Regional

- Conseguimos manter a autorização e contratamos 1 estagiário da área de Jornalismo. Assim sendo, foi possível elaborar e disponibilizar cartazes, avisos e campanhas, com temas e informações de interesse dos empregados e da Sureg; redigir matérias que, por vezes, foram inseridas no informativo Notícias do Dia, além de outras que também contribuíram para elevar o nível de comunicação entre os empregados e as unidades da Sureg-PE.
- Também foram bastante utilizados os quadros de avisos localizados em pontos estratégicos da Sureg, na medida do possível sempre abastecidos com informações atualizadas.

- Uma outra medida fundamental para o favorecimento da comunicação interna foi a intensiva realização de reuniões, hoje quase que de modo sistemático e que obteve bastante sucesso.
- Incentivamos a função de contínuos, e dessa forma além de aproveitarmos o pessoal anistiado recém chegado, permitimos que a comunicação por esse meio fosse mais intensificada.

No âmbito externo

- Para as ações de divulgação externas conseguimos manter a autorização e contratamos outro estagiário, da área de Publicidade, que atuou junto à mídia local no fornecimento e captação de matérias de interesse da Sureg e no fortalecimento da imagem da Conab no Estado.

De modo geral, objetivando a melhoria do processo de comunicação em todos os seus aspectos, solicitamos e fomos atendidos na aquisição de equipamentos de informática. O resultado é que mais empregados tiveram acesso a esses equipamentos e também aos sistemas até então disponibilizados. Como consequência, além de que mais empregados foram incluídos no ambiente tecnológico, mais contato tiveram com conhecimentos, sistemas, informações e aplicativos de comunicação como internet e muitos outros utilizados pela Administração Federal.

Ressaltamos que mesmo diante das limitações e da impossibilidade de acesso a certos sistemas informatizados, nos utilizamos de ferramentas como planilhas, etc., visando ao aprimoramento dos nossos controles internos.

Em 2012 já começamos uma ação que tem por objetivo adquirir uma central telefônica, com certeza extremamente necessária para a eficácia da nossa comunicação.

9.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim de o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

Mesmo diante do contexto citado e das limitações existentes, no exercício de 2011 a direção desta Regional buscou melhorar o clima organizacional desta Sureg. Para tanto, atuou em vários fatores, de modo a contribuir para que os empregados se sentissem mais satisfeitos e confortáveis no seu ambiente de trabalho. E através também de outras alternativas, procurou efetivar ações que possibilitassem mais condições a que esses empregados fossem reconhecidos profissionalmente e melhor atendidos no campo pessoal.

As mudanças de layout, ocorridas principalmente nas Gerências de Desenvolvimento Empresarial - GEDES e na de Administração e Finanças - GEFAD, representaram o principal fator utilizado para a melhoria organizacional, e o de menor custo. As alterações permitiram, dentro do possível, criar um espaço mais compatível, agradável, funcional e adequado aos trabalhos que lá são exercidos, principalmente na área da GEFAD, que recebeu uma maior quantidade de empregados anistiados e que precisavam ser devidamente alocados.

Um espaço importante, inexistente e muito necessário ao dia dia dos empregados foi concebido. Trata-se da copa, localizada no prédio onde funcionam a GEFAD e a GEDES. Nesse local, mais apropriado e devidamente equipado, permite agora que o café e outros serviços similares sejam realizados com mais condições, e ainda, que alguns empregados possam lá realizar as suas refeições.

Um outro fator também prestigiado pela direção e que recebeu a atenção necessária, refere-se ao término ou a diminuição de conflitos existente entre servidores, pelos mais diversos motivos e que prejudicam enormemente as atividades dos setores. Para tanto, foram efetivadas algumas transferências de empregados, de um setor para um outro ou para uma outra gerência, é claro de maneira quase sempre consensual.

Nesse mesmo objetivo e direção, e na intenção de diminuir as tensões, animosidades e discórdias entre empregados, promovemos algumas palestras, de cunho comportamental, na tentativa de que, através de mais conhecimentos e sabedoria, esses problemas pudessem ser melhor enfrentados e solucionados, sem que fosse necessária uma intervenção superior. A idéia é possibilitar que os empregados ganhem mais autonomia e capacidade psicológica para resolver conflitos, muitas vezes ocasionados por motivos pequenos, facilmente superáveis.

No tocante a segurança, instalamos uma nova cancela na entrada da Sureg-PE. O acesso ficou mais protegido, controlado, e também favoreceu o trabalho dos vigilantes já que passaram a dispor de um controle eletrônico para o serviço de abertura e fechamento dessa cancela.

Finalmente, promovemos cursos e realizamos outras atividades que procuraram intensificar a união e a confraternização entre todos os empregados, como a dança de salão, atividade ainda em andamento.

É nossa intenção criar neste ano o Coral da Sureg-PE.

9.4 – Capacitação de Pessoal

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no

sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para aturem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro XXVII – Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Administrativa	357	314	3.990	2.593	11,18	8,26
Auditoria	70	46	1.536	670	21,94	14,57
Comunicação Social	10	1	481	16	48,1	16
Educação e Desenvolvimento	587	230	8.863	2.968	15,1	12,9
Financeira	117	12	2.038	660	17,42	55
Gerencial	51	4	295	82	5,78	20,5
Informática	121	59	2.120	2.232	17,52	37,83
Jurídica	15	46	1.026	110	68,4	2,39
Operacional	58	57	1.844	398	31,79	6,98
Planejamento	195	128	3.925	3.902	20,13	30,48
Qualidade	-	2	-	4	-	-
Total	1.581	899	26.118	13.634	16,52	15,17

Fonte: Sumoc/Gecap

Em 2011 foram realizados 899 treinamentos com decréscimo de aproximadamente 43,1% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a de Educação e Desenvolvimento. A redução só não foi maior devido à participação de grande número de empregados em palestras relativas à disseminação de

conhecimentos pelos empregados participantes dos cursos de pós-graduação. Em função do curto tempo de duração destes eventos verificou-se, em consequência, redução de 47,8% nas horas de estudo e de 8,2% na carga horária por participante.

b) Resultados Alcançados (Este item inclui dados da Matriz e Regionais)

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro XXVIII – Indicadores de Capacitação

Amplitude Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Quadro XXIX – Avaliação – Palestras Realizadas

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Quadro XXX – Avaliação - Treinamentos Realizados

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Quadro XXXI – Avaliação – Aprendizagem Obtida

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Infere-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e

“Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em torno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

Além dos cursos e palestras supracitados, que também contaram com a participação de empregados da Sureg-PE em alguns deles, outras ações também muito importantes reforçaram a nossa estratégia de atuação. A seguir comentamos cada uma delas.

1 – Já um pouco usual na nossa Superintendência, e com a intensão de implementá-la mais ainda em 2012, utilizamos nossos empregados para ministrar cursos internos nas mais diversas áreas, principalmente os cursos relacionados ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Além de um custo quase zero, e de outras tantas vantagens, possibilitamos uma maior e importante aproximação entre os empregados.

2 – Decorrentes da política de pessoal vigente, alguns empregados que mudaram do Plano de Cargos e Salários de 1991 para o atual Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS 2009, precisaram ser treinados para o exercício das novas funções estabelecidas. Para tal objetivo foram instituídos os chamados Treinamentos em Serviço, que na verdade são cursos extremamente práticos e que possibilitaram a eles enfrentar bem a esses novos desafios. Não que sejam atribuições incompatíveis com o nível de cada um deles, não. São apenas novas atribuições que foram agregadas a cada novo cargo, dos muitos cargos reunidos para formar cada um desses novos cargos.

Ainda com relação ao tema Capacitação, achamos interessante destacar um aspecto que consideramos negativo. Trata-se do valor mensal de R\$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) para atender a capacitação dos nossos 340 empregados. É um valor extremamente baixo, principalmente se compararmos com outras regionais que contam com o mesmo valor para muito menos empregados.

9.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a receber os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No final do exercício de 2011, a SUREG/PE contava com 340 empregados, a seguir discriminados:

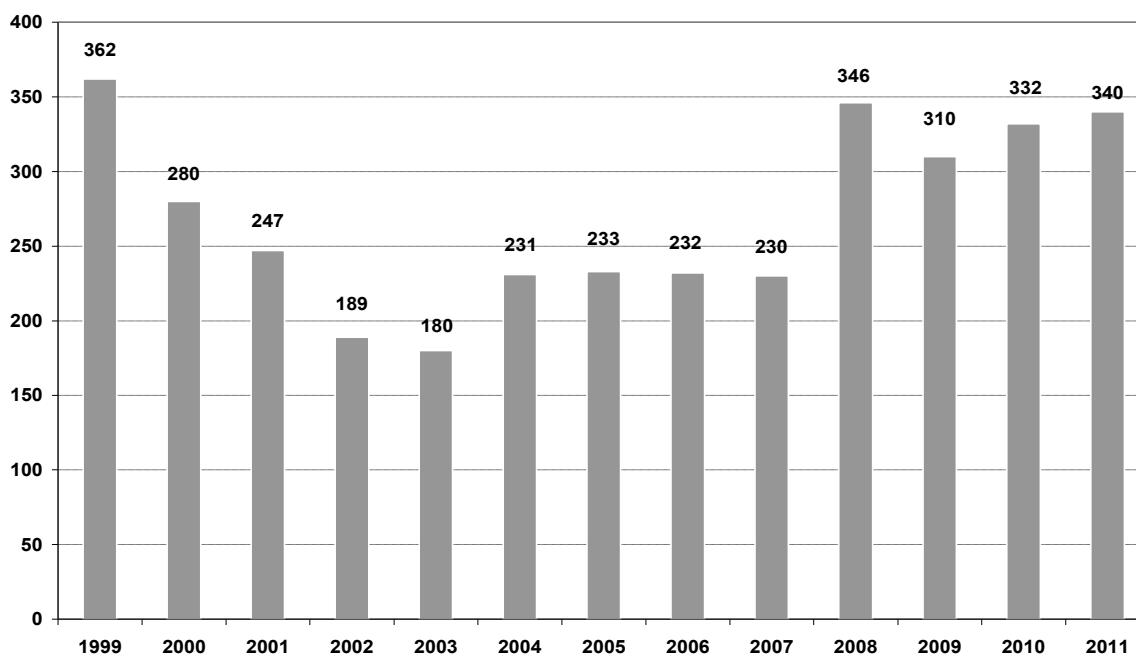
Quadro XXXII – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	PE		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	188	189	1
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	4	6	2
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	2	0	(2)
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	137	143	6
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	1	1
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	1	1	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	332	340	8

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 88,90% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XXI – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, **263** apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a **77,35%** do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

A seguir, registramos a variação de mais 8 empregados ocorrida no quadro de pessoal da SUREG-PE no exercício de 2011, comparativamente com o ano de 2010, e o quantitativo de empregados de acordo com o tipo de ingresso ocorrido e a situação contratual.

Quadro XXXIII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	78	77	(1)
Reintegrado (Transitado)	48	47	(1)
Reintegrado Liminar	2	2	-
Anistiado (Transitado)	1	1	-
Anistiado (Liminar)	0	0	-
Anistiado (Lei 8878/94)	203	213	10
Total	332	340	8

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 7,06% do total da força de trabalho, os de nível médio 20,30%, enquanto que os de nível operacional 72,65%.

Ao término de 2011 a SUREG-PE acumulava em seu quadro de pessoal 213 empregados anistiados. A seguir, detalhamos o quantitativo deles por escolaridade e situação contratual.

Quadro XXXIV – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	20	37	20	0	77
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	36	9	2	0	47
Reintegração judicial (liminar)	2	0	0	0	2
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	1	0	0	0	1
Readmissão-Anistia (liminar)	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8.878/94)	188	23	2	0	213
Total	247	69	24	0	340

Fonte: Sutin/Gesof

No quadro a seguir é demonstrada a situação da SUREG-PE (visão por tipologia de cargo x nível de escolaridade) ao final do exercício de 2011. Do total de 340 empregados, 143 se enquadravam na condição de Servidores Cedidos ou em Licença, 65 desse total possuem nível superior e/ou pós-graduação, 98 ainda não completaram o 1º grau e 140 já possuem curso técnico ou o 2º grau completo. Dos 173 servidores de carreira, 37 ainda não concluíram o 1º grau, 19 já o fizeram, 79 possuem o 2º grau ou curso técnico, 34 tem formação superior e 4 curso de aperfeiçoamento ou pós-graduação.

Quadro XXXV – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provento de cargo efetivo	0	0	98	37	128	46	7	0	0	0	316
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			37	19	79	34	4				173
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			61	18	49	12	3				143
2. Provento de cargo em Comissão	0	0	0	0	12	11	1	0	0	0	24
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas					12	11	1				24
3. Total	0	0	98	37	140	57	8	0	0	0	340

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de pessoal total da SUREG-PE, cerca de 44,41% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXVI – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	143
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	143
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	8
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	6
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	1
3.3 Interesses particulares	1
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	151

Fonte: Dipai/Sutin

9.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício ocorreram 13 admissões e 6 demissões. Além desses foram realizadas 45 transferências internas.

9.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo

de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se que 86 empregados (25,30% do número do quadro de pessoal) tem mais de 31 anos na empresa e idade acima de 51 anos. Outros 62 (18,23%), apesar de tempo inferior a 10 anos na Conab, tem idade superior a 61 anos. Esse total de 148 (43,53%) empregados reúnem condições para o desligamento da Empresa.

Apesar de não constar no referido quadro, em 2011, 15 empregados já aposentados, mantinham contrato de trabalho com esta Regional.

Quadro XXXVII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SUREG-PE

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)	
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total		
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	100,00
26 a 30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,29	100,00
31 a 35	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1,47	99,71
36 a 40	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0,59	98,24
41 a 45	2	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0,88	97,65
46 a 50	22	6	0	0	0	5	1	0	0	34	10,00	96,76
51 a 55	47	22	0	1	0	12	32	0	0	114	33,53	86,76
56 a 60	37	15	0	0	0	10	29	8	0	99	29,12	53,24
61 a 65	32	7	0	0	0	2	11	3	1	56	16,47	24,12
66 a 70	11	3	0	0	0	2	1	0	0	17	5,00	7,65
Mais de 70	9	0	0	0	0	0	0	0	0	9	2,65	2,65
Total	166	55	0	1	0	32	74	11	1	340	100,00	

Fonte: Dipai/Sutin

9.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior, **na Matriz**, e a criação de cadastro reserva para reposição futura quando da abertura de novas vagas. Dessa quantidade, 60 vagas estão reservadas para a área de informática, em substituição à mão de obra até então contratada via PNUD.

Caso seja necessário, ainda não há previsão de concurso público para a reposição do quadro de pessoal da Sureg-PE.

9.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a SUREG/PE contou em 2011 com 5 estagiários de nível superior e 2 de nível médio, com custo anual de R\$ 55.748,90 (salário e auxílio transporte).

Quadro XXXVIII – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	5	5	5	5	7	7	55.748,90
Área Fim	1	1	1	1			
Área Meio	4	4	4	4			
Nível Médio	2	2	2	2			
Área Fim	1	1	1	1			
Área Meio	1	1	1	1			
Total	7	7	7	7	7	7	55.748,90

Fonte: Sureh/Gepes

9.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na SUREG-PE foi de R\$ 25.237.716,37, com participação de 6,12% na despesa total da Conab (R\$411.854.346,20) e com crescimento de 31,44% sobre o valor de 2010.

Quadro XXXIX – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

ITEM	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	17.069.747,40	19.201.677,46	25.237.716,37
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	11.055.717,34	12.961.999,07	14.822.494,96
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	6.913.021,55	7.992.145,95	8.880.800,95
331901105 INCORPORACOES	147.439,97	165.612,38	174.519,13
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	9.283,00	13.656,00	18.860,00
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	305.000,00	1.000,00	1.000,00
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	570.101,00	613.179,80	908.964,43
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	1.172.632,00	1.336.939,18	1.489.438,26
331901142 FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0	0	28,42
331901143 13 SALARIO	1.284.263,98	1.551.209,27	1.742.113,95
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	297.573,19	350.868,71	380.105,18
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	266.363,67	306.201,15	344.085,67
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	376.062,46	409.708,57	479.325,19
331901147 LICENCA-PREMIO	159.879,70	671.386,35	465.923,92
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	336.458,33	433.574,65	1.196.182,39
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	-781.992,68	-1.015.361,20	-1.313.128,63
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	722.170,57	836.540,66	940.650,12
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-695.256,62	-836.540,66	-940.650,12
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	1.389.166,50	1.684.703,58	1.794.983,53
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-1.256.982,97	-1.435.698,18	-1.669.512,45
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	671.239,88	800.297,62	960.301,89
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-830.706,19	-917.424,76	-1.031.496,87
OBRIGACOES PATRONAIS	3.969.661,77	4.726.308,01	5.354.481,74
331901301 F.G.T.S.	901.975,48	1.008.379,15	1.137.422,49
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	280.318,55	315.037,00	355.095,16
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	665.278,43	906.877,11	981.536,20
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	-612.024,68	-788.595,39	-935.459,49
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	2.613.844,82	2.937.910,60	3.310.172,02
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	120.269,17	346.699,54	505.715,36
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	819.286,17	843.014,37	989.844,77
331909401 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB.-ATIVO CIVIL	20.525,95	1.172,08	20.465,76
331901632 SUBSTITUICOES	30.271,34	41.378,46	47.508,03
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	0	843,65	18.865,93
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	31.973,54	3.949,40	358,39
333904901 INDENIZACAO A AUXILIO-TRANSPORTE	518.485,34	543.501,88	625.788,06
331900801 A AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	50.250,00	31.959,00	55.777,50
333900850 A AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	44.720,00	59.740,00	66.068,00
333900849 A AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	35.700,00	79.843,90	83.839,90
333900855 A AUXILIO CRECHE	87.360,00	80.626,00	71.173,20
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	1.225.082,12	670.356,01	4.070.894,90
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	1.469.577,24	299.661,84	805.047,75
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	157.701,15	268.576,08	156.795,41
331919132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CART.UNICO-ATIVO CIVIL	0	44.564,04	39.641,08
523170602 RECURSOS VINCULADOS	407.140,15	331.752,03	3.222.621,04
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS	-809.336,42	-274.197,98	-153.210,38

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

9.5.6 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta, de forma detalhada, a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011 na SUREG-PE.

Quadro XL – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0001-80					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natu reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2010	V	O	013/2010	09543683/000-06	01/12/10	30/11/11	18	-	-	-	-	-	A	-	18
					01/12/11	30/11/12		-	-	-	-	-			
2010	L	O	004/2010	0273168/0001-93	11/03/10	28/02/11	14	-	-	-	-	-	A	-	14
2011			008/2011	0516493/0001-02	29/09/11	25/02/12		-	-	-	-	-			
			008/2011		26/02/12	25/02/13		-	-	-	-	-			

Observação:
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Gefad

Quadro XLI - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome: CONAB – Cia. Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135285										CNPJ: 26461699/0037-91					
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	7	9	002/09	06234467/0001-82	08/06/10	07/06/11	6								P
					08/06/11	07/06/12									

Observação:
Serviços de braçagem na UA – Recife e UA – Arcoverde.
LEGENDA
 Área:
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
 3. Serviços de Copa e Cozinha;
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
 7. Outras.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro XLII - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Quantidades	Unidade Administrativa
002/2009	9	6	UA - Recife
013/2010	8	10	Sede SUREG/PE
013/2010	8	4	UA - Arcoverde
013/2010	8	4	Entrepósito de Pesca
004/2010	7	13	Sede SUREG/PE
004/2010	7	1	UA - Arcoverde

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: GEFAD

9.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 5%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Taxa de Integração de concursados				
Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Dc/Ac)*100$ onde Dc=Nº de demissões de concursados e AD=Nº de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 1%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASO_{em}/QL_{ex}) * 100$, onde: ASO_{em} = n° de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QL_{ex} =Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames.				
Abrangência:				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: N° de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais.				
Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
próximo a zero				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

10 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil (corresponde ao item 12 da DN 108/2010).

10.1 – Análise da Execução Orçamentária

Quadro XLIII – Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	6.212.735,81	7.434.134,20	6.122.735,81	7.434.134,20	0,00	0,00	5.688.441,45	6.881.070,96
Vencimentos e Vantagens Fixas	990.735,48	1.103.779,17	900.735,48	1.103.779,17	0,00	0,00	909.009,25	1.017.822,76
Obrigações Patronais	4.608.026,29	5.308.405,03	4.608.026,29	5.308.405,03	0,00	0,00	4.165.458,16	4.843.048,15
Depósitos Compulsórios	268.576,08	156.795,41	268.576,08	156.795,41	0,00	0,00	268.576,08	156.795,41
Sentenças Judiciais	344.225,88	844.688,83	344.225,88	844.688,83	0,00	0,00	344.225,88	844.688,83
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.172,08	20.465,76	1.172,08	20.465,76	0,00	0,00	1.172,08	18.715,81
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	32.912.525,86	45.375.030,77	32.910.978,89	44.934.155,13	1.546,97	440.875,64	32.316.325,08	43.582.129,91
Diárias	394.744,34	180.498,00	394.744,34	180.498,00	0,00	0,00	394.744,34	180.498,00
Material de Consumo	188.460,17	0,00	186.913,20	0,00	1.546,97	0,00	186.562,21	0,00
Material de Distribuição Gratuita	24.774.318,70	36.172.622,63	24.774.318,70	36.172.622,63	0,00	0,00	24.734.238,28	35.544.671,68
Passagens e Despesas com Locomoção	91.140,79	56.460,39	91.140,79	56.460,39	0,00	0,00	90.364,27	56.460,39
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	27.145,93	15.178,80	27.145,93	15.178,80	0,00	0,00	26.625,13	15.178,80
Locação de Mão-de-Obra	467.102,37	436.552,58	467.102,37	436.552,58	0,00	0,00	423.858,33	436.552,58
Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	6.668.403,67	8.231.988,90	6.668.403,67	7.820.623,04	0,00	411.365,86	6.158.826,79	7.096.593,77
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	154.664,57	273.765,12	154.664,57	244.255,34	0,00	29.509,78	154.560,41	244.255,34
Sentenças Judiciais	141.973,32	0,00	141.973,32	0,00	0,00	0,00	141.973,32	0,00
Indenizações e Restituições	4.572,00	7.964,35	4.572,00	7.964,35	0,00	0,00	4.572,00	7.919,35
4 – Investimentos	140.911,51	125.252,67	0,00	13.169,14	140.911,51	112.083,53	0,00	8.932,40
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	124.518,65	0,00	0,00	0,00	124.518,65	0,00	0,00	8.932,40
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	16.392,86	125.252,67	0,00	13.169,14	16.392,86	112.083,53	0,00	0,00
5 – Inversões Financeira	472.247,31	514.993,41	472.247,31	514.993,41	0,00	0,00	472.201,66	514.993,41
Aquisição de produtos para Revenda	472.247,31	514.993,41	472.247,31	514.993,41	0,00	0,00	472.201,66	514.993,41
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	39.738.420,49	53.449.411,05	39.505.962,01	52.896.451,88	142.458,48	552.959,17	38.476.968,19	50.987.126,68



Quadro XLIV – Execução Orçamentária pela Natureza da Movimentação de Crédito



Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
				1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	135100	135282	06.182.1029.22BO.0101	0,00	1.699,00	0,00	0,00	1.699,00
	135100	135282	08.306.1049.2798.0001	0,00	14.110,00	0,00	0,00	14.110,00
	135100	135282	08.605.1049.2802.0001	0,00	3.126,59	0,00	0,00	3.126,59
	135100	135282	20.122.0352.2272.0001	6.964.341,51	0,00	0,00	0,00	6.964.341,51
	135100	135282	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.600.176,61	29.531,41	0,00	1.629.708,02
	135100	135282	20.122.0360.2272.0001	0,00	488,82	0,00	0,00	488,82
	135100	135282	20.122.1492.2272.0001	0,00	3.265,85	0,00	0,00	3.265,85
	135100	135282	20.125.0352.2137.0001	0,00	17.899,39	0,00	0,00	17.899,39
	135100	135282	20.128.0360.4572.0001	0,00	16.773,68	0,00	0,00	16.773,68
	135100	135282	20.301.0352.2004.0001	0,00	3.705.532,95	0,00	0,00	3.705.532,95
	135100	135282	203060352.2012.0001	0,00	1.843.015,45	0,00	0,00	1.843.015,45
	135100	135282	20.331.0352.2011.0001	0,00	23.567,87	0,00	0,00	23.567,87
	135100	135282	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	655.625,24	655.625,24
	135100	135282	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.462,50	0,00	0,00	1.462,50
	135100	135282	20.605.0360.4711.0001	0,00	18.129,04	0,00	0,00	18.129,04
	135100	135282	20.692.0352.4710.0001	0,00	19.912,76	0,00	0,00	19.912,76
	135100	135282	28.846.0901.0022.0001	1.010.986,13	0,00	0,00	0,00	1.010.986,13
	135100	135304	20.122.0352.2272.0001	0,00	-134,44	0,00	0,00	-134,44
	135100	135304	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	123.200,00	0,00	123.200,00
	135100	135563	08.306.1049.2798.0001	0,00	90,12	0,00	0,00	90,12
	135347	135563	08.306.1049.2798.0001	0,00	-1.500.000,00	0,00	0,00	-1.500.000,00
	135347	135285	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.532.834,95	0,00	0,00	3.532.834,95
	135347	135285	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.196.082,28	0,00	0,00	1.196.082,28
	135347	135285	08.306.1049.2798.0001	0,00	34.861.353,82	0,00	0,00	34.861.353,82
	135347	135285	06.182.1029.22BO.0101	0,00	118.756,37	0,00	0,00	118.756,37
	135348	135285	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	14.750,00	14.750,00
	135115	135285	08.605.1049.2802.0001	0,00	17.508,00	0,00	0,00	17.508,00
	135285	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
	135285	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	22.073,41	0,00	0,00	22.073,41
	135285	135100	20.122.0352.2272.0001	463.087,71	0,00	0,00	0,00	463.087,71
	135285	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	30.603,55	7.777,74	0,00	38.381,29
	135285	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	19.701,00	0,00	19.701,00
	135285	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	147,76	0,00	0,00	147,76
	135285	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	382,31	0,00	0,00	382,31
	135285	135100	203060352.2012.0001	0,00	8.625,10	0,00	0,00	8.625,10
	135285	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	55,13	0,00	0,00	55,13
	135285	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	79.122,36	79.122,36
	135285	135100	20.605.0352.2130.0001	9.501,89	0,00	0,00	0,00	9.501,89
	135285	135347	06.182.1029.22BO.0101	0,00	2.785,00	0,00	0,00	2.785,00
	135286	135100	06.182.1029.22BO.0101	0,00	11.263,31	0,00	0,00	11.263,31
	135286	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	929,08	0,00	0,00	929,08
	135287	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	73.159,47	73.159,47
135304	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.714,22	0,00	0,00	3.714,22	
135438	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	3.100,00	3.100,00	
135563	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	40.041,96	0,00	0,00	40.041,96	

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 19,66%, decorrente principalmente do aumento de 145,39% no pagamento de Sentenças Judiciais, que passaram de R\$244.25,88 em 2010, para R\$844.688,83 em 2011, e do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$45.375.030,77, com acréscimo de 37,87% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência do aumento na aquisição de produtos para distribuição gratuita, cujos pagamentos realizados em 2010 somaram R\$24.774.318,70 passando, em 2011, para R\$36.172.622,63. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se decréscimo de aproximadamente 11,11% nas despesas empenhadas, devido principalmente a não realização de investimentos nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram acréscimo de 9,05%, passando de R\$472.247,31 para R\$514.993,41. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento de comissões e corretagens, no valor de R\$398.477,65 (77,38%).

Quadro XLV - Identificação das Unidades Orçamentárias

DENOMINAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	CÓDIGO DA UO	CÓDIGO SIAFI DA UGO
SUREG	22211	135285
UA – Arcoverde	22211	135298
UA – Recife	22211	135304
Unidade Est. Estratégico/PE	22211	135286
Núcleo Estoque Regulador/PE – PGPM	22211	135287
Unidade CONAB PAA Pernambuco	22211	135563
Mercado de Opções – PE	22211	135438

Quadro XLVI – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	124.518,65	0,00	124.518,65	0,00
Concorrência	44.000,00	38.570,00	44.000,00	38.570,00
Pregão	7.982.726,15	7.511.847,55	7.982.726,15	7.511.847,55
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	21.200.782,96	33.883.322,78	21.200.782,96	33.883.322,78
Inexigibilidade	3.292.699,67	4.091.475,69	3.292.699,67	4.091.475,69
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	19.209,74	17.432,62	19.209,74	17.432,62
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	6.212.735,81	158.439,08	6.212.735,81	158.439,08
Diárias	394.744,34	180.498,00	394.744,34	180.498,00
Não se Aplica	467.003,17	292.130,21	467.003,17	292.130,21

Fonte:

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$ 33.883.322,78. Dentre elas, as despesas referentes à formação e manutenção dos estoques públicos, tanto os adquiridos no âmbito da PGPM quanto os do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, sendo que este último, em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, referente às aquisições de produtos agropecuários realizadas por meio da modalidade supracitada. Comparativamente a 2010, verificou-se um aumento de 160% neste tipo de contratação, em decorrência da maior intervenção governamental e liberação de recursos financeiros para o PAA, programa fundamental para a sustentabilidade da agricultura no Estado de Pernambuco e que consumiu praticamente todos os recursos disponibilizados no exercício de 2011.

Da totalidade dos recursos empenhados na modalidade de Pregão, os programas Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos – Nacional, Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – Nacional e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar - Nacional foram os que mais consumiram recursos em 2011. Respectivamente alcançaram os seguintes valores: R\$ 3.527.202,66, R\$ 1.834.390,35 e R\$ 1.002.910,84, que juntos representaram 84,73% do total empenhado nesta modalidade.

Finalmente, destacamos o valor empenhado para os pagamentos referentes ao programa de Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes – Nacional, e para os exames médicos periódicos obrigatórios. Foram R\$ 3.678.559,29, incluídos na modalidade de licitação – Inexigibilidade, que representaram 89,90% do total empenhado em 2011.

Quadro XLVII – Execução Física e Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2004	A	4	Pessoa beneficiada	1.200	1.234	1.210	3.706.000,00	3.705.150,64
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	318	161	335	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	320	330	331	1.900.000,00	1.834.390,35
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	249	274	292	25.000,00	23.512,74
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	232	96	205	36.000,00	16.773,68
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	1.050.000,00	1.001.484,24
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	65	73	38	25.000,00	17.751,63
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	-	2.000.000,00	514.993,41
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	8.030.000,00	8.009.969,50
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponível	-	-	-	2.000,00	1.462,50
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	2	1	2	57.731,92	-
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	6	6	6	20.000,00	18.129,04
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	140	47	-	20.000,00	19.912,76

Fonte: Supor/Gear

Análise Crítica

352 - Programa Abastecimento Agroalimentar

Ação:(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

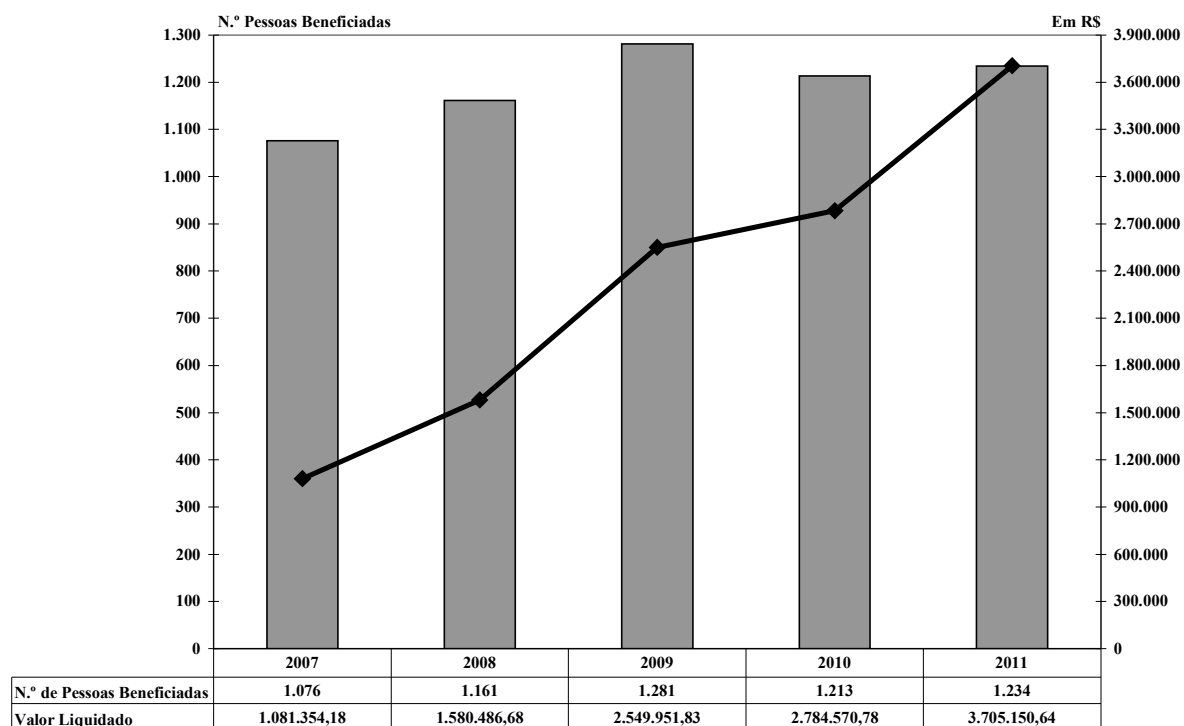
Quadro XLVIII – Execução Física e Orçamentária – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes (2004)

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
 Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001
 PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	3.706.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	3.706.000,00	15,06
Execução Orçamentária	24.534.231,29	3.705.150,64	15,10
Índice	99,71	99,98	-
Meta Física	14.849	1.200	8,08
Execução Física	14.880	1.234	8,29
Índice	100,21	102,83	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Figura XXII – Evolução – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes



Durante o exercício de 2011 foram gastos R\$ 3.705.150,64, apresentando um índice de execução de 99,98% em relação à dotação orçamentária disponibilizada no valor de R\$ 3.706.000,00. A meta inicial era a de atender 1200 pessoas, no entanto a quantidade final atendida foi de 1234, quase 3% a mais. A pequena variação deve-se ao aumento do número de empregados transferidos e anistiados.

Obs.: a dotação orçamentária destinada aos exames periódicos dos empregados, que deveria ter sido classificada na Ação 20CW, descrita logo a seguir, foi inserida nesta Ação.

Comparativamente ao exercício de 2010, verificou-se um aumento de 1,73% no número de atendimentos efetuados e de 33,06% nas despesas correspondentes.

O crescimento do gasto com Assistência Médica e Odontológica se deu devido ao aumento do número de empregados (Lei 8.878/94) e do aumento médio da faixa etária dos empregados, o que gerou um acréscimo na utilização de tais serviços. Ressaltamos ainda, que houve também aumento em cima dos preços dos serviços odontológicos.

Das despesas executadas 99,51% (R\$ 3.687.095,68) referem-se ao pagamento de pessoas jurídicas (consultórios, clínicas e hospitais). As Indenizações e Restituições, num total de R\$ 1.964,40 referem-se ao pagamento de parte das despesas realizadas por empregados em atendimentos não credenciados.

Ação:(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Quadro XLIX – Execução Física e Orçamentária – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos (20CW)

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
 Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001
 PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	-	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	754.740,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	753.997,08	-	0,00
Índice	99,90	-	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	318	7,58
Execução Física	2.488	161	6,47
Índice	59,34	50,63	-

Fonte: Geare e Gebem

A Conab promove, no mês de aniversário do servidor, Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria MTB n 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII – Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela CIA, constando de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, urológica, etc.

Pelo fato da dotação orçamentária desta ação ter sido alocada na Ação 2004, os campos referentes no quadro acima estão em branco.

A meta prevista de 318 empregados não foi atingida. Apenas 161 empregados se beneficiaram dos exames periódicos em 2011, quantidade muito abaixo da prevista.

A falta de controle por parte da administração e o desinteresse dos empregados para esse tipo de procedimento, foram os principais motivos para que apenas metade dos empregados realizasse esses exames em 2011.

Comparativamente com 2010, o percentual de empregados que se submeteram aos exames periódicos foi bastante inferior. Enquanto que em 2010 obteve-se uma execução de 93,85% da meta prevista, em 2011 esse percentual caiu para 50,06%.

Ação:(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Quadro L – Execução Física e Orçamentária – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados (2012)

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

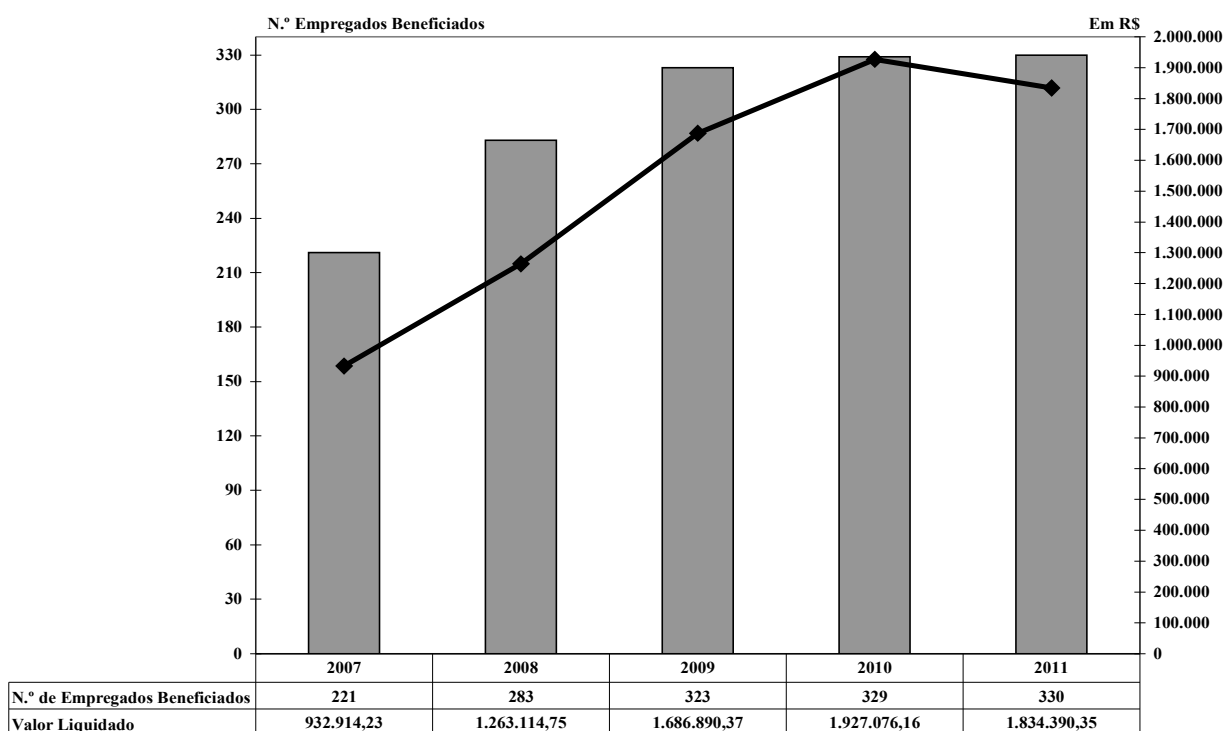
Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001

PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	1.900.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	1.900.000,00	8,54
Execução Orçamentária	21.662.047,14	1.834.390,35	8,47
Índice	97,37	96,55	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	320	7,63
Execução Física	4.334	330	7,61
Índice	103,36	103,13	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Figura XXIII – Evolução – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados



No exercício de 2011 o crédito orçamentário foi de R\$ 22.246.764,00, tendo sido gastos R\$ 21.662.047,14 o que representou 97,37 % do previsto. Na SUREG-PE o gasto com o benefício foi de 1.834.390,35, para o qual havia uma previsão de R\$ 1.900,000,00, o que representou uma execução efetiva de 96,55%.

Em relação à CONAB, a participação da SUREG-PE foi de 8,47% da execução total da Empresa. Em relação à meta física, cuja previsão era de 320, foram atendidos 330 beneficiários,

superando a meta em 3,13%.

A variação da meta física da SUREG/PE ocorreu em razão da oscilação entre a quantidade de anistiados reintegrados e os casos de falecimento ocorridos em 2011. A dotação orçamentária para esta ação foi suficiente já que atendeu a meta prevista e o acréscimo supramencionado.

O auxílio é concedido por meio do cartão magnético, a título de Vale Refeição ou Vale Alimentação, conforme o ACT 2009/2011. O empregado pode optar em receber o benefício numa das modalidades citadas ou na forma de 50% de cada uma.

Comparativamente ao exercício anterior verifica-se que praticamente foi mantido o mesmo número de beneficiários, gastando menos cerca de 4,81%..

Ação:(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Quadro LI – Execução Física e Orçamentária – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados (2011)

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

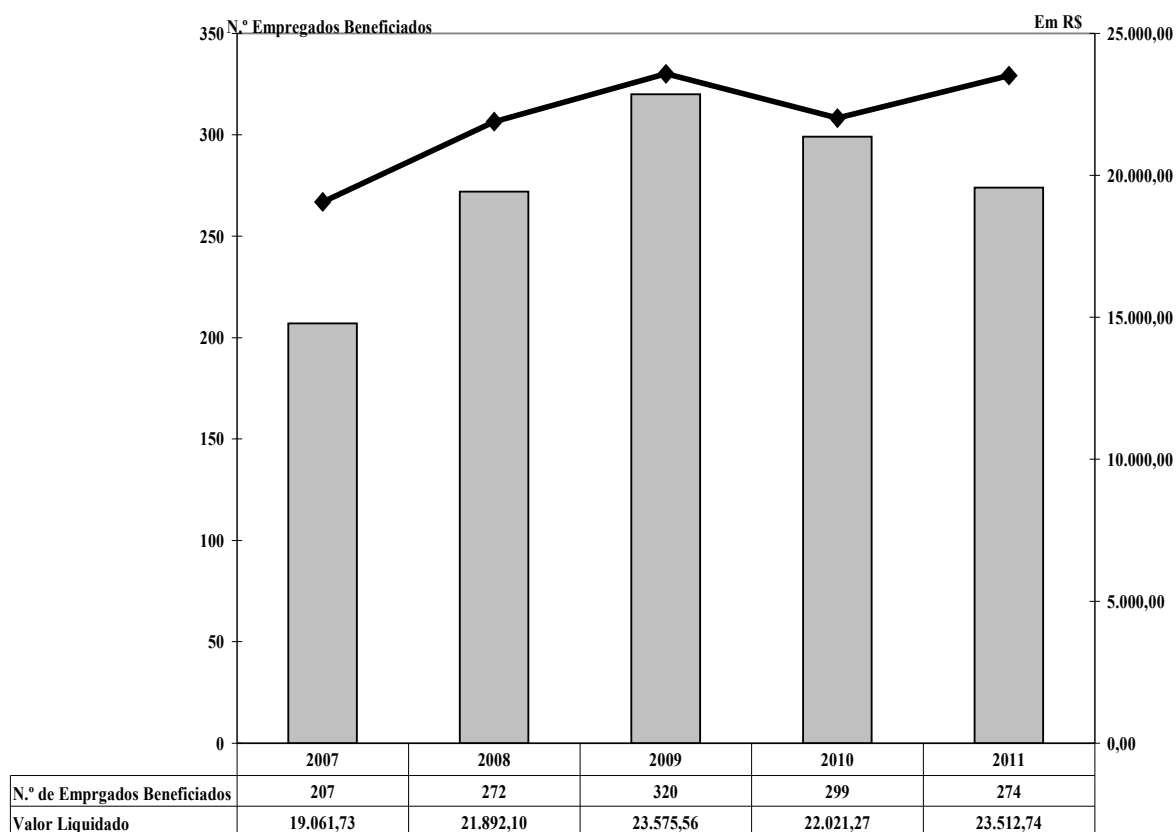
Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	25.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	25.000,00	0,34
Execução Orçamentária	7.352.073,59	649.300,80	8,83
Valor Liquidado na Sureg-PE	0,00	23.512,74	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	625.788,06	96,38
Índice	98,8	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	249	7,59
Execução Física	4.286	274	6,39
Índice	130,59	110,04	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Figura XXIV – Evolução – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados



Nesta ação também foi atingida uma meta superior a pretendida. De um total de 249, atingiu-se a um quantitativo de 274 empregados beneficiados (10,04%) a mais. A oscilação à maior decorreu do ingresso de empregados anistiados que retornaram à Empresa. Mais uma vez a dotação orçamentária prevista correspondeu plenamente, já que foi possível atender plenamente a meta prevista e o acréscimo verificado.

Do valor total executado para o atendimento desta ação, R\$ 649.300,80, foram liquidados R\$ 23.512,74 na Sureg-PE e R\$ 625.788,06 na Conab-Matriz.

Em relação ao ano de 2010, que teve uma execução orçamentária no valor de R\$ 565.523,15, em 2011 houve um acréscimo no gasto de 14,81%.

Quanto ao valor “per capita”, o acréscimo em 2011 foi de 25,29% (R\$ 478,33) em relação ao exercício anterior. Em 2010 o valor médio foi de R\$1.891,38, por empregado, enquanto que em 2011 o valor foi de R\$ 2.369,71. O acréscimo foi decorrente do aumento do valor do vale transporte promovido pelas empresas concessionárias.

A Execução pode ocorrer em duas modalidades: em pecúnia, por meio da folha de pagamento ou através da aquisição de tickets (ou de cartão). Quando por meio da folha de pagamento, a execução orçamentária é realizada na Matriz (UG 135100).

Ação:(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Quadro LII – Execução Física e Orçamentária – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários(2137)

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 25.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 25.000,00	0,60
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 17.751,63	1,09
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	65	1,18
Execução Física	6.030	73	1,21
Índice	109,64	112,31	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Quadro LIII – Demonstrativo de Despesas - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	18.327,50	5.561,91	12.430,22	151,20	210,60	9,00	0,00	0,00	36.690,43
2008	6.705,00	1.885,47	1.587,84	9,30	50,82	0,00	1.799,00	0,00	12.037,43
2009	19.831,62	2.237,49	600,00	0,00	569,26	0,00	0,00	0,00	23.238,37
2010	32.502,10	5.339,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.841,87
2011	14.006,00	2.523,52	1.222,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.751,63

Fonte: Siafi

A meta física previa a realização de 65 fiscalizações no âmbito da Sureg-PE, o que correspondia a 1.18% da meta global da Conab para o exercício de 2011. No entanto, um acréscimo de mais 8 fiscalizações para atendimento de outras regionais (Mato Grosso, Ceará e Paraná), representou um aumento de 12,31% do que estava previsto.

Da dotação orçamentária prevista – R\$ 25.000,00, foram utilizados 71% dos recursos, o equivalente a R\$ 17.751,63. Essas despesas ficaram 53,09% menores se comparadas com o exercício de 2010. O mesmo aconteceu com o número de fiscalizações realizadas em 2011, foi 37,06% menor.

Os produtos fiscalizados destinaram-se ao atendimento dos programas sociais do Governo Federal intermediados por órgãos como: Defesa Civil, Incra, Funai, entre outros. Houve também fiscalizações de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e para

remoção de estoques públicos.

Todo o processo de fiscalização segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab – MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais) e comunicado Conab/MOC nº 020, de 16/08/2004, ou ainda, em orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Ação:(2130) Formação de Estoques Públicos

Quadro LIV – Execução Física e Orçamentária – Formação de Estoques Públicos (2130)

(2130) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	2.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	2.000.000,00	0,09
Execução Orçamentária	918.235.408,22	514.993,41	0,06
Índice	42,32	25,75	-
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	20,13	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Para a realização das diversas atividades correlatas aos estoques públicos, a LOA/2011 consignou para a Conab, dotação de 2.169.760.000,00 e meta física de 4.031.000 toneladas de produtos agrícolas.

Em 2011, a SUREG-PE não teve meta a executar com relação à aquisição de produtos porque o Estado de Pernambuco se caracteriza como sendo um estado importador de alimentos, e isto inviabiliza as aquisições de produtos originários da pauta de preços mínimos. Entretanto, a SUREG-PE recebe produtos originários de outras Regionais para desenvolver ações relacionadas ao Programa de Vendas em Balcão e também outros gêneros alimentícios para compor cestas básicas

Em 2011, a dotação orçamentária final para a SUREG-PE foi de R\$ 2.000.000,00. Executou R\$ 514.993,41, ou seja apenas 25,75%. O motivo para a pequena utilização dos recursos disponíveis, se fundamentou na relação permanente entre o preço mínimo da Conab e os praticados no mercado.

Quadro LV – Demonstrativo de Despesas - Formação de Estoques Públicos

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-PE	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	14.750,00	1,10
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	26.696,19	3,92
Embalagens	5.342.883,52	0,00	0,00
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	0,00	0,00
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	398.477,65	3,22
ICMS	47.485.159,88	7.074,87	0,01
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	67.994,70	0,13
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	514.993,41	0,06

As despesas executadas somaram R\$ 514.993,41 destacando-se aquelas referentes ao pagamento de comissões e corretagens, no valor de R\$ 398.477,65, seguida de transportes, encomendas, carretos e fretes destinados às remoções realizadas que resultaram no valor de R\$ 67.994,70.

Ação:(2272) Gestão e Administração do Programa

Quadro LVI – Execução Física e Orçamentária – Gestão e Administração do Programa (2272)

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PE	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	8.035.000,00	1,65
Pessoal	391.071.326,00	6.440.000,00	1,65
Custeio	77.070.000,00	1.570.000,00	2,04
Investimentos	20.275.000,00	25.000,00	0,12
Execução Orçamentária	461.250.028,94	8.009.969,50	1,74
Pessoal	387.327.794,86	6.432.649,96	1,66
Custeio	73.477.389,40	1.564.150,40	2,13
Investimentos	444.844,68	13.169,14	2,96
Índice	94,44	99,69	-

Fonte: Supre e Siafi

A dotação aprovada para a Sureg-PE foi de R\$ 8.035.000,00, sendo R\$ 6.440.000,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 1.570.000,00 para custeio e R\$ 25.000,00 para investimentos.

Da meta prevista foram executados no exercício R\$ 6.432.649,96 com despesas de pessoal e encargos sociais e R\$ 1.564.150,40 com custeio, representando 99,69% da dotação prevista, ou seja 1,65% do gasto total, em comparação com as dotações da Conab. Na Sureg, as despesas de pessoal são as mais expressivas, conforme detalhado a seguir.

Quadro LVII – Discriminação das Despesas – Gestão e Administração do Programa

Discriminação	PE				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	19.259,66	2.070.032,12	5.110.407,82	5.599.933,85	6.432.649,96
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	7.987,90	279.727,05	953.655,02	990.735,48	1.103.779,17
Obrigações patronais	640,47	1.786.145,13	4.136.226,85	4.608.026,29	5.308.405,03
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	10.631,29	4.159,94	20.525,95	1.172,08	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	20.465,76
Custeio	1.433.432,82	1.300.778,43	1.458.187,16	2.070.371,80	1.564.150,40
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	96.445,08	67.900,00	145.877,96	142.242,50	96.174,00
Material de consumo	200.255,23	148.780,59	149.607,94	123.554,45	111.294,49
Passagens e Despesas com locomoção	38.748,81	42.271,81	65.516,83	70.432,86	35.780,10
Serviços de Consultoria	0,00	6.800,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	13.542,42	10.318,79	28.888,01	10.168,93	1.770,00
Locação de mão-de-obra	227.835,18	235.874,15	283.440,60	467.102,37	436.552,58
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	707.637,12	642.349,28	628.296,79	0,00	720.689,08
Obrigações tributárias e contributivas	144.022,07	0,00	0,00	151.465,17	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	4.946,91	3.155,61	708,38	1.959,39	3.137,27
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	1.103.446,13	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	143.328,20	155.850,65	0,00	158.752,88
Investimentos	146.790,08	22.124,99	109.655,32	0,00	13.169,14
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	146.790,08	22.124,99	109.655,32	0,00	13.169,14
Total	1.599.482,56	3.392.935,54	6.678.250,30	7.670.305,65	8.009.969,50

Comparativamente a 2010, no exercício de 2011 houve um acréscimo de 14,87% no Grupo de Despesas com Pessoal, mas com relação ao Custeio foi possível obter uma diminuição de quase 25%. O resultado não foi melhor devido aos gastos efetuados com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Indenizações e Restituições e Obrigações Tributárias e Contributivas – Operações Intra-Orçamentárias. É possível verificar o esforço feito pela Sureg-PE para reduzir os gastos com os demais itens que compõem este item.

Os investimentos realizados em 2011, no valor bem acima do previsto, foram inseridos em restos à pagar, já devidamente quitados em abril deste ano. Em 2010 não havia previsão orçamentária para investimentos.

Ação:(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Quadro LVIII – Execução Física e Orçamentária – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar (8579)

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PE	
Dotação Orçamentária	315.000,00	2.000,00	
Execução Orçamentária	294.066,15	1.462,50	0,63
Índice	93,35	73,13	
informação	8.000	-	
Execução Física	7.845	-	0,00
Índice	98,06	-	

Fonte: Siafi

No exercício de 2011 a Conab Nacional obteve uma dotação orçamentária de R\$315.000,00. Deste total executou 93,35%, ou seja R\$ 294.066,15. Para Pernambuco foi destinada uma dotação de R\$ 2.000,00, e foi executada 0,63% da meta, o equivalente a R\$ 1.462,50.

As atividades desenvolvidas se relacionam ao cadastramento de fontes de informação e a pesquisa semanal de preços destinados à alimentação do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO. O detalhamento dos gastos pode ser verificado no quadro a seguir.

Quadro LIX – Demonstrativo das Despesas – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	3.450,00	811,11	0,00	-	-	4.261,11
2009	-	-	-	-	-	-
2010	470,00	78,72	-	-	-	548,72
2011	1.462,50	-	-	-	-	1.462,50

Fonte: Siafi

Ação:(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
Quadro LX – Execução Física e Orçamentária – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns (2829)

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PE	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	110.000,00	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	110.000,00	0,28
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	0,00
Despesas de Capital	34.000.000,00	110.000,00	0,32
Execução Orçamentária	503.777,46	0,00	0,00
Despesas Correntes	250.594,84	-	0,00
Despesas de Capital	253.182,62	-	0,00
Índice	1,29	0,00	-
Meta Física – unidade modernizada	70	2	2,86
Execução Física	57	1	1,75
Índice	81,43	50,00	-

Fonte: Supor e Siafi

A previsão inicial era adquirir 2 empilhadeiras para a UA-Recife e produtos de higienização para a UA-Arcoverde. O processo para a aquisição das 2 empilhadeiras iniciou-se em dezembro de 2011, e como consequência essa operação incorreu em restos à pagar, cuja quitação se efetivou em abril de 2012. Os produtos de higienização seriam licitados pela Conab-Matriz, mas tal evento não se realizou. Desta maneira, o objetivo de modernizar as 2 unidades armazenadoras da Sureg-PE não aconteceu. Somente a UA-Recife recebeu os investimentos previstos. O resultado então é que 50% da meta física foi conquistada em 2011.

Ação:(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas
Quadro LXI – Execução Física e Orçamentária – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas (4710)

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas			
Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PE	
Dotação Orçamentária	200.000,00	20.000,00	10,00
Execução Orçamentária	128.741,18	19.912,76	15,47
Índice	64,37	99,56	-
Meta Física – unidade organizada	1.000,00	140	14,00
Execução Física	152,00	47	30,92
Índice	15,20	33,57	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação orçamentária prevista para esta ação foi a mesma de 2010, R\$ 20.000,00. Já a meta física, 140, foi bastante inferior a do ano passado estipulada em 245. Uma redução de 42,86%.

Em 2011, os responsáveis por essa atividade na Sureg-PE visitaram muitos varejistas na tentativa de que eles ingressassem no Programa REFAP, seja para a formação de uma nova rede ou através da inserção deles nas redes já existentes. A meta alcançada, 47 novos varejistas (33,57%), foi bastante inferior a pretendida, devido a alguns fatores. Os principais foram:

- Desinteresse deles devido a insuficiência de produtos básicos a serem disponibilizados, como açúcar, arroz, etc.;
- Produção agrícola do Estado de Pernambuco insuficiente para atender a demanda. Só dispõe da farinha de mandioca, os demais são importados de outros Estados e dessa forma é necessário mais recursos financeiros para atender o transporte dos produtos;
- Baixa dotação orçamentária para por em prática todas as ações necessárias. Tal afirmativa se comprova pelo fato de que, para incluir 47 varejistas foram utilizados R\$ 19.912,76 (99,56%), praticamente toda a dotação prevista;
- Ausência de uma linha de crédito para os varejistas;
- Concorrência com as grandes redes multinacionais de supermercados, implicando no fechamento de pequenos mercados;
- Falta de uma política tributária que favoreça o negócio desses pequenos varejistas; e
- Insegurança e desconfiança entre os varejistas.

Finalmente registrar que a estrutura organizacional disponível para as atividades da REFAP é inadequada. Tais atividades deveriam ser conformadas num Setor devidamente formalizado dentro do organograma desta Superintendência.

Quadro LXII – Demonstrativo de Despesas – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas		Indenizações e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	4.930,00	1.490,71	1.853,75	0,00	8.950,00	50,00	350,00	17.624,46
2008	1.515,00	178,31	700,00	0,00	-	-	-	2.393,31
2009	4.432,50	-	696,02	-	-	-	-	5.128,52
2010	14.137,50	2.070,63	-	-	41,00	-	-	16.249,13
2011	10.527,00	399,50	8.986,26	-	-	-	-	19.912,76

Fonte: Siafi

Constata-se que as despesas executadas em 2011 foram 22,55% superiores as realizadas em 2010. No entanto a meta alcançada foi 9,62% menor.

Quadro LXIII – Resultados Alcançados – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Produto	Ano						
	2010			2011			
	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Açúcar	1.002.484,99	1.520	501.960	1.305,5	1.687.839,46	1.760	730.603
Arroz beneficiado	29.754,00			112,5	115.434,30		
Farinha Mandioca	-			42,6	25.560,00		
Feijão	-			-	-		
Leite em pó	498.080,00			79,0	539.899,50		
Total	1.530.318,99	1.520	501.960	1.539,6	2.368.733,26	1.760	730.603

Em 2011, a quantidade de varejistas atendidos – 1.760 e de famílias beneficiadas – 730.603, foi superior ao do exercício passado. Respectivamente, obtivemos aumentos de 15,79% e 45,55%. Com relação a quantidade de produtos distribuídos – 90,6 ton., o mesmo não ocorreu. O total ficou 12,80% menor.

360 - Programa Gestão de Política Agropecuária

Ação:(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro LXIV – Execução Física e Orçamentária – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação (4572)

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação
 Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001
 PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	2,94
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	16.773,68	4,50
Índice	24,35	46,59	
Meta Física	4.300	232	5,40
Execução Física	3.165	96	3,03
Índice	73,60	41,38	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Em conformidade com os dados do quadro acima, a meta física para esta ação era de treinar 232 empregados. Ao final do exercício de 2011, só 96 se beneficiaram de alguma ação de treinamento, alcançando o índice de apenas 41,38% do que estava previsto. Esse baixo resultado é decorrente de alguns fatores que precisam ser aperfeiçoados em 2012. São eles:

- Há uma deficiência do levantamento das necessidades de treinamento, na medida em que

esse procedimento não é devidamente acompanhado por quase todos os titulares das respectivas unidades organizacionais, até porque eles também não tem o suporte necessário para bem cumprir essa tarefa;

- Muitos empregados solicitaram treinamentos sem que estivessem em condições de realizá-los. Na hora de solicitar não levaram em consideração os pré-requisitos que precisavam ser atendidos;
- Outros solicitaram, mas na hora de efetivá-los se mostraram desmotivados ou alegaram algum impedimento para não seguir adiante;
- Outra questão fundamental para o inexpressivo índice obtido, refere-se ao tempo tardio em que os recursos financeiros foram disponibilizados. Geralmente, como acontece em quase todos os anos, somente a partir do mês de maio do respectivo ano é que tais recursos começam a ser liberados e desta forma muitos eventos são perdidos;
- A maioria dos nossos empregados já está com mais de 51 anos de idade, e já não encontram tanta motivação para novos desafios.
- Também contribuí bastante para o baixo índice obtido, a estrutura deficiente das nossas instalações, os equipamentos obsoletos e a falta de outros tantos que são necessários para que os treinamentos internos possam acontecer adequadamente.

Quadro LXV – Discriminação dos Resultados – 2010/2011 - Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	433	232	-46,42	50.000,00	36.000,00	-28,00
Execução	117	96	-17,95	46.330,74	16.773,68	-63,80
Percentual de Execução	27,02	41,38	-	92,66	46,59	-
Gasto per capita (R\$)				395,99	174,73	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Verifica-se que a quantidade de empregados capacitados em 2011 foi menor do que em 2010, mesmo diante de uma meta prevista bem menor. O percentual alcançado em 2011 de empregados treinados foi 41,38% da meta estabelecida. Fica constatado que as ações pertinentes à capacitação dos empregados da Sureg-PE precisa ser reformulada e revigorada em 2012. Com a retomada do processo de planejamento estratégico da Conab, já há iniciativas que direcionam para essa melhoria tão desejada e necessária.

A quase totalidade dos empregados treinados em 2011 concentraram-se basicamente em duas áreas de conhecimento: Administrativa, com 31 treinandos e Educação e Desenvolvimento, esta com 33. Os outros 32 treinandos fizeram cursos nas áreas de Planejamento (19), Financeira (7) e Operacional (6). Foram utilizadas 46,59% da dotação orçamentária disponibilizada. Apesar do índice obtido, comparativamente com o ano de 2010 o desempenho no exercício em questão foi bem melhor.

Quadro LXVI – Capacitação por Área de Conhecimento - Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	31	1.056	34,06
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	33	873	26,44
Financeira	7	160	22,86
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	0	0	-
Operacional	6	144	24
Planejamento	19	384	20,21
Qualidade	0	0	-
Total	96	2.617	27,26

Fonte: Gecap

Ação:(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Quadro LXVII – Execução Física e Orçamentária - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras (4711)

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PE	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	20.000,00	2,00
Execução Orçamentária	794.110,27	18.129,04	2,28
Índice	79,41	90,65	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	6	50,00
Execução Física	12	6	50,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

A meta física global aprovada na LOA/2008-2011 previa a realização de doze pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. A dotação orçamentária para a ação foi de R\$ 1.000.000,00, sendo executado R\$ 794.110,27 (79,41% da meta).

Para o Estado de Pernambuco a previsão de 6 pesquisas (3 de campo e as demais utilizando-se de outros meios de pesquisa, tais como: fax, e-mail, telefone), foi plenamente executada, e obviamente atingimos 100% da meta estabelecida ao custo total de R\$ 18.129,04, o equivalente a (90,65%) da dotação prevista que era de R\$ 20.000,00.

901 - Programa Operações Especiais
Ação:(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista
Quadro LXVIII – Execução Física e Orçamentária - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (0022)

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	1.050.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	1.050.000,00	5,63
Execução Orçamentária	17.353.314,98	1.001.484,24	5,77
Índice	92,99	95,38	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Para a Conab Nacional foram consignados R\$14.000.000,00 de dotação orçamentária com suplementação no valor de R\$ 4.661.376,00. Foram gastos R\$ 17.353.314,98, ou seja, 92,99% da dotação final, R\$ 18.661.376,00.

Já para a SUREG/PE foram disponibilizados R\$ 1.050.000,00 (5,63% da dotação nacional) e desembolsados R\$ 1.001.484,24 (95,38%) para os pagamentos de sentenças trabalhistas e cíveis (conforme detalhado no quadro a seguir).

Comparativamente com o ano de 2010, em 2011 o valor gasto foi 32,68% maior.

Quadro LXIX – Demonstrativo de Despesas - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Exercício	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		Total
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	44.025,92	905.783,83	-	-	949.809,75
2008	49.696,63	1.263.374,85	-	4.563.306,28	5.876.377,76
2009	157.701,15	1.469.577,24	-	-	1.627.278,39
2010	268.576,08	344.225,88	-	141.973,32	754.775,28
2011	156.795,41	844.688,83	-	0,00	1.001.484,24

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

10.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

10.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro LXX – Demonstrativo de Restos a Pagar

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	552.011,01	0,00	552.011,01	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	142.458,48	0,00	142.458,48	0,00
2011	113.657,53	0,00	0,00	113.657,53

10.2.1.1 – Análise Crítica

Decorrentes do exercício de 2011, em abril de 2012, foram pagos R\$ 103.499,00 classificados em restos à pagar, referentes a aquisição de 2 empilhadeiras para uso na UA_Recife, e mais R\$ 10.158,53, na mesma situação. Este último valor corresponde a compra dos seguintes produtos:

- 1 geladeira = R\$ 1.080,00;
- 1 microondas e 5 refrigeradores - frigobar = R\$ 3.828,58;
- 5 bebedouros garrafão (tipo coluna) = R\$ 1.836,98;
- 1 bebedouro garrafão (tipo mesa) = R\$ 339,99;
- 8 pneus = R\$ 1.574,00;
- 5 nobreak de 1400 kva = R\$ 1.704,00

O total pago em 2012 foi de R\$ 113.657,53.

A presente situação foi motivada pelo período em que os processos de compra foram deflagrados. Tais eventos ocorreram em dezembro de 2011.

10.3 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76
Quadro LXXI
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88

Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00

OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

Quadro LXXII

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)

Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

Quadro LXXIII
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSE. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7317756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

Quadro LXXIV
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Quadro LXXV

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade

Superintendência de Contabilidade

Superintendente

Contador CRC DF 005969/0-5

Quadro LXXVI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2**ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3**ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4**RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4 Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de

perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almojarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
ICMS a Compensar	241.699		285.410
IRRF a Compensar	36		33
Contribuições Outros Impostos	105		93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840		285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6**LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7**RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do

Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8
DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9
CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10
DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

Em R\$ mil

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

Em R\$ mil

NOTA 11
RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12
BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza

a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

Em R\$ mil

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

□ **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

□ **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

□ **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

□ **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

□ **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios

de funções e outros.

□ **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
	Cível	118.234	129.517	131.747
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317523	351.646	369167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****19.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Em R\$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

Em R\$ mil

NOTA 21
CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agro extrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasso – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

Em R\$ mil

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

10.4 – Composição dos Investimentos da Empresa

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-

Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Total	-	-	-

Fonte: Sucon

10.6 – Composição dos Investimentos da Empresa**Quadro CXXI - Composição Acionária da UJ como investidora****INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES****UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011****Denominação completa:**

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Ações Ordinárias - %

Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv. Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosá	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coko do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida		31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

10.5 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro LXXVII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício de 2011	Exercício de 2010	
Pernambuco	12	12	
Recife	8	8	EDIFÍCIO SEDE – Estrada do Barbalho, 960 Iputinga Recife PE, Estando em pleno funcionamento da Sede da Regional Pernambuco e Unidade Armazenadora.
Recife	8	8	UA Recife ENTREPONTO DE PESCA – CAIS DE SANTA RITA S/N - Recife/PE - Aprovado em REDIR, voto DIAFI 19/2012, autorizando a venda direta pelo valor de R\$ 6.523.000,00 ao Governo do Estado de Pernambuco – Porto do Recife.
Recife	8	8	Sala – Av. Dantas Barreto, 498 Edifício Guararapes 8º andar Recife/PE Processo nº 03.051/97 - Aguardando liberação de recurso para pagamento a CEF, referente a avaliação. CI SUREG 522/2012 de 29.03.2012 para SUPAD.
Recife	8	8	BEBERIBE - Rua Uriel de Holanda, 40, 40 fundos - Beberibe, Recife/PE. Processo nº 3260/94. Notificada a Prefeitura da Cidade do Recife via OF SUREG PE 421/2012 sobre o interesse em aquisição do imóvel. Aguardando resposta.
Recife	8	8	BEBERIBE - Rua Uriel de Holanda, 56, esquina com a R. Dr. Melânio de Barros Correia, Beberibe, Recife/PE. Processo nº 3260/94. Notificada a Prefeitura da Cidade do Recife via OF SUREG PE 421/2012 sobre o interesse em aquisição do imóvel. Aguardando resposta.
Recife	8	8	Rua Padre Lemos, 94 - Casa Amarela, Recife/PE. Processo nº 1215/95. Notificada a Prefeitura da Cidade do Recife via OF SUREG PE 421/2012 sobre o interesse em aquisição do imóvel. Aguardando resposta.
Recife	8	8	Rua Padre Lemos, 110 - Casa Amarela, Recife/PE. Processo nº 1215/95. Notificada a Prefeitura da Cidade do Recife via OF SUREG PE 421/2012 sobre o interesse em aquisição do imóvel. Aguardando resposta.
Recife	8	8	Rua Padre Lemos, 116 - Casa Amarela, Recife/PE. Processo nº 1215/95. Notificada a Prefeitura da Cidade do Recife via OF SUREG PE 421/2012 sobre o interesse em aquisição do imóvel. Aguardando resposta.
Arcoverde	2	2	SESC ARCOVERDE - Av. José Bonifácio, 1301, São Cristóvão – Arcoverde/PE Processo nº03.112/02. Aguardando liberação da CONAB Matriz para renovação de contrato de cessão com SESC/PE.
Arcoverde	2	2	UA – ARCOVERDE – Av. José Bonifácio, São Cristóvão, Arcoverde/PE – Sede da UA Arcoverde, estando em pleno funcionamento.
Bom Jardim	1	1	BOM JARDIM - Rodovia PE – 088 Norte KM 02, S/N Bom Jardim/PE Processo nº 00.2349/2011. Aguardando posicionamento da CONAB Matriz para realização da venda para Prefeitura de Bom Jardim. Voto DIRAD 121/2011 – REDIR de 09.11.2011.
Goiana	1	1	Processo nº 00.2349/2011. Aguardando posicionamento da CONAB Matriz para realização da venda para Prefeitura de Bom Jardim. Voto DIRAD 121/2011 – REDIR de 09.11.2011.

10.6 – Parecer da Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, conseqüentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

CVM n.º 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

11 – Governança e Controles (corresponde ao item 13 da DN 108/2010).

11.1 – Informações sobre o Controle Interno

O Quadro – Estrutura de Controles Internos desta UJ foi preenchido conjuntamente. Participaram desse ato o Sr. Superintendente da SUREG-PE, a Procuradora da PRORE, os Gerentes da GEOPE e da GEFAD, um representante da GEDES e o Coordenador do Relatório de Gestão - 2011.

Quadro LXXVIII – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

11.2.1 – CGU

No dia 03 de janeiro de 2012, a Superintendência Regional de Pernambuco – SUREG - PE, respondeu à CONAB-AUDIN e a Controladoria-Geral da União - CGU, em tempo hábil, as indagações sobre algumas despesas realizadas no exercício de 2011 com o Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF (UG 135285) – SUREG/PE, consideradas, em princípio, inelegíveis.

Todos os documentos comprobatórios das operações efetuadas foram encaminhadas à CGU. Descrevemos a seguir os esclarecimentos que foram dados à época, obedecendo a numeração contida na mensagem original de cobrança.

1 - Conab Sede Sureg Pernambuco

1.1 - Data da transação: 24/08/2011

Estabelecimento: Não identificado

Portador: Cláudio L Rodrigues

Valor: R\$ 56,00

Ocorrência: Gastos em Estabelecimentos Atípicos

1.1.1 - Despesa realizada no dia 24/08/2011, no valor de R\$56,00 (cinquenta e seis reais). Aquisição de 1 (uma) pasta em couro sintético para o acondicionamento de alvarás que são levados pelos empregados à Caixa Econômica, conforme NF nº 14323 e recibo, anexos. A compra foi realizada no estabelecimento comercial Atacado das

Bolsas.

1.2 - Data da transação: 11/08/2011

Estabelecimento: Ferreira Costa E Cia Ltda.

Portador: Cláudio L Rodrigues

Valor: R\$ 202,80

Ocorrência: Gastos em Estabelecimentos Atípicos

1.1.2- Despesa realizada no dia 11/08/2011, no valor de R\$202,80 (duzentos e dois reais e oitenta centavos). Aquisição 1 (uma) bacia sanitária com descarga acoplada, anel e parafuso de vedação para fixar a respectiva bacia no banheiro da sala da GEFAD. A compra, motivada para substituir a que estava danificada, foi realizada no estabelecimento Ferreira Costa, CNPJ 10.230.480/0019-60, conforme NF's nº 104734/104735 e recibos anexos.

1.3 - Data da transação: 09/08/2011

Estabelecimento: Não identificado

Portador: Cláudio L Rodrigues

Valor: R\$ 56,00

Ocorrência: Gastos em Estabelecimentos Atípicos

1.1.3 - Despesa realizada no dia 09/08/2011, no valor de R\$56,00 (cinquenta e seis reais). Aquisição de 1 (uma) pasta em couro sintético para acondicionar depósitos e documentos (OB's, RE's) encaminhados para pagamento no Banco do Brasil. Foi efetuada no estabelecimento comercial Atacado das Bolsas, conforme NF nº 14364 e recibo anexos.

8 - Conab Sede Sureg Pernambuco

8.1 - Data da transação: 20/09/2011

Estabelecimento: Ferreira Costa E Cia Ltda.

Portador: Cláudio L Rodrigues

Valor: R\$ 201,50

Ocorrência: Gastos Em Estabelecimentos Atípicos

8.1.1 - Despesa realizada em 20/09/2011, no valor de R\$201,50 (duzentos e um reais e cinquenta centavos). Aquisição de materiais hidráulicos para conserto do banheiro feminino localizado do primeiro andar do prédio sede da SUREG/PE, conforme NF nº127644 e recibo anexos. A compra foi realizada no estabelecimento Ferreira Costa, CNPJ 10.230.480/0019-60.

8.2 - Data da transação: 12/09/2011

Estabelecimento: Ferreira Costa E Cia Ltda.

Portador: Cláudio L Rodrigues

Valor: R\$ 112,26

Ocorrência: Gastos Em Estabelecimentos Atípicos

8.2.1 - Despesa realizada em 12/09/2011, no valor de R\$112,26 (cento e doze reais e vinte seis centavos). Aquisição de material hidráulico para o banheiro feminino localizado do primeiro andar do prédio sede da SUREG/PE e um mola para conserto da

porta do Setor Administrativo - SETAD, conforme NF's nº123089/123090 e recibos anexos. A compra foi realizada no estabelecimento Ferreira Costa, CNPJ 10.230.480/0019-60.

8.3 - Data da transação: 09/09/2011

Estabelecimento: Ferreira Costa E Cia Ltda.

Portador: Cláudio L Rodrigues

Valor: R\$ 121,99

Ocorrência: Gastos Em Estabelecimentos Atípicos

8.3.1 - Despesa realizada em 09/09/2011, no valor de R\$ 121,99 (cento e vinte um reais e noventa e nove centavos). Aquisição de materiais destinados a reparos na rede elétrica do prédio da Sede da SUREG/PE, conforme demonstrado nas NF's nº 121644/121645 e recibo anexos. A compra foi realizada no estabelecimento Ferreira Costa, CNPJ 10.230.480/0019-60.

11.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

O item 13.3 foi sendo atendido no decorrer do exercício de 2011. Dos que estavam pendentes, 26 já foram respondidos e inseridos no sistema devido, e os 17 restantes ainda aguardam a nossa ação. Os motivos para o não atendimento pleno do que nos foi solicitado e no tempo correto, foram as férias dos gestores no mês de janeiro de 2012 e as alterações de chefia de gerências e setores ocorridas. A Gerente da GEFAD foi pra a GEDES e um servidor do SEGEO ocupou esta última. Na GEFAD assumiu o empregado que ocupava o cargo de Encarregado do SETAD. Essas mudanças ainda estão sendo devidamente conformadas, na medida em que cada um deles precisa se situar em cada uma dessas unidades. Apesar dessa situação transitória, é nossa intenção responder aos itens restantes no menor prazo possível.

Relatório de Auditoria

Constatação:

1108 - A aquisição dos produtos que compõem as cestas de alimentos é realizada em função do número de famílias que serão beneficiadas, da consulta da quantidade de produtos em estoque por meio do x-FAC e da disponibilidade orçamentária/financeira. A aquisição é efetuada na modalidade pregão eletrônico, no Sistema Eletrônico de Comercialização – SEC da Companhia. O preço máximo de aceitação para fechamento da compra é definido pela Conab, com base nos preços praticados na praça. O preço para negociação será ofertado em nível decrescente, sagrando-se vencedor o fornecedor que ofertar o menor preço para o produto negociado, com as especificações contidas no aviso. Analisou-se 19 processos referentes aquisição dos produtos destinados a compor as cestas de alimentos, cujas impropriedades constatadas são apresentadas na sequência deste relatório. Processos analisados: 1 - Processo n.º 21203.000732/2010-73 – Remoção de Leite em Pó 160.000 kg da UA/Porto Alegre para a UA/Recife; 2 - Processo n.º 21203.000522/2010-85 – Compra de 117.084 kg Açúcar Cristal – com incidência do ICMS; 3 - Processo n.º 21203.000009/2010-94 – Compra de 535.610 kg Arroz Longo Fino Tipo 2 – com incidência do ICMS; 4 - Processo n.º 21203.000787/2010-83 – Compra de 61.444 kg Flocos de Milho – sem incidência do ICMS; 5 - Processo n.º 21203.000786/2010-39 – Compra de 58.542 kg Macarrão Comum – com incidência do ICMS; 6 - Processo n.º 21203.000520/2010-96 – Compra de 117.034 Latas de Óleo de Soja Refinado – com incidência do ICMS; 7 - Processo n.º 21203.000190/2011-10 – Remoção de 570.180 kg de diversos produtos, oriundos de Irecê/BA para UA/Recife/PE; 8 - Processo n.º 21203.000323/2011-58 – Transferência de 175.626 kg de Farinha de Mandioca e 175.626 kg de Açúcar Cristal do PAA para o Estratégico; 9 - Processo n.º 21203.000313/2011-12 – Transferência de 487.860 kg de Arroz Beneficiado do RS para a UA/Recife; 10 - Processo n.º 21203.000263/2011-73 – Compra de 87.813 kg de Macarrão Comum – com incidência do ICMS; 11 - Processo n.º 21203.000324/2011-01 – Transferência de 92.166 kg de Farinha de Mandioca e 92.166 kg de Açúcar Cristal da UA/Recife para a UA/Arcoverde, do PAA para o Estratégico. 12 - Processo n.º 21203.000301/2011-98 – Remoção de 231.000 kg de Feijão Anão da UA/Ribeira do Pombal – BA para a UA/Arcoverde, do PAA para o Estratégico; 13 - Processo n.º 21203.000310/2011-89 – Transferência de 256.020 kg de Arroz Beneficiado de Agudo/RS para a UA/Arcoverde, do PAA; 14 - Processo n.º 21203.000284/2011-99 – Transferência de 47.000 kg de Leite em Pó Integral da UA/Porto Alegre/RS para a UA/Arcoverde, do PAA; 15 - Processo n.º 21203.000265/2011-62 – Compra de 46.083 kg de Flocos de Milho, entregue na UA/Arcoverde – com incidência do ICMS; 16 - Processo n.º 21203.000261/2011-84 – Compra de 92.166 latas de Óleo de Soja, entregue na UA/Arcoverde - com incidência do ICMS; 17 - Processo n.º 21203.000262/2011-29 – Compra de 46.083 kg de Macarrão Comum, entregue na UA/Arcoverde – com incidência do ICMS; 18 - Processo n.º 21203.000264/2011-18 – Compra de 87.813 kg de Flocos de Milho, entregue na UA/Recife – Com incidência do ICMS; e 19 - Processo n.º 21203.000260/2011-30 – Compra de 175.626 latas de Óleo de Soja, entregue na UA/Recife – com incidência do ICMS. Impropriedades constatadas: - Na análise dos processos constatou-se que os Comunicados de Compra – COC(s) (documento oficial da negociação) emitidos pelas bolsas de mercadorias estão em sua maioria acrescidos do ICMS, enquanto outros estão sem a incidência do referido imposto. Embora conste nos avisos os itens 6.1, 6.2, 6.3 e 8.3 descritos a seguir, não ficou esclarecido se deve haver ou não a incidência do ICMS nas aquisições ocorridas. “6.1 – O preço máximo de aceitação para fechamento da compra será definido pela Conab, sem ICMS, e será divulgado com antecedência, de no mínimo, 02 dias úteis antes da data do leilão. 6.2 – O preço para a negociação será ofertado em nível decrescente, em R\$/kg, sem ICMS. 6.3 – Sobre o preço de fechamento da compra, quanto à incidência de ICMS, deverá o fornecedor pautar-se na legislação tributária vigente, considerando a origem e o destino da mercadoria, observando o contido no Convênio ICMS n.º 34 de 26.3.2010. 8.3. O produto deverá ser faturado de acordo com os dados constantes do Anexo III deste Aviso, observando que a Nota Fiscal de Venda deverá ser emitida pelo fornecedor, obedecidos os mesmos dados constantes do COC (mesma razão social e CNPJ informado por ocasião do arremate no leilão), devendo constar no campo de observação da Nota Fiscal o seguinte texto: “Mercadoria destinada a atender o Programa Fome Zero do Governo Federal. Dispensado o ICMS conforme §§ 1º e 4º

da Cláusula Primeira do Convênio ICMS 18/2003, alterado pelo Convênio ICMS 34/2010”.” - No Processo n.º 21203.000787/2010-83 – não foi localizado o Certificado de Classificação da empresa fornecedora; - No processo n.º 21203.000190/2011-10 - constatou falta de 40 kg de produto no final da operação e não foi localizado documento que comprove a indenização por parte da transportadora. Os estoques que compõem as cestas de alimentos encontram-se armazenados nas Unidades Armazenadoras de Arcoverde e Recife. A comprovação da guarda dos produtos em estoque e das condições de armazenamento foi realizada apenas na UA/Recife. A seguir, fotos dos produtos armazenados nesta Unidade Armazenadora. De acordo com o sistema x-FAC, demonstramos a seguir, posição dos produtos destinados às cestas de alimentos em estoque nas Unidades Armazenadoras de Recife e Arcoverde.

Recomendação:

1108.1 - Recomendamos à Supab avaliar os itens dos avisos de compra (nas operações destinadas à doação), que fazem menção à isenção do ICMS, nos termos dos Convênios ICMS n.ºs 18/2003 e 34/2010, de modo que a condição de isenção do imposto esteja consignada de forma mais clara.

Tratamento das Recomendações

de maria.nascimento em 24/10/2011 como Pendente

Apesar da recomendação ter sido feita à SUPAB, esta SUREG/GEOPE tem tomado as devidas providências no sentido de requerer baixa da cobrança da diferença de alíquota de ICMS, junto à Secretaria do Estado de Pernambuco, dos produtos oriundos do Sul do País, conforme formulário anexo 01.

de joao.filho em 31/10/2011 como Pendente

Apesar da resposta e das providências adotadas pela Sureg/PE, o item continuará pendente para que a Supab ofereça resposta à recomendação à ela direcionada.

Recomendação:

1108.2 - Sendo o Comunicado de Compra – COC o documento oficial da negociação realizada, cujo valor é base para a emissão do empenho e pagamento da aquisição, recomendamos à Sureg/PE que o COC, seja encaminhado, inicialmente, à área fiscal/tributária para confirmação do percentual do ICMS aplicado ao produto e do valor global do documento.

Tratamento das Recomendações:

de joao.filho em 24/10/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sureg/PE das providências já adotadas, o item será considerado solucionado.

de maria.nascimento em 24/10/2011 como Pendente

A Recomendação foi inteiramente acatada por esta GEOPE-SUREG. Já cientificamos à área envolvida, informando que doravante iremos proceder conforme orientação dessa AUDIN. Por oportuno, anexamos a CI.GEOPE n.º 026/11 (anexo 02) que foi remetida à GEFAD/SECOF sobre o assunto .

de em 24/10/2011 como Pendente

A Recomendação foi inteiramente acatada por esta GEOPE-SUREG. Já cientificamos à área envolvida, informando que doravante iremos proceder conforme orientação dessa AUDIN. Por oportuno, anexamos a CI.GEOPE n.º 026/11 (anexo 02) que foi remetida à GEFAD/SECOF sobre o assunto .

Recomendação:

1108.3 - Recomendamos à Sureg/PE certificar de que todos os documentos relacionados à aquisição e à distribuição das cestas de alimentos, estejam inseridos nos respectivos processos, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Tratamento das Recomendações:

de maria.nascimento em 24/10/2011 como Pendente

Esclarecemos que esta SUREG/GEOPE já vem procedendo de acordo com a instrução repassada pela AUDIN no que se refere a anexação de documentos atinentes à aquisição de produtos. Contudo, dos Processos que foram analisados, apenas o de n.º 21203.000787/2010-83 deixou de constar um documento, o qual já foi providenciado sua inclusão. Quanto aos da distribuição das cestas de alimentos, informamos que estamos atuando os processos separadamente.

de joao.filho em 25/10/2011 como Solucionado

Consoante resposta apresentada pela Sureg/PE, consideramos o item como solucionado.

Recomendação:

1108.4 - Recomendamos a Sureg/PE priorizar o repasse, aos órgãos partícipes, dos produtos cujos vencimentos ocorrerão no corrente exercício.

Tratamento das Recomendações:

de maria.nascimento em 24/10/2011 como Pendente

O procedimento recomendado já vem sendo adotado por esta SUREG/GEOPE, de maneira que sempre que existe produto com prazo de validade próximo a expirar-se, é elaborado Fax à SUPAB solicitando autorização para doação. Concomitantemente, há interação com os parceiros no sentido de mantê-los informados sobre a proximidade do vencimento do prazo, para que os produtos, nessas condições, sejam retirados com urgência dos nossos armazéns

de joao.filho em 25/10/2011 como Solucionado

Item considerado como solucionado.

Constatação:

1109 - A Sureg/PE efetua repasse de produtos equivalente a 44.632 cestas de alimentos por etapa, as quais são distribuídas às famílias em situação de insegurança alimentar e que estejam cadastradas pelos órgãos do Governo Federal elencados no Termo de Cooperação n.º 007/2010 entre o MDS e a Conab. Em 2010 ocorreram 8 etapas de distribuição, e para 2011 foram previstas 5 etapas, das quais 2 já ocorreram, 1 está em andamento e 2 estão previstas para ocorrerem até o final do exercício. A Sureg/PE informa à Superintendência de Abastecimento Social - Supab os produtos em estoque aptos a serem entregues aos órgãos partícipes, bem como comunica as entidades parceiras, para em conjunto, elaborarem o cronograma de retirada dos produtos da Unidade Armazenadora. Constatou-se que a Sureg/PE, não possui processo específico para o acompanhamento/controlado dos repasses das cestas de alimentos às entidades. O acompanhamento é feito por meio de planilha eletrônica e os documentos vinculados ao repasse dos produtos/cestas estão distribuídos em diversas pastas arquivos (pasta A-Z), fragilizando o controle e causando morosidade na localização dos documentos quando necessários. Constatou-se ainda, a ausência de diversos documentos pertinentes ao repasse dos produtos aos órgãos partícipes, tais como: a) – Identificação do responsável pela retirada dos produtos da UA; b) – Expediente informando a disponibilidade dos alimentos aos órgãos partícipes; c) – “Declaração de Recebimento de Produtos” juntamente com as notas fiscais de retirada da Unidade Armazenadora; d) – “Controle de Entrega de Produtos” utilizado para a prestação de contas, devidamente preenchido e assinado pelo responsável, atendendo a Cláusula segunda – Das Responsabilidades do Termo de Cooperação Técnica n.º 001/2010. Constatou-se que a quantidade de produtos (peso líquido) registrada nas notas fiscais de saída é divergente do total da quantidade em quilo, registrada na “Declaração de Recebimento de Cestas”. De acordo com o Sepab/PE, a divergência acontece porque o x-FAC só efetua a soma dos produtos cadastrados na unidade “kg”. O cadastrados na unidade “lata” (no caso do óleo), não estão sendo incluídos no total da nota fiscal. Uma vez que o sistema não reconhece diferentes unidades de medidas na emissão do documento fiscal. Para compatibilizar o peso líquido da nota fiscal com o total/quantidade em quilos da Declaração de Recebimento de Cestas é necessário ajustes manual por técnicos do setor. Constatou-se ainda, que as Famílias de Catadores de Materiais Recicláveis não estavam amparadas pelo Termo de Cooperação n.º 007/2010. O MDS/SESAN solicitou que fosse feito o repasse das cestas de alimentos a essas famílias, para atender a demanda da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip Tercon Brasil, sediada em Fortaleza-CE. Na cidade de Recife/PE, não tem um órgão ou associação responsável pelo cadastramento/organização destas famílias de catadores. A distribuição foi suspensa temporariamente pelo próprio MDS/SESAN, até que se tenha uma entidade responsável por essas famílias de catadores na localidade.

Recomendação:

1109.1 - Objetivando melhor controle e acompanhamento das operações de aquisição e repasse de produtos/cestas de alimentos, recomendamos à Sureg/PE atuar processos específicos por órgão partícipe, certificando-se que todos os documentos pertinentes ao repasse sejam juntados ao processo.

Tratamento das Recomendações:

de maria.nascimento em 24/10/2011 como Pendente

Orientação completamente aceita por esta SUREG/GEOPE, informando que já iniciamos a autuação dos processos, separadamente, relativos à distribuição de cestas de alimentos destinadas aos grupos populacionais assistidos pelo MDS, objetivando atender de forma adequada aos órgãos de controle interno quando solicitado.

de joao.filho em 25/10/2011 como Solucionado

Consoante resposta, a Sureg/PE já está atuando os processos referente ao repasse das cestas de alimentos. Item solucionado.

Recomendação:

1109.2 - Recomendamos à Sureg/PE interagir com o Grupo Gestor do x-FAC para proceder os ajustes no sistema, de forma que a quantidade de produtos indicados na nota fiscal seja compatível com a apresentada na Declaração de Recebimento de Cestas.

Tratamento das Recomendações:**de maria.nascimento em 24/10/2011 como Pendente**

Devidamente cumprida a recomendação contida neste item, no que diz respeito aos ajustes no X-Fac. Neste Caso, foi providenciado a alteração na Declaração de Recebimento das Cestas para ficar compatível com a Nota Fiscal de Saída emitidas pelo sistema.

de joao.filho em 14/12/2011 como Baixado

O item será considerado como "baixado", uma vez que o Grupo Gestor do x-FAC já está à par do assunto.

Recomendação:

1109.3 - Recomendamos à Sureg/PE cobrar dos órgãos partícipes o “Controle de Entrega de Produtos” necessário à prestação de contas das cestas de alimentos distribuídas, visando atender a Cláusula segunda – Das Responsabilidades do Termo de Cooperação Técnica n.º 001/2010.

Tratamento das Recomendações:**de maria.nascimento em 24/10/2011 como Pendente**

Esta SUREG/GEOPE irá seguir rigorosamente a recomendação. Já foi comunicado ao INCRA e o mesmo ficou de encaminhar a remessa da prestação de contas para compor o processo relativo à distribuição. Assim como, as demais famílias de grupos populacionais receptoras das cestas, tais como Acampados (INCRA), Indígenas (FUNAI - FUNASA), quilombolas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES), CATADORES DE LIXO, Terreiros (SEPPIR) e Pescadores Artesanais (SFFA). Anexo, segue Comunicação expedida ao SFFA (doc.3) solicitando o relatório de distribuição, o qual foi atendido e a documentação apensada ao processo pertinente.

de em 24/10/2011 como Pendente

Esta SUREG/GEOPE irá seguir rigorosamente a recomendação. Já foi comunicado ao INCRA e o mesmo ficou de encaminhar a remessa da prestação de contas para compor o processo relativo à distribuição. Assim como, as demais famílias de grupos populacionais receptoras das cestas, tais como Acampados (INCRA), Indígenas (FUNAI - FUNASA), quilombolas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES), CATADORES DE LIXO, Terreiros (SEPPIR) e Pescadores Artesanais (SFFA). Anexo, segue Comunicação expedida ao SFFA (doc.3) solicitando o relatório de distribuição, o qual foi atendido e a documentação apensada ao processo pertinente.

de joao.filho em 25/10/2011 como Solucionado

Conforme providências adotadas pela Sureg, o item está solucionado.

Recomendação:

1142.3 - Recomendamos à Sureg/PA atualizar o Siscot, a exemplo do registro do item 5 do quadro 15 e do item 4 do quadro 16.

Tratamento das Recomendações:**de rosanna.costa em 09/12/2011 como Pendente**

os contratos citados já se encontram devidamente lançados no SISCOT.

de joao.filho em 14/12/2011 como Solucionado

Item solucionado.

Relatório de Auditoria**Constatação:**

1143 - A Prore/PE é composta por 2 procuradores, 2 assistentes técnicos administrativos, 1 auxiliar de serviços gerais e

2 estagiários. A equipe de auditores internos verificou a existência de 265 processos em curso, sendo 196 na esfera trabalhista e 69 na esfera cível. Tais processos estão sob a condução de escritório de advogados terceirizados. Ao que se depreende das informações coletadas com a titular da Prore as dificuldades enfrentadas no setor, no momento dos trabalhos de campo, estão afetos às precariedades de espaço físico, mobiliário e equipamentos colocados a disposição daquela Procuradoria, sendo necessária a revisão e a melhoria destes para a otimização dos trabalhos efetuados pela Prore/PE. Essa precariedade será acentuada, se, como noticiado pela Proge/Matriz, a Prore/PE assumir o contencioso de processos. Será então necessária a alocação àquela dependência, de mais 2 procuradores, 2 estagiários e 2 empregados/terceirizados para efetuarem os serviços externos, a exemplo dos pagamentos de custas, depósitos, protocolização, etc.

Recomendação:

1143.1 - Recomendamos à Sureg/PE que faça exposição de motivos à Dirad/Matriz sobre a disposição da Procuradoria Geral quanto a assunção do contencioso por parte da Prore/PE no sentido de viabilizar, por meio de deflagração de processo licitatório, as aquisições necessárias ao bom desempenho dos trabalhos por parte da Prore/PE.

Tratamento das Recomendações:

Constatação:

1144 - Analisou-se os Mapas de Inventário de Mercadorias – MIMs das unidades jurisdicionadas à Sureg/PE em contraponto aos saldos registrados no Siafi e não foram registradas diferenças significativas. Quanto aos registros dos estoques no xFAC, verificou-se a existência de apenas 1 CDA para cada Unidade Armazenadora e, por consequência, divergências entre CDAs que possuem depósitos de produtos.

Recomendação:

1144.1 - Recomendamos à Sureg/PE efetuar o cadastro/atualização dos CDAs das unidades jurisdicionadas no sistema xFAC, visando a compatibilizar os saldos dos depositantes com os armazéns utilizados.

Tratamento das Recomendações:

de luiz.correia em 13/01/2012 como Pendente

Anexo V.

de luiz.correia em 13/01/2012 como Pendente

Anexo IV.

de luiz.correia em 13/01/2012 como Pendente

Anexo II.

de luiz.correia em 13/01/2012 como Pendente

Anexo VII.

de luiz.correia em 13/01/2012 como Pendente

Anexo VI.

de luiz.correia em 13/01/2012 como Pendente

Os anexos I a VIII são referentes à posição de estoque do Saagra e Xfac em 12/01/2012, devidamente compatibilizados.

de luiz.correia em 13/01/2012 como Pendente

Anexo III.

de luiz.correia em 13/01/2012 como Pendente

Anexo VIII.

de luiz.correia em 13/01/2012 como Pendente

A recomendação foi acatada por esta SUREG, ao tempo em que já estamos procedendo da forma orientada, conforme pode ser verificado nos anexos que ora seguem. Anexo I.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE consideramos o item solucionado.

Constatação:

1145 - Em julgado publicado no DOU de 26/4/2007, S. 1, p. 66 (fonte: Ementário da Gestão Pública, <http://groups.google.com.br/group/prgg>) o Tribunal de Contas da União determinou: “Assunto: TELEFONIA. DOU de 26.04.2007, S. 1, p. 66. Ementa: o TCU determinou à UFRRJ que procedesse à realização de licitação, quando necessária a contratação de serviços de telefonia fixa comutável e de telefonia móvel celular, dada a viabilidade de competição para ambas as situações, abstendo-se de configurar o pleito como inexigibilidade, devendo, ainda, formalizar processos individuais para cada caso (item 3.28, TC-012.928/2005-4, Acórdão nº 785/2007-TCU-2ª Câmara).” A Sureg/PE já posicionou a Diretoria da Companhia, sobre a necessidade de substituir a central telefônica existente nas suas dependências - que se encontra obsoleta, na avaliação procedida por técnicos em telefonia - bem como, observou que, na substituição da central telefônica, haverá uma melhor distribuição de ramais, maior controle de ligações e ainda a implementação de tecnologia digital. Constatou-se que a Sureg/PE não possui contrato de prestação de serviços de administração de estagiários. Conforme determina o inciso I, do Art. nº 9, da Lei nº 11.788/08 é necessário a celebração de termo de compromisso entre as partes para a validação do processo, incorrendo a Conab em disfunção que poderá resultar em passivo trabalhista como detalhamos: [...] Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento; II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso; V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. § 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente. § 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade. [...] Quanto as impropriedades apresentadas, o Tribunal de Contas da União proferiu as seguintes ementas: - Assunto: ESTÁGIO. DOU de 18.11.2008, S. 1, p. 73. Ementa: determinação à SFA/RS para que estude a conveniência de efetuar procedimento licitatório para a contratação de agente de integração, com o objetivo de executar o programa de estágio, rescindindo, tão logo concluído o certame, o convênio firmado com o CIEE, de modo a obter a proposta mais vantajosa ao erário, uma vez que não se trata de uma relação de convênio, mas, sim, de contrato (alínea “u”, item 1.5, TC-022.942/2007-3, Acórdão nº 4.127/2008-1ª Câmara). - Assunto: ESTÁGIO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 166. Ementa: determinação à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas para que se abstenha de utilizar os serviços dos estagiários na execução de tarefas de responsabilidade de servidores (item 9.7.12, TC-012.733/2005-3, Acórdão nº 90/2011-Plenário).- Assuntos: ESTÁGIO e SEGURO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: alerta ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que exija do ente conveniente na realização do Programa de Estágio da Unidade que providencie a contratação de seguro contra acidentes pessoais dos estagiários (item 9.9.5, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). Entende-se relevar ainda, o cuidado que a Sureg/PE deverá observar quando da contratação de estagiários que possuam vínculos familiares com empregados da companhia no sentido de atender ao julgado: - Assuntos: ESTÁGIO e NEPOTISMO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: determinação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que se abstenha de admitir estagiário que mantenha vínculo de parentesco com servidores do Núcleo, ainda que cedidos a outros entes, por infringir os princípios da moralidade e da impessoalidade, dispostos no art. 37 da Constituição Federal (item 9.8.6, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). Constatamos a ausência de ato de designação do “Agente 67” em contratos firmados pela Sureg/PE, principalmente naqueles derivados de dispensas e inexigibilidades de licitação contrariando o Art. nº 67, da Lei 8.666/1993, onde há o comando: [...] Art.67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. § 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. § 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. [...] Aliado ao que preconiza a Lei nº 8.666/1993 o Tribunal de Contas da União tem o seguinte entendimento: Assunto: CONTRATOS. DOU de 03.08.2007, S. 1, p. 67. Ementa: o TCU determinou ao

SENAI/RN que somente permitisse que o atesto de faturas ou notas fiscais fosse feito por pessoa que detivesse competência técnica para analisar a adequabilidade da prestação de serviços ou entrega de bens (item 9.3.5, TC-004.452/2006-6, Acórdão nº 1.481/2007- TCU-Plenário). A Sureg/PE mantém o contrato n.º 002/2009 com a empresa Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda, referente à prestação de serviços de braçagem para a movimentação de carga e descarga nas Unidades Armazenadoras, assinado em 8.6.2009 com vigência de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 meses. Analisando a cópia do contrato que se encontra inserido no Processo n.º 21203.000339/2008, consta na Cláusula Sétima a obrigação da contratada em fazer o seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes. O documento não foi encontrado e o gestor do contrato não soube informar se o seguro chegou a ser providenciado pela contratada. Em julgado publicado no DOU de 17.03.2011, S.1, p.127 (fonte: Ementário da Gestão Pública, <http://groups.google.com.br/group/prgg>) o Tribunal de Contas da União alertou: “Assunto: GARANTIA. DOU de 17.03.2011, S. 1, p. 127. Ementa: alerta à Direção do Hospital Federal de Bonsucesso sobre a necessidade de se efetuar pesquisa junto a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), no caso de seguro-garantia, e junto ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de fiança bancária a ser apresentada em contrato, em atendimento ao disposto no art. 56, § 1º, incisos II e II da Lei nº 8.666/1993, objetivando verificar se a instituição prestadora da respectiva garantia está devidamente autorizada a fazê-lo (item 1.4.2, TC-023.536/2010-1, Acórdão nº 498/2011-Plenário).” Encontra-se anexada ao processo a Apólice de Seguro Garantia n.º 02-0775-0159844 emitida pela seguradora J.Malucelli Seguradora S/A com vigência no período de 8.6.2011 até 8.9.2012 onde consta a importância segurada de R\$ 2.800,00. Não foi localizada a pesquisa junto à SUSEP para verificar se a instituição prestadora da respectiva garantia está devidamente autorizada a fazê-lo. Não foi localizado nos autos o comprovante de recolhimento da contribuição para o INSS retido pela Conab, conforme guia de Pagamento n.º 012/2011 de 26.4.2011 (fls.835). A propósito não foram encontrados os comprovante dos recolhimentos do INSS para os pagamentos efetuados no exercício 2011. A Sureg/PE emitiu o Ato n.º 036/2009 designando o empregado matrícula 10721 para atuar como Fiscal de Contrato, com atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato de serviços de braçagem objeto do Processo 03.339/2008. Também emitiu o Ato n.º 037/2009 designando a empregada matrícula 107524 para atuar como Gestora de Contrato, com atribuição de proceder ao acompanhamento administrativo de contratos de serviços de braçagem do Processo citado. Referidas designações não encontram amparo na legislação vigente; podem ensejar por parte da empregada uma possível demanda trabalhista contra a Conab

e ainda caracteriza superposição de responsabilidades no acompanhamento do contrato em referência. A Sureg/PE mantém o contrato n.º 003/2010 com a empresa SERVCLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos condicionadores de ar tipo “split” instalados na sede da Sureg/PE, assinado em 29.1.2010 com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite estabelecido no art. 57 da Lei 8.666/93, objeto do Processo n.º 21203.000549/2009. Encontra-se anexado às fls.384 o Relatório de Execução de Contrato – REC assinado em 7.4.2011 pelo empregado matrícula 108205. Ocorre que referido empregado não estava habilitado, à época, para assinar documentos na função de Fiscal do Contrato n.º 003/2010 em face de que o Ato n.º 045/2011, que o designou, foi assinado somente em 3.5.2011.

Recomendação:

1145.1 - Recomendamos à Sureg/PE insistir na atualização da sua central telefônica, e, concomitantemente, efetuar licitação para a contratação de serviços de telefonia fixa comutável e de telefonia móvel, atendendo a ementa da Corte de Contas.

Tratamento das Recomendações:

de marília.barreto em 09/01/2012 como Pendente

Na Sureg/PE já tem o Processo Administrativo nº 03.577/2011 que trata da aquisição de um nova central telefônica, o mesmo encontra-se no estágio de pesquisa de dados técnicos para finalização do Termo de Referência. Quanto a licitação para contratação de telefonia fixa, também já existe o Processo Administrativo nº03.484/2010, este se encontra na fase de cálculo da minutagem, ou seja, quantidade média de minutos gastos em um ano na Regional.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1145.2 - Recomendamos à Sureg/PE que promova a licitação, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de instituição gestora de provimento de estagiários.

Tratamento das Recomendações:

de marília.barreto em 09/01/2012 como Pendente

Na Sureg/PE já foi aberto o Processo Administrativo nº 03.494/2011 para contratação de uma instituição gestora de provimento de estágios, ele encontra-se em fase de pesquisa de preço de mercado pois se faz necessária para prosseguimento do Pregão Eletrônico.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1145.3 - Recomendamos à Sureg/PE que verifique se o conveniente atende a determinação da contratação do seguro de acidentes pessoais dos estagiários e solicite cópia da apólice quitada para apresentação aos órgãos de controle, quando solicitado.

Tratamento das Recomendações:

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

/

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

-

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

.

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

Informamos que o conveniente (CIEE – Pernambuco), atende a determinação quanto a contratação do seguro de acidente pessoais dos estagiários conforme demonstrado nas apólices anexas.

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

:

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

,

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1145.4 - Recomendamos à Sureg/PE que verifique, nas contratações de estagiários efetuadas, a possibilidade de vínculo familiar com empregados jurisdicionados a essa dependência e efetive a determinação da Corte de Contas.

Tratamento das Recomendações:

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

Informamos que na Sureg/PE não existe nenhum estagiário que tenha vínculo familiar com os empregados jurisdicionados à Regional.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1145.5 - Recomendamos à Sureg/PE que nas futuras licitações, designe por ato, instruído no processo de licitação, inclusive aqueles derivados de DISPENSA ou INEXIGIBILIDADE, o fiscal do contrato ao qual incumbirá o acompanhamento de toda a execução do contrato e o atesto dos pagamentos a serem efetuados.

Tratamento das Recomendações:

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

Já praticamos na SUREG/PE a designação de fiscais dos contratos por Ato de Superintendência, nas diversas modalidades de licitações. Doravante, iremos designar, também através de Ato de Superintendência, fiscais para acompanharem os contratos realizados na modalidade de Dispensa e Inexigibilidade.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1145.6 - Recomendamos à Sureg/PE que adote as determinações da Corte de Contas, fazendo inserir em todos os processos de licitação na modalidade “Pregão”, a certificação do pregoeiro, bem como da inclusão da declaração citada no acórdão TCU n.º 2005/2007-TCU-2ª Câmara, quando da renovação da portaria de nomeação/recondução ou substituição do atual empregado com essa responsabilidade.

Tratamento das Recomendações:**de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente**

Nos processos referentes às licitações na modalidade Pregão, já são incluídos nos autos os Atos de Superintendência com a designação do pregoeiro, quanto a certificação informamos que estamos procedendo da forma recomenda desde a visita da auditoria a esta Regional.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1145.7 - Recomendamos à Sureg/PE providenciar junto à contratada a cópia da apólice do seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes, consoante estabelecido no Contrato n.º 002/2009, mantendo uma cópia anexada ao Processo n.º 21203.000339/2008.

Tratamento das Recomendações:

1145.8 - Recomendamos à Sureg/PE anexar ao Processo n.º 21203.000339/2008 a cópia da pesquisa junto à SUSEP que verificou se a instituição prestadora da respectiva garantia está devidamente autorizada a fazê-lo (conforme item 1.4.2, TC – 023.536/2010-1 Acórdão n.º 498/2011-Plenário).

Recomendação:**de marilia.barreto em 13/02/2012 como Pendente**

Realizamos pesquisa junto a SUSEP e comprovamos que a referida seguradora está autorizada a operara com seguro garantia, conforme demonstra a Certidão de Regularidade, em anexo, emitida pela Superintendência de Seguros Privados.

de osvaldo.pateiro em 16/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1145.9 - Recomendamos à Sureg/PE anexar ao Processo n.º 21203.000339/2008 a cópia dos recolhimentos do INSS retidos pela Conab no pagamento dos serviços de braçagem.

Tratamento das Recomendações:**de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente**

Recomendação totalmente acatada por esta Sureg, ou seja, apensamos aos autos do Processo Administrativo nº 21203.000339/2008, os comprovantes dos recolhimentos do INSS retidos pela Conab no pagamento dos serviços de braçagem, doravante procederemos desta forma.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1145.10 - Recomendamos à Sureg/PE para que se abstenha de emitir Ato Administrativo designando empregados para atuarem como Gestor de Contrato concomitante com o Fiscal de Contrato.

Tratamento das Recomendações:**de marilia.barreto em 13/01/2012 como Pendente**

Cumprimos inteiramente a recomendação, ao tempo em que fizemos a CI SUREG/PE Nº 0031/2011, em anexo, informando que, doravante não seja mais emitido Ato Administrativo designando empregado para atuar como Gestor

de Contrato e Fiscal de Contrato simultaneamente.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1145.11 - Recomendamos à Sureg/PE providenciar a emissão do Ato designando o Fiscal de Contrato imediatamente após a assinatura do contrato, de forma a dar legitimidade às ações do empregado responsável pelo acompanhamento da execução do referido instrumento.

Tratamento das Recomendações:

de marilia.barreto em 10/01/2012 como Pendente

Esta Sureg/PE já procede desta forma, porém ocorreu um lapso no caso específico do contrato nº 003/2010 – Servclima Comércio e Serviços Ltda.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Constatação:

1146 - Não foi localizado o quadro de avisos ou ainda, a publicação mensal das compras efetuadas pela Sureg/PE, conforme dita o Artigo n.º 16, da Lei n.º 8.666/1993, com a nova redação dada pela Lei n.º 8.883/1994; [...] Art.16. Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação. [...] Na avaliação das Normas relativas aos controles internos administrativos, há que se verificar o conjunto de regras, diretrizes e sistemas que visam o atingimento dos objetivos específicos a que se propõe, tais como; relação custo benefício, qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários, rodízio de funções com vistas a reduzir/eliminar possibilidades de fraudes, delegação de poderes e definição de responsabilidades, segregação de funções, existência de regimento/estatuto e organograma adequados dentre outras. Notou-se, após constatações, que a Sureg/PE não é contemplada em sua estrutura organizacional com Comissão Permanente de Licitação, apesar de existir de fato e atuar de forma inequívoca. Além disso, verificou-se que a Sureg/PE deixa de atender ao comando da IN SFC/CGU n.º 01/2001 relativo a segregação de funções, cujo teor reproduzimos abaixo para melhor entendimento: Seção VIII Normas relativas aos controles internos administrativos IV – Segregação de funções – A estrutura das unidades/entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio. Entende-se que, a Resolução Presi n.º 25, de 24/10/2002, está em desacordo com o estabelecido na Alínea a, do Inc. n.º III, do Título Princípios de Controle Interno Administrativo, Seção VIII Normas Relativas aos Controles Internos Administrativos, da IN SFC/CGU n.º 01 de 6/4/2001, a saber: “a) existência de regimento/estatuto e organograma adequados, onde a definição de autoridade e consequentes responsabilidades sejam claras e satisfaçam plenamente as necessidades da organização;” Verificando os estoques e os controles internos do almoxarifado da Sureg/PE constatou-se a existência de materiais que não constavam dos registros de controle do almoxarifado. Na entrevista com o responsável foi informado que são mercadorias adquiridas no cartão corporativo para atender as demandas emergenciais. Também foram encontradas diversas caixas contendo livros destinados a instalação de uma biblioteca no âmbito da sede da Sureg/PE, materiais estranhos à natureza do almoxarifado. Constatou-se que o formulário “Controle de Despesas com Veículos” emitidos pela Sureg/PE contém erros no preenchimento dos campos destinados a informação do quilometro rodado e do consumo médio, registrados por ocasião do abastecimento. As ocorrências foram constatadas nos veículos Gol placa KLH 1942, Fiat/Siena placa KLJ 3660 e Mitsubishi L 200 placa KHH 0650, escolhidos por amostragem dentre os veículos da frota da Sureg/PE. Foram vistas as folhas de frequência do mês de outubro/2011 dos empregados lotados na sede da Sureg/PE. Contatou-se que grande parte dos empregados não assina diariamente a folha de ponto. Constatou-se que a folha de frequência do empregado matrícula 5159-2 está com a lotação incorreta, posto que a UC/Recife não existe no organograma da Conab. Foram encontradas folhas de frequência com anotação a lápis e com códigos estranhos àqueles usualmente adotados. A folha de frequência do empregado matrícula 108246 contém assinatura apenas até o primeiro período do dia 6 de outubro de 2011. Na frequência dos empregados matrícula 108250 e 108251 não constam as respectivas assinaturas no mês de outubro/2011. Segundo a explicação do encarregado do Setor, referidos empregados estão em processo de cessão para outros órgãos. Entretanto, ressalta-se que enquanto este procedimento não for concluído os empregados não estão desobrigados da assinatura diária de suas frequências.

Recomendação:

1146.1 - Recomendamos à Sureg/PE interagir com a Dirad/Matriz para a adesão à norma regulamentadora (IN SFC/CGU n.º 01 de 6/4/2001), objetivando adequar o seu organograma estrutural visando a inserção da Comissão Permanente de Licitação e a correta indicação dos seus membros, não permitindo a superposição de competências e responsabilidades com outros cargos da sua estrutura.

Tratamento das Recomendações:

Recomendação:

1146.2 - Recomendamos à Sureg/PE encaminhar solicitação à Presi no sentido de avaliar a conveniência e a oportunidade da vigência da Resolução n.º 25, de 24/10/2002, adequando a sua estrutura ao preceitos da IN SFC/CGU n.º 01/2001 de 6/4/2001.

Tratamento das Recomendações:

1146.3 - Recomendamos à Sureg/PE manter no almoxarifado apenas os materiais relacionados nos controles de estoques.

Tratamento das Recomendações:

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

A SUREG/PE vem procedendo de acordo com a recomendação desde a visita dos auditores a esta Regional, ou seja, mantendo o Almoxarifado apenas com os materiais constantes nos controles de estoques.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1146.4 - Recomendamos à Sureg/PE dar destinação aos livros e demais materiais estranhos que se encontram no almoxarifado, abstendo-se de usar essas instalações para uso indevido.

Tratamento das Recomendações:

de marilia.barreto em 09/01/2012 como Pendente

Todos os materiais citados na referida recomendação, foram retirados do Almoxarifado durante a visita dos auditores a esta Regional.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1146.5 - Recomendamos à Sureg/PE a conferência minuciosa da documentação emitida no controle de despesas com os veículos que servem a Regional, de forma a evitar a emissão da documentação com erros de preenchimento.

Tratamento das Recomendações:

de marilia.barreto em 13/01/2012 como Pendente

Recomendação foi inteiramente acatada por esta Sureg, ao tempo em que fizemos a CI GEFAD n.º 001/2012, em anexo, como forma de alertar o setor competente quanto ao preenchimento, dos controles de despesas dos veículos utilizados por esta Regional.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1146.6 - Recomendamos à Sureg/PE orientar os gestores no sentido de manter a assiduidade no registro de frequência diária dos empregados.

Tratamento das Recomendações:

de marilia.barreto em 13/01/2012 como Pendente

Acatamos inteiramente a recomendação, ao tempo em que fizemos a CI SUREG/PE nº 032/2012, em anexo, orientando os gestores quanto a assiduidade do registro de frequência diária dos empregados.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1146.7 - Recomendamos à Sureg/PE corrigir a lotação na folha de ponto do empregado matrícula 5159-2.

Tratamento das Recomendações:**de marilia.barreto em 10/01/2012 como Pendente**

.

de marilia.barreto em 10/01/2012 como Pendente

A SUREG/PE Emitiu Ato de Superintendência nº 003/2011, em anexo, transferindo o empregado Carlos Roberto Soares de Melo, matrícula nº 5159-2, da UA/Recife para a GEOPE/SECOM, ao tempo em que, paralelamente, foi modificada a lotação do referido empregado na folha de ponto como se pode constatar no arquivo anexo.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1146.8 - Recomendamos à Sureg/PE orientar os gestores para absterem-se de anotações a lápis e de uso de códigos não previstos na folha de frequência dos empregados.

Tratamento das Recomendações:**de marilia.barreto em 13/01/2012 como Pendente**

Acatamos inteiramente a recomendação, ao tempo em que fizemos a CI SUREG/PE nº 032/2012, em anexo, orientando os gestores a não colocarem observações escritas a lápis, e códigos inexistentes na folha de ponto dos empregados.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1146.9 - Recomendamos à Sureg/PE orientar os empregados em processo de cessão para outros órgãos a manterem a assinatura da frequência diária até que o processo de transferência seja concluído.

Tratamento das Recomendações:**de marilia.barreto em 13/01/2012 como Pendente**

Acatamos inteiramente a recomendação, ao tempo em que fizemos a CI SUREG/PE nº 032/2012, em anexo, orientando os empregados que estão em processo de cessão para outros órgãos, a permanecerem assinando a frequência diariamente, até que o processo seja concluído.

de luiz.campos em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Constatação:

1147 - Analisou-se, por amostragens, as concessões de Adiantamento Para Despesas Com Viagem – ADV e a Prestação de Contas Com Viagem – PCV e destaca-se as seguintes disfunções: a) Autorização para o próprio viajante (ADV nº 61), em desacordo com o acórdão: - Assuntos: DIÁRIAS e SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES. DOU de 11.12.2009, S. 1, p. 198. Ementa: determinação ao CEFET/Petrolina, atual IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, para que, na concessão de diárias, não permita a autoconcessão, designando servidor qualificado para o encargo de ser proponente na ocasião em que o proposto for dirigente da entidade, em observância ao princípio da segregação de funções, bem como anexe comprovante que ateste a finalidade da concessão (item 1.6.1.2, TC-010.338/2004-0, Acórdão nº 6.636/2009-2ª Câmara). b) Concessão de deslocamento

por prazo superior a 10 dias contínuos (ADV 46) em desacordo com o Art. 4º, do Decreto n.º 7.446, de 1º/3/2011 como se segue: [...] Somente os Ministros de Estado poderão autorizar despesas referentes a: I – deslocamentos de servidores por prazo superior a dez dias contínuos; § A competência prevista no caput poderá ser delegada ao Secretário-Executivo, ou autoridade equivalente, ou dirigentes máximos das entidades vinculadas, vedada a subdelegação. [...]

Recomendação:

1147.1 - Recomendamos à Sureg/PE observar os normativos e a legislação corrente no sentido de evitar as disfunções descritas.

Tratamento das Recomendações:

de marilia.barreto em 13/02/2012 como Pendente

Todo deslocamento dos empregados lotados nesta SUREG/PE, mesmo que seja por 1 (um) dia, só ocorre mediante autorização do dirigente maior, ou seja, o Presidente da Instituição. Quanto a autorização dada pelo próprio viajante, digo, o superintendente, já estamos procedendo de maneira correta desde a visita dos auditores à esta Regional, portanto acatamos inteiramente a referida recomendação.

de osvaldo.pateiro em 16/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE, consideramos o item solucionado.

Constatação:

1148 - Verificou-se que inexistem placas indicativas ou sinais luminosos de saída/emergência contrariando a NR 23 – Proteção Contra Incêndios, item 23.3; “23.3 - As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, indicando a direção da saída.” Constatou-se a falta de atendimento a NR 26 – Sinalização de Segurança, notadamente os item 26.1 e seus subitens. Embora as normas técnicas sejam de uso voluntário, passam a ter força de lei quando mencionadas explicitamente no corpo legislativo. É o que acontece com as normas de acessibilidade que passaram a integrar a legislação federal e estadual. As regulamentações dessas leis, estabelecendo penalidades e a prática da fiscalização de seu cumprimento por parte de órgãos executivos e judiciários, impôs a implantação da acessibilidade em toda à Administração Pública. A estrutura física do prédio que abriga a sede da Sureg/PE encontra-se em estado precário, com problemas que envolvem as instalações elétricas (fios expostos nas dependências internas), forro do teto se despreendendo, paredes sujas necessitando de pintura e piso necessitando de reparos, conforme registrado nas fotos a seguir. Na fase de entrevistas, o representante da CIPA informou que a Sureg/PE não possui brigada de incêndio; que os equipamentos de combate a incêndio (hidrantes, mangueiras e tubulações) não são testados na periodicidade recomendada pela legislação vigente e que a CIPA não está sendo atendida em suas reivindicações para melhoria do ambiente de trabalho e redução dos riscos, situação que vai contra o que estabelece a Norma Regulamentadora n.º 23, alterada pela Portaria n.º 221 de 6.5.2011 publicada no DOU de 10.5.2011, transcrita a seguir: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - PORTARIA N.º 221 DE 06 DE MAIO DE 2011 - (D.O.U. de 10/05/2011 - Seção 1 - pág. 118) - Altera a Norma Regulamentadora n.º 23. A SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, e em face do disposto nos art. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e no art. 2º da Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, resolve: Art. 1º Alterar a Norma Regulamentadora n.º 23 (Proteção Contra Incêndios), aprovada pela Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo desta Portaria. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ANEXO NORMA REGULAMENTADORA N.º 23 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS 23.1 Todos os empregadores devem adotar medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis. 23.1.1 O empregador deve providenciar para todos os trabalhadores informações sobre: a) utilização dos equipamentos de combate ao incêndio; b) procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança; c) dispositivos de alarme existentes. 23.2 Os locais de trabalho deverão dispor de saídas, em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança, em caso de emergência. 23.3 As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, indicando a direção da saída. 23.4 Nenhuma saída de emergência deverá ser fechada à chave ou presa durante a jornada de trabalho. 23.5 As saídas de emergência podem ser equipadas com dispositivos de travamento que permitam fácil abertura do interior do estabelecimento. Foram apresentadas as Atas de Reunião da CIPA ocorridas em 2010 em que são relatados problemas com as instalações elétricas e com “fios e gambiarras” espalhados pelos pisos que implicam em riscos de acidentes de trabalho. Também foi apresentada a cópia de um Relatório que trata a respeito de um princípio de incêndio ocorrido em 31.5.2011 na parte externa do prédio onde está localizada a sala da GEOPE/PE. Segundo o Relatório, o incêndio ocorreu na parte elétrica e nos disjuntores que acionam os condicionadores de ar daquela Gerência e que houve

dificuldades para controlar o incêndio porque os extintores de incêndio estavam descarregados. Os documentos citados possuem carimbo do protocolo da Sureg/PE, o que evidencia que os fatos foram levados ao conhecimento daquela Superintendência Regional.

Recomendação:

1148.1 - Recomendamos à Sureg/PE dotar os corredores e vias de circulação da indicação clara da saída evitando-se, mesmo sem a ocorrência de sinistro, a possibilidade de enganos, como se verifica hoje com os visitantes externos e esporádicos que transitam pelos corredores.

Tratamento das Recomendações:**de marilia.barreto em 14/02/2012 como Pendente**

A Recomendação foi totalmente acatada por esta Sureg/PE, ao tempo em que abrimos Processo Administrativo nº 21203.000047/2012-17, objetivando contratação de empresa especializada em sinalização, a fim de que possamos oferecer maior clareza aos empregados e visitantes quanto a localização dos setores, bem como a entrada e as saídas (a normal e a de emergência).

de osvaldo.pateiro em 16/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1148.2 - Recomendamos à Sureg/PE que observe as Normas Regulamentadoras comentadas, efetivando sua implementação, afim de atender à futuras fiscalizações da Delegacia Regional do Trabalho.

Tratamento das Recomendações:**Recomendação:**

1148.3 - Recomendamos à Sureg/PE a adoção da ABNT NBR 9050 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos em atendimento ao Decreto n.º 5.296/2004 que regulamenta as Leis n.º 10.048/2000 e n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Tratamento das Recomendações:**de marilia.barreto em 14/02/2012 como Pendente**

Já existe Processo Administrativo nº 21203.000451/2010-11 que tem como objeto a contratação de empresa especializada na elaboração de projeto para reforma ou construção da nova sede, o qual contemplará acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física, portanto já estamos acatando a recomendação dessa AUDIN.

de osvaldo.pateiro em 16/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1148.4 - Recomendamos à Sureg/PE atenção especial aos relatórios e atas de reunião apresentados pela CIPA, no sentido de sanar as deficiências apontadas e atender à Norma Regulamentadora n.º 23 (Proteção Contra Incêndios) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Tratamento das Recomendações:**de marilia.barreto em 14/02/2012 como Pendente**

Acatamos a recomendação, ao tempo em que enviamos CI GEFAD nº 03 de 14/02/2012, em anexo, para o Setor Administrativo, solicitando maior empenho no atendimento as demandas da CIPA.

Constatação:

1149 - Em julgado publicado no DOU de 02.08.2007, S.1, p.85 (fonte: Ementário da Gestão Pública, <http://groups.google.com.br/group/prgg>) o Tribunal de Contas da União determinou: “Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 02.08.2007, S. 1, p. 85. Ementa: O TCU determinou à DRT/MA que: a) observasse, quanto à

designação de pregoeiro, o disposto no art. 10, § 3º, do Decreto n.º 5.450/2005 (“A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitações específicas”); b) fizesse constar dos processos licitatórios cópia de certificação que atestasse a participação do pregoeiro em cursos de qualificação para esse fim, sem desconsiderar a oportunidade e a conveniência de incluir no texto da portaria de nomeação texto específico declaratório de qualificação e perfil adequados à função, de maneira a atender ao que preconiza o art. 10, § 4º, do Decreto n.º 5.450/2005 (“somente poderá exercer a função de pregoeiro o servidor ou o militar que reúna qualificação profissional e perfil adequados, aferidos pela autoridade competente”) (itens 1.2.1.30 e 1.2.1.31, TC-020.340/2006-9, Acórdão n.º 2.005/2007-TCU-2ª Câmara).” Nos processos de contratação de serviços via pregão eletrônico analisados pela equipe de auditores, não foram localizados os documento que comprovem a qualificação do pregoeiro designado, de maneira a atender ao que preconiza o art.10 § 4º do Decreto 5.450/2005 bem como à determinação do TCU publicada no DOU de 2.8.2007.

Recomendação:

1149.1 - Recomendamos à Sureg/PE anexar aos respectivos processos administrativos a documentação atestando a qualificação do pregoeiro designado para conduzir o procedimento licitatório, de forma a atender ao que preconiza o art.10 § 4º do Decreto 5.450/2005 e a determinação do TCU publicada no DOU de 2.8.2007.

Tratamento das Recomendações:

Constatação:

1150 - Na análise do saldo da conta contábil e seus reflexos, detectou-se as seguintes disfunções: 1) Divergência, a maior de R\$ 175.187,78, no saldo contabilizado na Conta 1.2.1.2.3.00.00 – DEPÓSITOS PARA RECURSOS, registrado no SIAFI em confronto com a CONSULTA DE SALDO IS (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF), base Setembro/2011; 2) Diversos registros de contas correntes (responsáveis) que não constam da relação extraída do agente financeiro, a exemplo: 81780168853 - TARCISIO ESTANISLAU DE ATAIDE 5.835,73; 86687921487 - JOAQUINA HOLANDA MENEZES DE ARAUJO 5.357,25; 03638456404 - LUIS ROBERTO DE MELO FREIRE 3.000,00 e outros. Não foram apropriados os valores de correção monetária e juros relativos a trimestres anteriores. A diferença constatada no saldo da conta 1.2.1.2.3.00.00 poderá gerar ressalva no parecer de auditoria referente às demonstrações financeiras de 2011. Os valores depositados na Caixa Econômica Federal são corrigidos mensalmente, portanto a divergência entre os saldos tende a ser maior a cada mês. Considera-se frágil o documento utilizado - (PRF-Pedido de Recurso Financeiro) - para respaldar a disponibilização dos recursos por parte da Companhia, para depósito judicial. Não foi apresentada a ficha de análise com a depuração do saldo da conta contábil, em contraponto ao relatório emitido pela instituição financeira depositária, denotando assim falta de conciliação dos saldos. A rotina para esse fim está no aguardo do relatório conclusivo, do grupo de trabalho criado para efetuar o levantamento da situação dos depósitos para recursos. Verificou-se o conhecimento dessa disfunção por parte da Administração da Sureg/PE e da Prore/PE e foi explicado pela equipe de Auditores Internos que o assunto é recorrente e as implicações que dele advêm. Entende-se que norma de procedimento deveria ser editada pela Matriz da Companhia no sentido de fornecer solução definitiva para o efetivo controle e contabilização dos depósitos recursais, essa envolvendo toda a rotina, fluxograma de tramitação e o mais relevante, a responsabilidade de cada setor/empregado no processo, uma vez que se trata de rotina que necessita de acompanhamento extensivo a vários exercícios financeiros e portanto passível de mudança dos empregados responsáveis. O Egrégio Tribunal de Contas da União, órgão de controle que vincula toda a Administração Pública, emitiu determinação, publicada no DOU de 31/10/2008, a saber; - Assunto: CONTROLES INTERNOS. DOU de 31/10/2008, S. 1, p. 163. Ementa: determinação ao SENAR/PA para que realize levantamento das instruções de serviços em vigor, verifique a necessidade de atualizá-las e/ou criar instruções de serviço para as áreas descobertas de normatização, a fim de criar mecanismos de controles nas áreas deficientes, em especial, aquelas relatadas pela auditoria de gestão, nas áreas orçamentária, patrimonial, de recursos humanos e de suprimento de bens e serviços (item 1.7.1.10.TC-016.515/2006-0, Acórdão n.º 3.646/2008-1ª Câmara). Verificou-se a existência de R\$ 1.722.091,71 na conta 1.2.1.2.2.00.00 – Depósitos Judiciais, UG 135285 e da análise das fichas de conciliação contábil evidenciou-se que os lançamentos nessa rubrica são de longa data. O Controle Interno julga necessário o acompanhamento sistemático dos valores lançados nesta conta, pela possibilidade do encerramento da demanda na esfera judicial não ser do conhecimento do setor contábil e sendo assim não será procedida a competente baixa nos registros contemporâneos ao fato, mormente a ausência de norma regulamentadora de procedimento quanto a troca regular de informações acerca desses depósitos. Na conta contábil 1.2.2.4.9.11.00 Créditos a Receber em Poder da Justiça, constatou-se o registro de R\$ 204.752,49, relativo a 4 correntistas, na UG 135285 (Sede Sureg/PE), R\$ 714,66, relativo a 1 correntista, na UG 135287 (Núcleo do Estoque Regulador/PE – PGPM) e R\$ 64.894,11, relativo a 2 correntistas, na UG 135286 (Unidade Estoque Estratégico/PE). A função da conta mencionada no sistema Siafi é “REGISTRAR OS VALORES A RECEBER EM PODER DA JUSTIÇA SEM PREVISÃO DE RECEBIMENTO”, e pela análise efetuada pela equipe de Auditores, os registros não refletem essa função. A exemplo, citamos o correntista

n.º 21647720400 reclassificado em 21/8/2008 para esta rubrica pelo valor de R\$ 880,44 e com baixas sistemáticas no valor de R\$ 23,55 originadas no desconto em folha de pagamento.

Recomendação:

1150.1 - Recomendamos à Sureg/PE efetuar a análise dos depósitos consignados na Conta 1.2.1.2.3.00.00 confrontado-os com o relatório emitido pela instituição financeira depositária e após a constatação daqueles divergentes, buscar os processos, verificar o aproveitamento ou não do valor depositado pelo Juízo e proceder a baixa contábil munidos de documentação que ateste a sua finalidade.

Tratamento das Recomendações:**de josualdo.pereira em 11/01/2012 como Pendente**

INFORMAMOS QUE ESSE PROCEDIMENTO JÁ ESTA SENDO REALIZADO JUNTO AO SEREH,PRORE E SECOF/PE

de em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PE consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1150.2 - Recomendamos à Sureg/PE fazer exposição de motivos à Dirad/Matriz citando, inclusive, as recomendações do Controle Interno sobre o assunto, solicitando que seja editada pela área responsável, norma de procedimento quanto ao processo de autorização, execução e dos depósitos recursais.

Tratamento das Recomendações:**Recomendação:**

1150.3 - Recomendamos à Sureg/PE implantar rotina de troca de informações entre a Prore/PE e a Gefad/PE, com diretrizes e responsabilidades, organizando o fluxo de informações relativas aos depósitos judiciais de qualquer natureza entre os setores envolvidos no acompanhamento e contabilização dos valores distribuídos nas diversas rubricas existentes para esse fim.

Tratamento das Recomendações:**Recomendação:**

1150.4 - Recomendamos à Sureg/PE fazer análise dos lançamentos na conta 1.2.2.4.9.11.00 visando a correlação entre os lançamentos efetuados e função específica da conta contábil utilizada, efetuando a reclassificação para conta que detenha a função correta.

Tratamento das Recomendações:**Constatação:**

1151 - Efetuou-se a conferência da conciliação contábil da conta 1.9.9.1.3.05.00 onde constatou-se o lançamento de R\$ 20.659,99, em 29/04/2005, relativo a 2005NL 682 com o seguinte histórico: “registro conf. Folhas 120V proc. 03.002/2001 – Gepro/PE, referente perda de qualidade de flocos de milho armazenado no PRD – Afogados da Ingazeira/PE. Produto adquirido da Aliança Dist. Atacadista Ltda., para deligencia (sic) e/ou apuração interna. Obs. Aguardando a Prore, para atualização do débito, para abertura do proc. Judicial Recife, 9/2/2009.” Consultou-se a titular da Prore/PE e esta forneceu cópia do Parecer Sureg/Prore/PE n.º RF 021/2010, de 19/5/2010, que trata da “Viabilidade de apuração de responsabilidades dos empregados da CONAB em razão da perda de 33.056kg de flocos de milho – Milhomaz – fornecido pela empresa Aliança Distribuidora Ltda.” onde, após arrazoado técnico, conclui que a Companhia perdeu o direito a apurar as irregularidades na responsabilidade pela perda de qualidade do produto em armazéns próprios pela PRESCRIÇÃO do prazo (5 anos) que essa teria, a contar do conhecimento dos fatos tidos por irregulares pela autoridade competente. Assim, opina pelo arquivamento do processo n.º 03.002/2001. O Controle Interno concorda com a conclusão da Douta Procuradoria Regional/PE, porém, identifica-se nessa conclusão, a

primeiras letras, a DESÍDIA (ação contrária à de diligência, de bom desempenho, de zelo que, por sua vez, constituem requisitos justificadores da presença do servidor público, no serviço. É sinônimo de negligência, relaxamento, descaso e incúria. (GUIMARÃES, 1998, p. 33)) do empregado que detinha a função de Autoridade Máxima no Estado, que a tempo e a hora não tomou as providências necessárias a apuração dos fatos irregulares já conhecidos naquele mesmo ano (item 2.2 do Parecer n.º 021/2010). Porém, os signatários entendem que, na verdade, há indícios de improbidade administrativa já que da omissão do ato de fazer restou um prejuízo aos cofres públicos de R\$ 100.843,84 (atualização: INPC + Juros - fonte Gecob/Matriz) até esta data. Portanto, o simples arquivamento do processo n.º 03.002/2001 não elide a busca pelo ressarcimento ao erário do valor ali mencionado pelos meios legais disponíveis. O Controle Interno preocupa-se se essa Sureg/PE efetivar exclusivamente o arquivamento proposto sem nenhuma medida saneadora do valor in casu.

Recomendação:

1151.1 - Recomendamos à Sureg/PE esclarecer as medidas saneadoras afetas a recuperação dos valores relativos a perdas em estoques, a decisão tomada quanto ao processo n.º 03.002/2001 e se ofereceram relato circunstanciado à Presidência da Companhia para conhecimento e providências quanto aos fatos relatados no Parecer Sureg/Prore/PE n.º RF 021/2010.

Tratamento das Recomendações:**Constatação:**

1152 - Na conta contábil 1.1.2.1.6.04.00 da UG 135285, conta corrente 0250022135412, verificou-se a existência de saldo pendente de R\$ 10,00 após o lançamento da OB 801029561610, de 11/7/2011, no valor de R\$ 90,00.

Recomendação:

1152.1 - Recomendamos à Sureg/PE esclarecer a origem do saldo pendente e suas providências para regularização.

Tratamento das Recomendações:**Constatação:**

1153 - Analisou-se a conta contábil 1.9.9.1.2.16.00 da UG 135304 – UA Recife, cujo saldo em 30/9/2011 era de R\$ 678.000,00 registrado em 8 correntistas. A função da conta é a de “Registrar a responsabilidade da Unidade junto a Terceiros por Bens não Fungíveis recebidos a título de empréstimo gratuito, devendo ser restituídos no tempo convencionado”. O registro dos bens ocorreu por meio de transferência da UG 135286 – Unidade do Estoque Estratégico/PE para a UA Recife em 2006/2007 por meio de NLS diversas com o histórico “Valor referente nfs de comodato NS xxx a xxx Kit banco de alimentos”. Não localizou-se a documentação que indique o controle e identificação dos comodatários e pelas informações colhidas junto à Gerência da UA Recife. Não há indicativo da existência de contratos de comodato com os entes mencionados nas contas correntes.

Recomendação:

1153.1 - Recomendamos à Sureg/PE esclarecer o registro dos valores e a permanência destes na conta contábil de controle sem documentação comprobatória.

Tratamento das Recomendações:**Constatação:**

1154 - A conta contábil 1.4.2.1.2.12.00 tem a função de “Registrar os valores pertinentes ao conjunto de objetos ou de peças de uso caseiro ou necessário a vida familiar”. No caso da Sureg/PE verificou-se a existência de saldos de R\$ 138.645,72, na UG 135285 – Sede da Sureg/PE e R\$ 3.744,57, na UG 135304 – UA/Recife, sem contudo identificar-se a correlação dos bens registrados com a sua utilização, já que não se vislumbra o “uso caseiro” e tampouco a “vida familiar” para bens da Companhia.

Recomendação:

1154.1 - Recomendamos à Sureg/PE a análise dos bens registrados na rubrica em comento, efetivando a reclassificação daqueles que são de uso empresarial e desmobilizando os que são passíveis de venda, doação, etc.

Tratamento das Recomendações:

Constatação:

1155 - Analisou-se os extratos dos cartões de pagamentos dos responsáveis nas unidades jurisdicionadas à Sureg/PE e constatou-se que há compras indevidas com esse instrumento, como é o caso da aquisição de materiais de higiene e limpeza, lâmpadas e outros. Lembramos à Sureg/PE que as compras realizadas com o CPGF têm caráter de excepcionalidade, não se prestando à despesas que podem ser objeto de licitação ou de procedimento licitatório, como é o caso da dispensa de licitação baseada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93. Assim, a finalidade do suprimento de fundos via CPGF é a de atender à despesas que não possam aguardar o processo normal de aquisição, ou seja, é a exceção quanto a não-realização de procedimento licitatório. Dessa forma, ficou estabelecido, ainda, o percentual de 0,25% do valor constante na alínea “a” do Inciso II do art. 23, da Lei n.º 8.666/93 como limite máximo de despesa de pequeno vulto, no caso de compras e outros serviços, qual seja, limite de R\$ 200,00 por despesa, sendo vedado o fracionamento da despesa - dividir em mais de um documento comprobatório ou ainda, mais de uma despesa no mesmo exercício - para adequação ao referido limite. Ainda que não proibida, especial atenção deverá ser observada na aquisição de material permanente por meio do CPGF - placas de sinalização, fechaduras, mouses, mobiliário, etc. - pois é evidente que são raras as situações justificáveis para a aquisição de material permanente via CPGF. No sentido de subsidiá-los quanto a utilização correta e racional do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, sugerimos a leitura do manual de perguntas e respostas disponível no sítio da Controladoria Geral da União, no endereço [http://www.cgu.gov.br/Publicações/Suprimento Fundos/Arquivos/SuprimentosCPGF.pdf](http://www.cgu.gov.br/Publicações/Suprimento_Fundos/Arquivos/SuprimentosCPGF.pdf). Notou-se ainda, nos documentos de composição da prestação de contas dos supridos, a ausência do registro de apreciação da autoridade competente, em seguida a apresentação destas. Além das orientações descritas, recentes julgados do Tribunal de Contas da União já oferecem subsídios quanto a aplicação correta da sistemática de pagamento por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, como se segue: Assuntos: CARTÃO CORPORATIVO e SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 07.05.2010, S. 1, p. 133. Ementa: determinação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Amapá para que: a) ao conceder suprimento de fundos, oriente os supridos para a correta aplicação dos valores disponibilizados, atentando para o período de aplicação previsto no ato concessório e, no caso da necessidade de alteração ou prorrogação do período inicialmente previsto, formalize a referida alteração, por meio de portaria devidamente publicada, fazendo-a constar no respectivo processo de concessão; b) faça constar da prestação de contas dos processos de concessão de suprimentos de fundos as justificativas para a utilização do cartão corporativo governamental, na modalidade saque, conforme estabelece o art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.355, de 25.01.2005; c) utilize suprimento de fundos apenas para despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos termos do art. 68 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, e do art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23.12.1986 (itens 9.6.2 a 9.6.4, TC-017.996/2008-1, Acórdão nº 1.842/2010-2ª Câmara). Assunto: CARTÃO CORPORATIVO. DOU de 26.03.2010, S. 1, ps. 113 e 114. Ementa: determinação à Direção do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB/ MS), para adoção das seguintes medidas quanto ao uso do cartão corporativo, quais sejam: a) providenciar a capacitação dos responsáveis pela execução e controle do CPGF; b) realizar saques no valor das despesas a serem efetuadas (no caso de valores sacados em excesso, proceder à devolução do valor excedente, quando superior a R\$ 30,00, em até 3 dias úteis, por meio de Recolhimento à União); c) utilizar o saque apenas em caráter excepcional e registrar a justificativa na prestação de contas; d) realizar o pagamento das faturas decorrentes do uso do cartão corporativo na data de seu vencimento, abstendo-se de arcar com os encargos financeiros pelo atraso no seu pagamento; e) registrar a apreciação da autoridade competente sobre a prestação de contas do suprido, logo em seguida à apresentação da mesma (item 1.5.1.1, TC-016.181/2008-0, Acórdão nº 1.374/2010-1ª Câmara). Assunto: SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 16.04.2010, S. 1, p. 149. Ementa: alerta à CORE/FUNASA/AL no sentido de que: a) restrinja as despesas por meio de suprimento de fundos àquelas em que não haja possibilidade de execução pelo processo normal de aplicação, quais sejam: despesas eventuais que exijam pronto pagamento; despesas de pequeno vulto; ou de caráter sigiloso, nos termos da Lei nº 4.320/1964, art. 68 do Decreto-lei nº 200/1967, § 3º do art. 74, e Decreto nº 93.872/1986, art. 45; b) aprimore os controles sobre a utilização de suprimento de fundos, monitorando a utilização da modalidade de saque quanto às necessidades, prazos de aplicação e ressarcimento de saques não utilizados, mormente no que tange ao prazo máximo para devolução dos saques não utilizados, isto é, três dias úteis após o saque, conforme estabelece o item 6.6 da Macro função/SIAFI 02.11.21 (itens 1.6.1 e 1.6.2, TC-015.772/2009-8, Acórdão nº 1.552/2010-2ª Câmara).

Recomendação:

1155.1 - Recomendamos à Sureg/PE que passe a controlar as despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, inibindo as iniciativas dos responsáveis pelos suprimentos quanto às aquisições não permitidas

nessa modalidade.

Tratamento das Recomendações:

Recomendação:

1155.2 - Recomendamos à Sureg/PE que registre de forma conclusiva a concordância da autoridade competente, que no caso dessa dependência é o ordenador de despesas, sobre a prestação de contas do suprido, logo em seguida à apresentação desta.

Tratamento das Recomendações:

Constatação:

1156 - Constatou-se a ausência de comprovação da regularidade fiscal em vários pagamentos efetuados, notadamente naqueles derivados de “Dispensa” ou “Inexigibilidade” de Licitação mormente quanto a regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal. A respeito do assunto, o Tribunal de Contas da União, emitiu várias ementas, dentre as quais destacamos as seguintes : Assunto: CONTRATOS. DOU de 20.04.2007, S. 1, p. 118. Ementa: o TCU determinou ao SENAI/RJ que passasse a exigir a comprovação de regularidade fiscal em todas as modalidades de licitação, inclusive por dispensa ou inexigibilidade, observando que a condição de regularidade fiscal deveria ser mantida durante toda a execução dos contratos e comprovada a cada pagamento efetuado, conforme previsto no art. 195, § 3º, da CF/1988 (item 1.1.8, TC-014.462/2006-6, Acórdão nº 956/2007-TCU-1ª Câmara).(Grifos do redator). Fonte: EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA. Assuntos: PAGAMENTO e REGULARIDADE FISCAL. DOU de 02.02.2011, S. 1, ps. 175 e 176. Ementa: alerta a uma secretaria municipal de saúde no sentido de que, a cada pagamento referente a contrato de execução continuada ou parcelada, exija do contratado a comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social, o FGTS, as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, em observância ao § 3º do art. 195 da Constituição Federal e aos arts. 29, incisos III e IV, e 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.1.1, TC- 19.591/2010-1, Acórdão nº 119/2011-Plenário). Assuntos: CADIN e PAGAMENTO. DOU de 17.10.2008, S. 1, p. 82. Ementa: promoção de audiência de ex-coordenador-geral de Recursos Logísticos do MCT para a apresentação de justificativas quanto à efetivação de pagamento sem a verificação da regularidade fiscal do fornecedor perante a Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, em desobediência ao inc. III, art. 29 c/c inc. XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993, e sem a comprovação da consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Governo Federal (CADIN), em desacordo com o inc. III, art. 6º da Lei nº 10.522, de 19.07.2002 (item 9.3.2.4, TC-021.647/2006-0, Acórdão nº 2.267/2008-Plenário). (Grifos do redator). Constatou-se ainda que as Unidades Armazenadoras subordinadas à Sureg/PE não estão regularmente cadastradas no SICAF, o que contraria a IN n.º 02, de 11/10/2010, do MPOG/SLTI, como transcrevemos: [...] Art. 3º § 1º Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento a fornecedor, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação. § 2º Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o proponente homologado não estiver inscrito no SICAF, o seu cadastramento deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada. [...]

Recomendação:

1156.1 - Recomendamos à Sureg/PE consultar o SICAF (Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores) para a verificação da regularidade fiscal em todos os pagamentos que efetuar, apensando a consulta ao processo e/ou pagamento, independentemente da modalidade de contratação, seguindo determinação do Tribunal de Contas da União.

Tratamento das Recomendações:

Recomendação:

1156.2 - Recomendamos à Sureg/PE que efetive, no SICAF, o cadastro das Unidades Armazenadoras jurisdicionadas no sentido de atender a Instrução Normativa apontada.

Tratamento das Recomendações:**Constatação:**

1157 - Consultou-se os lançamentos efetuados na conta contábil 1.4.1.3.1.01.00 Bens Imóveis, da UG 135285, Sede Sureg/PE, cujo saldo – setembro/2011 – totalizava R\$ 1.816.723,51 (10 Imóveis). A conta tem a função de “Registrar o valor dos Bens Imóveis não destinados ao uso e que a entidade não está explorando comercialmente”. Verificou-se que há registros de imóveis sem documentação de posse e outros destinados à venda sem solução de continuidade. Foi noticiado à equipe de Auditores que o imóvel “Entrepasto de Pesca – Recife/PE” foi invadido por populares e sua reintegração de posse ocorreria na semana do encerramento dos trabalhos de campo naquela Sureg/PE. O imóvel localiza-se em área onde há grande especulação imobiliária, tendo em vista a construção de 2 grandes empreendimentos (torres de apartamentos residenciais de alto luxo) a menos de 500 metros do imóvel em questão. Sugere-se a especial atenção da Sureg/PE quanto ao imóvel em comento, pelas possibilidades de cometimento de ação de especuladores para a aquisição do imóvel por valores aquém da realidade para aquela região. Observou-se o pagamento do “Condomínio do Ed. Guararapes” no valor de R\$ 569,19, cota mensal, relativo ao vencimento 10/2/2011 (GP n.º 128 de 2/2/2011), atestado pelo encarregado do Setor Administrativo, cuja documentação comprobatória anexa possui as seguintes disfunções: a) Recibo de honorários de Serviços Contábeis fornecido por pessoa sem a indicação do registro no competente Conselho de Classe; b) Recibo de honorários de Síndico sem assinatura e sem identificação do favorecido; c) Notas Fiscais n.º 0234 e 0235 da Proesp Serviços Técnicos de Eletricidade Ltda. sem recibo de aceite pelo representante legal do condomínio; e d) Nota Fiscal n.º 7445 da Gráfica Rápida e Off-set (sic) com recibo em branco. O imóvel encontra-se sem destinação de uso e portanto, oferecendo despesas sem qualquer benefício para a companhia. As informações colhidas na Gefad/PE, dão conta de que o imóvel não possui interessados na aquisição.

Recomendação:

1157.1 - Recomendamos à Sureg/PE informar à Audin as providências em curso para a utilização/desmobilização dos imóveis registrados na conta contábil 1.4.1.2.1.01.00.

Tratamento das Recomendações:**Recomendação:**

1157.2 - Recomendamos à Sureg/PE que passe a observar a documentação comprobatória das despesas apresentadas pelo condomínio quanto à sua legalidade, não permitindo que se processe o pagamento da despesa sem essa conferência.

Constatação:

1158 - A composição da conta contábil 1.9.9.1.3.10.00, em 30/9/2011, na UG 135285 – Sede Sureg/PE, perfazia o valor de R\$ 15.167,09 relativo ao lançamento de 2 NLS no ano de 2003 e 2 NLS no ano de 2004, sem indicativo de procedimento de apuração. Esclarece-se que multas na Administração Pública tem caráter personalístico não sendo possível a assunção dos valores sem apuração da ocorrência e seu competente registro em processo próprio. Alerta-se a Sureg/PE que, no caso de demora, detença ou retardamento na instauração do processo de apuração, e por conseguinte a impossibilidade do ressarcimento aos cofres da Companhia dos valores registrados, configura o indício de improbidade administrativa da autoridade que não observou as providências a serem tomadas.

Recomendação:

1158.1 - Recomendamos à Sureg/PE informar as providências tomadas quanto ao ressarcimento dos valores registrados na conta contábil em comento neste item.

Tratamento das Recomendações: